

Relatório e Contas

2017

ÍNDICE

PRINCIPAIS INDICADORES.....	6
INFORMAÇÃO CORPORATIVA.....	7
ENQUADRAMENTO.....	8
1 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO.....	9
1.1 SOBREVOS (FIR OCEÂNICA DO SAL).....	9
1.2 MOVIMENTO DE AERONAVES.....	10
1.3 MOVIMENTO DE PASSAGEIROS.....	11
1.4 MOVIMENTO DE CARGAS.....	12
1.5 MOVIMENTO DE CORREIOS.....	13
2 ATIVIDADES.....	15
2.1 SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - SECURITY.....	15
2.2 SEGURANÇA OPERACIONAL - SAFETY.....	15
2.3 QUALIDADE.....	15
2.4 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL.....	16
2.5 RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS / SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	16
2.6 GESTÃO DE SLOTS.....	16
2.7 NAVEGAÇÃO AÉREA.....	17
2.8 PROJETOS RELEVANTES.....	18
2.9 PERSPETIVAS FUTURAS DA EMPRESA.....	20
2.10 FORMAÇÃO.....	21
2.11 RECURSOS.....	22
2.11.1 Órgãos Sociais.....	22
2.11.2 Recursos Humanos.....	23
2.11.3 Instalações.....	24
3 DESEMPENHO ECONÓMICO.....	27
3.1 RESULTADOS.....	27
3.2 GASTOS.....	29
3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos.....	30
3.2.2 Gastos com o pessoal.....	33
3.2.3 Gastos de depreciação e de amortização.....	33
3.2.4 Perdas por imparidade.....	34
3.2.5 Provisões do período.....	34
3.2.6 Outros gastos.....	34
3.2.7 Gastos e perdas de financiamento.....	35
3.3 RENDIMENTOS.....	35
3.3.1 Prestações de Serviços.....	36
3.3.2 Reversões.....	38
3.3.3 Outros rendimentos.....	39
3.3.4 Ganhos de financiamento.....	39
3.4 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	40
3.4.1 Indicadores de desempenho.....	40
3.4.2 Indicadores Financeiros.....	40
3.4.3 Situação Financeira.....	41
3.5 UNIDADES DE NEGÓCIO E SEDE.....	43
4 CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO.....	45
5 INVESTIMENTOS.....	45

6	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
6.1	BALANÇO	47
6.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	49
6.3	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	50
6.4	DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	51
6.5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO	53
6.6	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017	54

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Indicadores.....	6
Quadro 2 - Evolução do Tráfego 2015-2017.	9
Quadro 3 - Movimentos de Sobrevoos na FIR – Por Trimestre.	9
Quadro 4 - Movimentos de Aeronaves, Por Natureza- Aeroportos e Aeródromos.....	10
Quadro 5 - Movimentos de Passageiros, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos.....	11
Quadro 6 - Movimentos de Cargas, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos.....	12
Quadro 7 - Movimentos de Correios, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos.....	13
Quadro 8 - Tipo de Formação e Carga Horária.....	21
Quadro 9 - Formação por Função e Frequência.....	21
Quadro 10 - Tipo de Pessoal – Efetivos e Contratados a Termo.....	23
Quadro 11 - Quadro de Pessoal por Unidades de Negócio e Sede.....	23
Quadro 12 - Outros Indicadores RH.....	24
Quadro 13 - Habilitações Literárias.....	24
Quadro 14 – Resultados.....	27
Quadro 15 - Resultados 2017*/2016*/2015*.....	28
Quadro 16 – Gastos.....	29
Quadro 17 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	30
Quadro 18 - Fornecimentos e Serviços Externos por estrutura.....	32
Quadro 19 - Gastos com o Pessoal.....	33
Quadro 20 - Gastos de Depreciação e Amortização.....	33
Quadro 21 - Perdas por Imparidade.....	34
Quadro 22 - Provisões.....	34
Quadro 23 - Outros gastos.....	35
Quadro 24 - Gastos e Perdas de financiamento.....	35
Quadro 25 - Rendimentos.....	35
Quadro 26 - Prestações de Serviços.....	36
Quadro 27 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroporto.....	37
Quadro 28 - Rendimentos Comerciais por aeroporto.....	38
Quadro 29 – Reversões.....	39
Quadro 30 - Outros rendimentos.....	39
Quadro 31 - Ganhos de Financiamento.....	39
Quadro 32 - Indicadores Económicos.....	40
Quadro 33 - VAB por estrutura de negócio.....	40
Quadro 34 - Principais indicadores financeiros.....	41
Quadro 35 – Ativo corrente e não corrente.....	41
Quadro 36 – Capital próprio e passivo.....	42
Quadro 37 - Gastos e Rendimentos Por Unidades de Negócio e Sede.....	43
Quadro 38 – Demonstração de Resultados por Estrutura.....	44
Quadro 39 - Investimentos Realizados.....	45
Quadro 40 - Principais investimentos.....	46

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Movimentos Anuais de Cargas - Por Aeroportos e Aeródromos.....	13
Figura 2 - Movimentos Anuais de Correios - Por Aeroportos e Aeródromos	14
Figura 3 - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	25
Figura 4 - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela	25
Figura 5 - Aeroporto Internacional Cesária Évora.....	26
Figura 6 - Aeroporto Internacional Aristides Pereira	26
Figura 7 - Centro de Controlo Oceânico do Sal.....	26
Figura 8 - Tipologia de Gastos e peso no total de Gastos.....	29
Figura 9 - Fornecimentos e Serviços Externos	31
Figura 10 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos	37
Figura 11 - Rendimentos Aeroportuários Comerciais	38

ACRÓNIMOS

- AAC – Agência de Aviação Civil;
- AD – Aeródromo;
- APCER – Associação Portuguesa de Certificação;
- APP – *Approach Control Service*.
- ASA – Aerportos e Segurança Aérea;
- CA – Conselho de Administração;
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CVH – Cabo Verde *Handling*;
- CTA – Controladores de Tráfego Aéreo
- DAIAC – Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral;
- DAIAP – Direção do Aeroporto Internacional Aristides Pereira;
- DAICE – Direção do Aeroporto Internacional Cesária Évora;
- DAIPNM – Direção do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela;
- DEMIA – Direção de Engenharia e Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias;
- DNA – Direção de Navegação Aérea;
- DRH – Direção de Recursos Humanos;
- EPI – Equipamentos de Proteção Individual;
- EUA – Estados Unidos da América;
- FIR – Região de Informação de Voo;
- GCMI – Gabinete de Comunicação e Marketing Institucional;
- GMCG – Gabinete de Monitorização e Controlo de Gestão;
- GNSS – *Global Navigation Satellite System*;
- GSQA – Gabinete de Segurança Qualidade e Ambiente;
- IATA – Associação Internacional de Transportes Aéreos;
- IUP – Imposto Único sobre o Património;
- IVA – Imposto sobre o valor acrescentado;
- LPD *Last Point of Departure*;
- PBN – *Performance Based Navigation*;
- PWC – *Pricewaterhouse Coopers*;
- SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- SID – *Standard Instrument Departure*;
- SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos;
- STAR – *Standard Arrival*;
- TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde;
- TAP - Transportes Aéreos de Portugal;
- TSA *Transportation Security Administration*.

PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15		
				Valor	%	Valor	%	
OPERACIONAIS								
Tráfego								
FIR (Nº Sobrevoos)	43.412	43.178	41.649	234	0,5	1.529	3,7	
Número de Passageiros	2.649.231	2.215.892	1.986.882	433.339	19,6	229.010	11,5	
Movimentos de Aeronaves	36.212	30.209	27.690	6.003	19,9	2.519	9,1	
Carga (kg.)	2.127.108	2.737.994	2.831.753	-610.886	-22,3	-93.759	-3,3	
Correio (kg.)	391.341	317.464	318.037	73.877	23,3	-573	-0,2	
Negócio (contos)								
Volume de Negócio	5.418.443	4.837.624	4.722.053	580.819	12,0	115.571	2,4	
Rendimentos de Naveg. Aérea	2.478.928	2.472.855	2.571.422	6.074	0,2	-98.568	-3,8	
Rendimentos Aerop. Aeronáut.	2.732.980	2.163.548	1.958.915	569.432	26,3	204.634	10,4	
Rendimentos Aerop. Comerc.	206.540	201.706	193.744	4.834	2,4	7.961	4,1	
Pessoal								
Número de colaboradores	541	533	530	8	1,5	3	0,6	
Gastos com o Pessoal (contos)	1.245.850	1.172.394	1.231.712	73.456	6,3	-59.317	-4,8	
Produtividade								
Número de Passag. / Efetivos	4.897	4.157	3.749	740	17,8	409	10,9	
Resultados								
EBITDA (contos)	3.801.605	2.058.919	3.052.509	1.742.686	84,6	-993.590	-32,5	
Margem EBITDA (%)	70	43	65	28	64,8	-22	-34,2	
EBIT (contos)	2.883.237	981.252	1.950.208	1.901.985	193,8	-968.956	-49,7	
Margem EBIT (%)	53	20	41	33	162,3	-21	-50,9	
FINANCEIROS								
Resultados								
Resultado Líquido (contos)	2.226.722	469.409	1.377.166	1.757.313	374,4	-907.757	-65,9	
Estrutura Financeira (contos)								
Capital Próprio (a)	12.138.485	10.146.469	10.365.640	1.992.016	19,6	-219.171	-2,1	
Capital Alheio (MLP) (b)	7.114.156	5.385.237	5.020.936	1.728.919	32,1	364.301	7,3	
Capitais Permanentes (a+b)	19.252.641	15.531.706	15.386.576	3.720.935	24,0	145.130	0,9	
Cash Flow								
Cash Flow Operacional (contos)	2.140.095	1.635.687	1.939.555	504.408	30,8	-303.868	-15,7	

Quadro 1 - Principais Indicadores

INFORMAÇÃO CORPORATIVA

A Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, abreviadamente designada ASA, é uma sociedade anónima com Sede na ilha do Sal, com um capital social de 5.500.000.000\$00 totalmente subscrito e realizado, representado por 550.000 ações com valor nominal de 10.000\$00 cada, detidas, na sua globalidade, pelo Estado de Cabo Verde. A ASA é detentora, desde 2014, de 100% do capital social da CV Handling S.A, no valor de 188.000.000\$00.

A ASA tem por **missão** gerir eficientemente os aeroportos e aeródromos do país e a Região de Informação de Voo (FIR Oceânica) do Sal e contribuir para a modernização do sistema de transportes aéreos e o desenvolvimento económico, social e cultural do arquipélago, ligando Cabo Verde ao mundo.

A **visão** da ASA é ser uma referência regional na gestão dos aeroportos e na prestação dos serviços de navegação aérea, orientada para a prestação de um serviço de elevada qualidade e segurança aos clientes, pautando a sua ação por objetivos de eficácia e sustentabilidade.

Os **valores** que norteiam a atividade da ASA são:

- **Qualidade e segurança** – rigor, profissionalismo e zelo no cumprimento das normas;
- **Orientação para o cliente** – propósito de servir os clientes, internos e externos, atendendo às suas necessidades, preocupações e expectativas, assente numa relação de empatia, respeito e disponibilidades;
- **Desenvolvimento dos colaboradores** – potenciar o crescimento profissional e pessoal dos trabalhadores;
- **Ética** – transparência, lealdade e confiança nas relações com todos os *stakeholders*;
- **Orientação para resultados** – proatividade e empenho na realização de objetivos ambiciosos assente numa utilização eficaz dos recursos existentes.

A atividade da ASA está centrada em dois ramos de negócio que são os serviços de Navegação Aérea e a Gestão Aeroportuária. Os serviços de Navegação Aérea são prestados, principalmente, a partir do Centro de Controlo Oceânico na ilha do Sal, e a rede aeroportuária engloba 4 aeroportos internacionais e 3 aeródromos, conforme a seguir indicado:

- Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), na ilha do Sal;
- Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (AIPNM), na ilha de Santiago;
- Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), em São Vicente, e;
- Aeroporto Internacional Aristides Pereira (AIAP), na ilha da Boa Vista.
- Aeródromo da Preguiça, na ilha de São Nicolau;
- Aeródromo de São Filipe, na ilha do Fogo; e
- Aeródromo do Maio.

ENQUADRAMENTO

Segundo indicações do Fundo Monetário Internacional (FMI), através do seu *World Economic Outlook* de janeiro de 2018 e consideradas pelo Banco Central de Cabo Verde (BCV), em 2017 registou-se um crescimento económico global de 3,7%.

A atividade económica mundial acelerou no quarto trimestre de 2017, impulsionada pelo melhor desempenho tanto das economias avançadas como das emergentes e em desenvolvimento. Segundo esse mesmo relatório, a zona Euro obteve um maior dinamismo no quarto trimestre de 2017, determinado pelo fortalecimento da procura interna, num contexto de criação de novos postos de trabalho, tendo atingido um crescimento de 2,4%.

A nível nacional, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real em Cabo Verde situou-se nos 3,9%, como indica o relatório de Indicadores Económicos publicado pelo BCV em janeiro 2018, cumprindo as estimativas do Banco de Cabo Verde que previa um crescimento no intervalo entre 3% e 4%.

Em termos de tráfego aéreo em Cabo Verde, em 2017, registou-se uma ótima performance, com um aumento de 19,6% no total de passageiros transportados, face a 2016. Tanto o tráfego internacional como o doméstico de passageiros registaram aumentos satisfatórios, face a 2016 (21,6% e 18,5%, respetivamente), este último muito devido à boa performance registada no movimento de aeronaves e passageiros no 1º semestre do ano, com duas companhias a explorarem o tráfego entre ilhas.

Resultante da reestruturação no sector dos transportes aéreos, a nível doméstico com a entrada de uma nova companhia para explorar o mercado nacional, o primeiro semestre de 2017, foi bastante positivo a nível de performance de tráfego doméstico em todos os aeroportos. Essa alteração, impactou também nos resultados financeiros da ASA, com os rendimentos aeroportuários (provenientes das taxas aplicadas) a aumentarem devido a maior movimentação de aeronaves e passageiros em todos os aeroportos e aeródromos do país.

O ano de 2017 foi também um ano de grandes avanços nas principais obras em curso nos aeroportos, nomeadamente a Modernização e Expansão do terminal do AIPNM e o Projeto Oásis (Expansão do Terminal do AIAC e do AIAP), cujo término estava previsto para o final do ano. Grande parte do previsto foi concluído, mas devido a trabalhos adicionais, a finalização é apontada para o primeiro semestre do ano de 2018.

Após um trabalho intenso, a ASA conseguiu que o AIAC obtivesse a certificação LPD (*Last Point of Departure*) para os EUA, certificação atribuída pela autoridade de segurança americana TSA (*Transportation Security Administration*). Por outro lado, efetivou-se a implementação do *Off-Airport Check-In* que permite aos passageiros efetuarem o *check in* fora do aeroporto (nos hotéis) aumentando a capacidade dos aeroportos, sem recorrer a investimentos adicionais nas infraestruturas.

Com a mudança dos Órgãos Sociais da empresa, em setembro de 2017, a empresa avançou com a elaboração do Plano de Negócios para o triénio 2018-2020. Seguindo as orientações do Acionista, foram identificadas as principais áreas de intervenção e definidos os eixos estratégicos que orientarão a empresa a médio prazo.

Por fim, mas não menos importante, referir o acordo realizado no final do ano entre a ASA, o Estado e a TACV, de transferência dos valores em dívida da TACV à ASA, para uma empresa de capitais públicos, o que causou um grande impacto (positivo) nas contas da ASA, impulsionando os rendimentos da empresa após a reversão dos valores em dívida que estavam em imparidades.

1 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO

A ASA registou, no final de 2017, um total de 43.412 sobrevoos, 36.212 movimentos de aeronaves, 2.649.231 passageiros, e um volume de 2.127.108 kg de carga e 391.341 kg de correios.

Principais Indicadores de Tráfego							
Tráfego ASA	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
				Valor	%	Valor	%
Sobrevoos (FIR)	43.412	43.178	41.649	234	0,5	1.529	3,7
Passageiros	2.649.231	2.215.892	1.986.882	433.339	19,6	229.010	11,5
Aeronaves	36.212	30.209	27.690	6.003	19,9	2.519	9,1
Cargas	2.127.108	2.737.994	2.831.753	-610.886	-22,3	-93.759	-3,3
Correios	391.341	317.464	318.037	73.877	23,3	-573	-0,2

Quadro 2 - Evolução do Tráfego 2015-2017.

Durante o ano de 2017, movimentaram-se nos aeroportos de Cabo Verde, um total de 2.649.231 passageiros, refletindo um crescimento de 19,6%, em relação ao ano anterior. Todos os aeroportos registaram aumentos no total de passageiros movimentados, face a 2016.

1.1 Sobrevoos (FIR Oceânica do Sal)

Analisando os movimentos na FIR, em 2017, verifica-se que no primeiro e no último trimestre, houve uma variação positiva face ao ano passado (+ 0,6% e + 6,3%, respetivamente), o que culminou num acréscimo anual acumulado de 0,5%, comparativamente ao ano de 2016. Note-se que, esse ligeiro aumento registado em 2017, confirma a tendência crescente registada desde o ano passado, nos movimentos na FIR.

Movimentos de Sobrevoos na FIR							
Trimestre	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
				Valor	%	Valor	%
1º Trimestre	10.592	10.527	9.747	65	0,6	780	8,0
2º Trimestre	10.455	10.464	10.125	-9	-0,1	339	3,3
3º Trimestre	11.096	11.582	11.154	-486	-4,2	428	3,8
4º Trimestre	11.269	10.605	10.623	664	6,3	-18	-0,2
Total	43.412	43.178	41.649	234	0,5	1529	3,7

Quadro 3 - Movimentos de Sobrevoos na FIR – Por Trimestre.

Apesar das receitas totais da Navegação Aérea terem aumentado ligeiramente 0,2% (+ 6 mil contos), a faturação de rota- uma das componentes das receitas da NA, registou uma diminuição, face a 2016, na ordem dos 0,5%, ou seja, menos aproximadamente 12 mil contos (ver capítulo 3.3.1 deste relatório). Embora se tenha registado um aumento no número de sobrevoos face a 2016, o decréscimo verificado na faturação é justificado pela diminuição das receitas obtidas através da taxa de rota, devido a algumas companhias terem utilizado rotas de menor distância ao atravessarem o espaço aéreo nacional.

1.2 Movimento de Aeronaves

A ASA registou, no final do ano de 2017, um total de 36.212 movimentos de aeronaves, obtendo um aumento de 6.003 movimentos (+ 19,9%), em relação ao mesmo período do ano anterior.

O quadro seguinte mostra a evolução do movimento de aeronaves por aeroportos e aeródromos e por natureza.

Movimento de Aeronaves (Chegadas+Partidas)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor	%
AIAC - SAL	Doméstico	4.240	3.655	3.692	585	16,0	-37	-1,0
	Internacional	8.239	7.509	6.333	730	9,7	1.176	18,6
	Total	12.479	11.164	10.025	1.315	11,8	1.139	11,4
AIPNM - PRAIA	Doméstico	7.926	5.576	4.858	2.350	42,1	718	14,8
	Internacional	3.310	3.065	3.030	245	8,0	35	1,2
	Total	11.236	8.641	7.888	2.595	30,0	753	9,5
AIAP - BOAVISTA	Doméstico	1.608	1.508	1.509	100	6,6	-1	-0,1
	Internacional	3.400	3.092	2.803	308	10,0	289	10,3
	Total	5.008	4.600	4.312	408	8,9	288	6,7
AICE - S.VICENTE	Doméstico	4.366	3.273	2.914	1.093	33,4	359	12,3
	Internacional	780	623	623	157	25,2	0	0,0
	Total	5.146	3.896	3.537	1.250	32,1	359	10,1
AD - FOGO	Doméstico	1.418	1.052	1.184	366	34,8	-132	-11,1
AD - S. NICOLAU	Doméstico	574	604	492	-30	-5,0	112	22,8
AD - MAIO	Doméstico	351	252	252	99	39,3	0	0,0
TOTAL	Doméstico	20.483	15.920	14.901	4.563	28,7	1.019	6,8
	Internacional	15.729	14.289	12.789	1.440	10,1	1.500	11,7
	Total	36.212	30.209	27.690	6.003	19,9	2.519	9,1

Quadro 4 - Movimentos de Aeronaves, Por Natureza- Aeroportos e Aeródromos

No total, registaram-se aumentos de movimentos de aeronaves tanto a nível nacional (+ 28,7%), como internacional (+ 10,1%), quando comparados com igual período de 2016. O AIAC é o aeroporto que detém o maior peso nos movimentos internacionais (52,4%), enquanto o AIPNM detém o maior peso a nível doméstico (38,7%). Todos os aeroportos internacionais registaram aumentos de tráfego de aeronaves nas rotas de natureza internacional (AIAC: + 9,7%, AIPNM: + 8,0%, AIAP: + 10,0% e AICE: + 25,2%).

A nível doméstico, exceto o aeródromo da Preguiça em S. Nicolau que decresceu -5,0%, face a 2016, todos os aeroportos registaram aumentos significativos nos movimentos de aeronaves, como se observa no quadro 4. Tal deveu-se à entrada de mais uma companhia aérea no tráfego doméstico, a Binter Cabo Verde, desde finais de 2016. Embora a meados do ano a TACV deixou de operar na rota doméstica, o facto de termos duas companhias a operar as rotas domésticas durante o 1º semestre e o mês de julho, deu um grande impulso às estatísticas.

1.3 Movimento de Passageiros

Os aeroportos de Cabo Verde movimentaram até ao final de 2017, um total de 2.649.231 passageiros, refletindo num crescimento de 19,6%, em relação ao ano anterior. Analisando os dados por aeroporto, verificou-se que o AIAC foi o aeroporto com maior número de passageiros, tendo atingido a cifra de 1 milhão de passageiros processados (1.092.789), seguido do AIPNM com um total de 662.356 passageiros e pelo AIAP que ultrapassou a fasquia de meio milhão de passageiros (512.778 no total).

Movimento de Passageiros (Embarcados+Desembarcados+Trânsitos)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor	%
AIAC - SAL	Doméstico	181.670	161.116	163.061	20.554	12,8	-1.945	-1,2
	Internacional	911.119	753.580	617.677	157.539	20,9	135.903	22,0
	Total	1.092.789	914.696	780.738	178.093	19,5	133.958	17,2
AIPNM - PRAIA	Doméstico	370.425	286.083	250.726	84.342	29,5	35.357	14,1
	Internacional	291.931	236.501	246.511	55.430	23,4	-10.010	-4,1
	Total	662.356	522.584	497.237	139.772	26,7	25.347	5,1
AIAP - BOAVISTA	Doméstico	79.084	65.382	56.955	13.702	21,0	8.427	14,8
	Internacional	433.694	399.667	365.068	34.027	8,5	34.599	9,5
	Total	512.778	465.049	422.023	47.729	10,3	43.026	10,2
AICE - S.VICENTE	Doméstico	183.329	157.563	149.769	25.766	16,4	7.794	5,2
	Internacional	82.892	61.859	58.841	21.033	34,0	3.018	5,1
	Total	266.221	219.422	208.610	46.799	21,3	10.812	5,2
AD - FOGO	Doméstico	72.949	55.168	46.921	17.781	32,2	8.247	17,6
AD - S. NICOLAU	Doméstico	27.038	26.476	21.570	562	2,1	4.906	22,7
AD - MAIO	Doméstico	15.100	12.497	9.783	2.603	20,8	2.714	27,7
TOTAL	Doméstico	929.595	764.285	698.785	165.310	21,6	65.500	9,4
	Internacional	1.719.636	1.451.607	1.288.097	268.029	18,5	163.510	12,7
	Total	2.649.231	2.215.892	1.986.882	433.339	19,6	229.010	11,5

Quadro 5 - Movimentos de Passageiros, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

O AIAC, o aeroporto com maior movimentação de passageiros internacionais (peso de 53% sobre o total), foi o aeroporto que registou o maior aumento (+ 20,9%) em 2017, correspondendo a mais 157.539 passageiros internacionais, comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento deveu-se, essencialmente, à performance das operadoras Thomson Fly, Tap Air Portugal, Tui Fly GmbH, Tui Fly Netherlands e Tui Air Lines Belgium. Salienta-se ainda a entrada em 2017 de novas operadoras a Air Tanker ltd e a Travel Service Td (TVS), que processaram cerca de 13.295 e 13.235 passageiros respetivamente, oriundos de Inglaterra e República Checa.

O AIAP foi o segundo aeroporto a registar maior movimento internacional, obteve um acréscimo de 34.027 passageiros internacionais (+ 8,5%), em relação ao ano passado devendo-se, essencialmente, ao aumento de movimentos pelas duas principais operadoras *charter* (a Thomson Air Ways e a Tui Fly Germany).

O AICE também cresceu a nível internacional, + 34,0% de passageiros transportados, comparativamente a 2016, que resulta do facto da operadora Tap Air Portugal ter intensificado os movimentos na rota Lisboa - S. Vicente (+ 35,0%). A nível doméstico o volume de passageiros que movimentaram-se no aeroporto também aumentou em + 16,4%, representando mais 25.766 passageiros, que em 2016.

Quanto ao tráfego doméstico, todos os aeroportos e aeródromos registaram aumentos significativos de passageiros, destacando-se:

- AIPNM, que é o aeroporto que movimenta maior número de passageiros domésticos (peso de 39,8%), com mais 84.342 passageiros (+ 29,5%);
- AIAC com mais 20.554 passageiros (+ 12,8%)
- AIAP com mais 13.702 passageiros (+ 21,0%);
- AICE com mais 25.766 passageiros (+ 16,4%);
- Aeródromos do Fogo, São Nicolau e Maio com mais 17.781, 562 e 2.603 passageiros respetivamente (+ 32,2% + 2,1% e + 20,8%).

1.4 Movimento de Cargas

O ano de 2017 caracterizou-se por uma redução de 22,3% no total de cargas movimentadas nos aeroportos de Cabo Verde. O decréscimo deveu-se às variações negativas verificadas tanto a nível doméstico como internacional, (- 31,2%) e (- 13,8%), respetivamente.

Movimento de Cargas (Embarcadas+Desembarcadas) (kgs)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor	%
AIAC - SAL	Doméstico	291.338	393.360	481.252	-102.022	-25,9	-87.892	-18,3
	Internacional	326.387	422.941	316.961	-96.554	-22,8	105.980	33,4
	Total	617.725	816.301	798.213	-198.576	-24,3	18.088	2,3
AIPNM - PRAIA	Doméstico	352.007	486.278	620.031	-134.271	-27,6	-133.753	-21,6
	Internacional	606.692	623.569	597.281	-16.877	-2,7	26.288	4,4
	Total	958.699	1.109.847	1.217.312	-151.148	-13,6	-107.465	-8,8
AIAP - BOA VISTA	Doméstico	86.329	153.927	172.757	-67.598	-43,9	-18.830	-10,9
	Internacional	45.846	54.793	44.916	-8.947	-16,3	9.877	22,0
	Total	132.175	208.720	217.673	-76.545	-36,7	-8.953	-4,1
AICE - S.VICENTE	Doméstico	149.777	242.857	273.982	-93.080	-38,3	-31.125	-11,4
	Internacional	227.199	297.186	255.508	-69.987	-23,5	41.678	16,3
	Total	376.976	540.043	529.490	-163.067	-30,2	10.553	2,0
AD - FOGO	Doméstico	20.595	25.562	34.342	-4.967	-19,4	-8.780	-25,6
AD - S. NICOLAU	Doméstico	13.755	23.570	21.744	-9.815	-41,6	1.826	8,4
AD - MAIO	Doméstico	7.183	13.951	12.979	-6.768	-48,5	972	7,5
TOTAL	Doméstico	920.984	1.339.505	1.617.087	-418.521	-31,2	-277.582	-17,2
	Internacional	1.206.124	1.398.489	1.214.666	-192.365	-13,8	183.823	15,1
	Total	2.127.108	2.737.994	2.831.753	-610.886	-22,3	-93.759	-3,3

Quadro 6 - Movimentos de Cargas, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

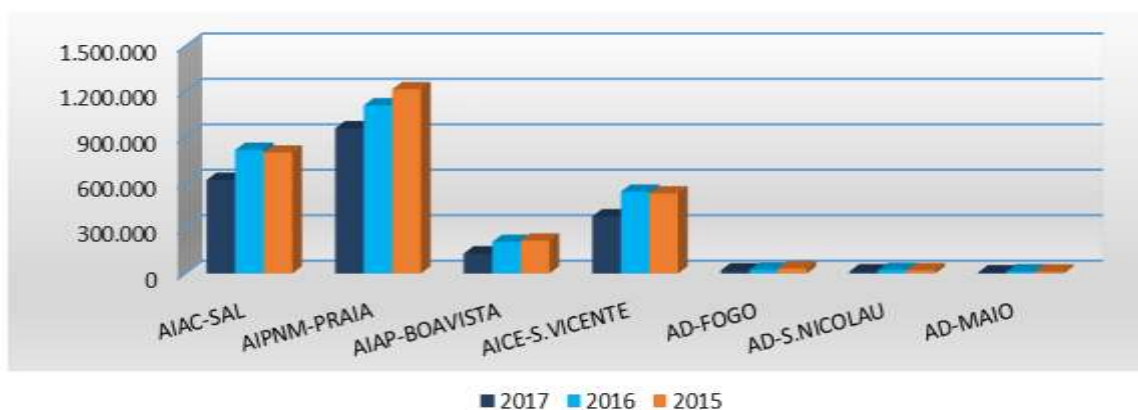


Figura 1 - Movimentos Anuais de Cargas - Por Aeroportos e Aeródromos

Todos os aeroportos registaram decréscimo na movimentação de cargas, tanto a nível doméstico como internacional. No AIAC, o decréscimo do tráfego da carga internacional e doméstico, totaliza uma variação percentual negativa total de 24,3%, representando menos 198.576 kg, no total.

O mercado de transporte de cargas continua a verificar grandes oscilações ao longo dos meses.

1.5 Movimento de Correios

Os movimentos acumulados registados no transporte aéreo de correios, até o fim de dezembro de 2017, caracterizaram-se por um aumento na ordem dos 23,3%, face ao mesmo período de 2016. De referir que tanto a cifra doméstica como a internacional registaram aumentos, quando comparados com o período homólogo.

O conjunto dos aeroportos e aeródromos processaram mais 32,9% de correio doméstico e mais 11,5% a nível internacional, face a 2016.

Movimento de Correios (Embarcados+Desembarcados) (Kgs)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor	%
AIAC - SAL	Doméstico	53.521	35.734	50.078	17.787	49,8	-14.344	-28,6
	Internacional	48.915	33.080	47.118	15.835	47,9	-14.038	-29,8
	Total	102.436	68.814	97.196	33.622	48,9	-28.382	-29,2
AIPNM - PRAIA	Doméstico	100.101	73.342	72.506	26.759	36,5	836	1,2
	Internacional	85.549	83.498	70.728	2.051	2,5	12.770	18,1
	Total	185.650	156.840	143.234	28.810	18,4	13.606	9,5
AIAP - BOAVISTA	Doméstico	11.481	9.686	8.524	1.795	18,5	1.162	13,6
	Internacional	501	8	106	493	0,0	-98	-92,5
	Total	11.982	9.694	8.630	2.288	23,6	1.064	12,3
AICE - S.VICENTE	Doméstico	48.179	42.115	38.311	6.064	14,4	3.804	9,9
	Internacional	24.606	26.469	18.835	-1.863	-7,0	7.634	40,5
	Total	72.785	68.584	57.146	4.201	6,1	11.438	20,0
AD - FOGO	Doméstico	7.678	4.876	4.409	2.802	57,5	467	10,6
AD - S. NICOLAU	Doméstico	7.236	5.380	4.815	1.856	34,5	565	11,7
AD - MAIO	Doméstico	3.574	3.276	2.607	298	9,1	669	25,7
TOTAL	Doméstico	231.770	174.409	181.250	57.361	32,9	-6.841	-3,8
	Internacional	159.571	143.055	136.787	16.516	11,5	6.268	4,6
	Total	391.341	317.464	318.037	73.877	23,3	-573	-0,2

Quadro 7 - Movimentos de Correios, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

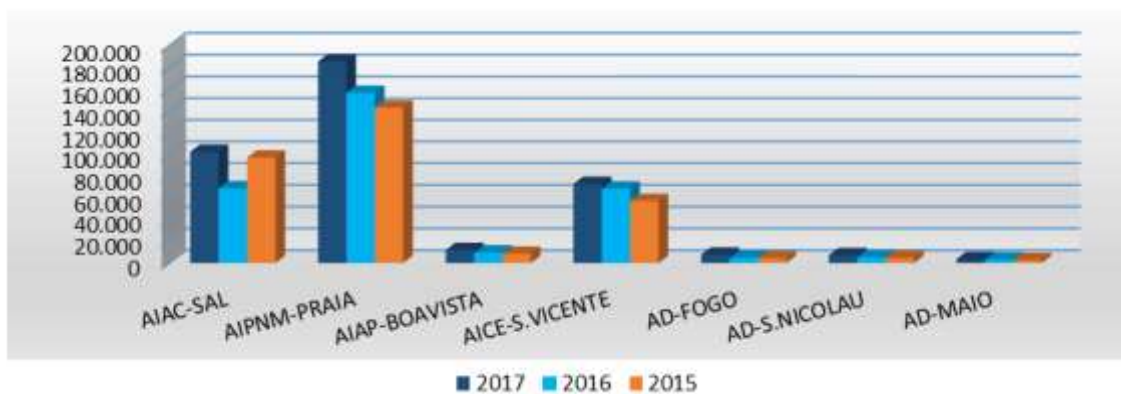


Figura 2 - Movimentos Anuais de Correios - Por Aeroportos e Aeródromos

No geral, o AIAC foi o aeroporto que totalizou o maior crescimento de correios (+ 48,9%), seguido pelo AIPNM (+18,4%). De salientar a variação positiva conseguida pelo AIAP na ordem dos 23,6% embora continue com fraca performance a nível de transporte de correio internacional. Por outro lado, verificou-se o decréscimo de correios transportado a nível internacional no AICE (-7%).

2 ATIVIDADES

2.1 Segurança da Aviação Civil - *Security*

Além do acompanhamento da implementação de medidas de segurança e das atividades de monitorização, destacaram-se:

Aeroporto do Sal obteve a certificação como LPD (*Last Point of Departure*)

O AIAC obteve a certificação como LPD (*Last Point of Departure*) para os EUA. Essa certificação foi-lhe conferida pela autoridade de segurança americana TSA (*Transportation Security Administration*), o que lhe permite ter conexões diretas, sem restrições para qualquer destino nos EUA.

Terceirização do Serviço de Rastreamento de Passageiros, Bagagem de Cabine e de Porão

Consolidou-se a terceirização do serviço de rastreamento, com a implementação do processo terceirizado em todos os aeroportos e aeródromos do país, com exceção do aeródromo do Maio.

Revisão dos contratos de prestação do serviço de controlo de acesso

Os contratos de prestação do serviço de controlo de acesso foram reformulados com a inclusão de padrões e níveis de serviço tendo em vista a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Todos os aeroportos e aeródromos do país implementaram os referidos contratos revistos, o que lhes garantiu a avaliação do desempenho conseguido com os referidos contratos.

Centralização dos Postos de Inspeção e Filtragem

Os aeroportos internacionais com a exceção do AIAC, sofreram alterações na configuração dos postos de rastreamento de passageiros e bagagem de cabine, de modo a permitir a centralização, num único ponto, das medidas de segurança aplicadas ao tráfego doméstico e internacional. Essa iniciativa estratégica possibilitou ganhos de eficiência nas atividades de rastreamento, otimização dos recursos, materiais e humanos.

2.2 Segurança Operacional - *Safety*

A ASA continuou a apostar na melhoria dos níveis de segurança operacional dos aeroportos, aeródromos e navegação aérea. Com exceção dos AICE, os aeroportos internacionais foram recertificados pela AAC, o que significa que os requisitos estabelecidos pelos regulamentos nacionais e internacionais, em matéria de operações e certificação, vêm sendo cumpridos.

2.3 Qualidade

A ASA, como empresa certificada de acordo com a norma ISO 9001, continuou a apostar na melhoria do sistema de gestão da qualidade.

As atividades desenvolvidas em 2017 visaram a consolidação de todos os processos da qualidade a fim de garantir a recertificação.



A ASA, como empresa certificada de acordo com ISO 9001:2008, executou, também, um conjunto de atividades para a transição do Sistema de Gestão da Qualidade para a norma ISO 9001:2015. Transição que deverá acontecer até inícios de 2018.

2.4 Saúde e Segurança Ocupacional

As atividades desenvolvidas no âmbito do sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho, certificado de acordo com a norma OSHAS 18001, teve como objetivo garantir ambientes de trabalho seguros para os colaboradores, promovendo ações para a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Durante o ano, de entre outras, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Consolidação de ferramentas para avaliação e seleção dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e equipamentos de emergência médica;
- Emissão de pareceres técnicos sobre Planos de Segurança e Saúde (PSS) das obras;
- Continuação da elaboração das plantas de emergência dos edifícios e definição da sinalização dos caminhos de evacuação e saídas de emergência;
- Atualização de mapas de perigos e riscos em todas as estruturas da ASA;
- Atualização da conformidade legal;
- Desenvolvimento e implementação do manual do encarregado de segurança.

2.5 Racionalização de Gastos / Sustentabilidade Ambiental

A ASA, dando continuidade à sua linha orientadora de racionalização de gastos continuou com a implementação da parceria com uma empresa de consultoria para desenvolvimento de um programa de eficiência energética.

O projeto piloto foi iniciado no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral. Foi instalada uma plataforma de monitorização permanente do desempenho energético e ambiental dos edifícios, fornecendo dados importantes para um melhor desempenho destes. Após o levantamento detalhado do desempenho energético e ambiental dos edifícios, posteriormente passou-se à elaboração de um Plano de Racionalização Energética para o AIAC, de modo a reduzir o consumo energético, sem afetar o desempenho operacional do aeroporto.

Ao longo de 2017, conseguiu-se poupar mensalmente, em média, 16% no consumo de eletricidade no AIAC, face ao período homólogo de 2016.

2.6 Gestão de Slots

Os aeroportos da Boa Vista, Praia e Sal, vêm registando um aumento substancial de tráfego de passageiros e aeronaves. Acrescendo o facto de esses aeroportos estarem em obras de expansão dos terminais, houve um grande impacto na falta de pontualidade dos voos e na qualidade do serviço prestado em 2017.

A AAC, ciente desses constrangimentos e após várias articulações com a ASA, declarou os aeroportos da Boavista, Praia e Sal como Coordenados (nível 3), a partir do período Inverno IATA 2017 (com início a 29 de Outubro de 2017).

A ASA continua sendo a entidade coordenadora nacional para a aprovação e atribuição de faixas horárias (*Slots*).

A ASA participou nas duas Conferências de *Slots* da IATA (uma em junho, em Kuala Lumpur e outra em novembro, em Madrid), cujo objetivo foi possibilitar às companhias aéreas obterem *slots*, mediante negociação com os coordenadores/facilitadores de *slots*, cumprindo as regras e procedimentos definidos no manual da IATA.

Segundo o calendário IATA, que se subdivide em dois períodos - Inverno 2016 (de 29 outubro 2016 a 25 março 2017) e Verão 2017 (26 março 2017 a 28 outubro 2017), obteve-se os seguintes resultados:

- Inverno 2016, foram alocados 10.685 *slots*, sendo 1.930 na Boa Vista, 4.102 na Praia e 4.653 no Sal. Dos *slots* alocados, no final do período, ficaram pendentes de alocação 332 *slots* (*slots* que não puderam ser alocados conforme pretendido pelas companhias aéreas);
- Verão 2017, foram alocados 15.423 *slots*, sendo 2.867 na Boa Vista, 6.621 na Praia e 5.935 no Sal; Dos *slots* alocados ficaram pendentes, 813 *slots*.

A Coordenação de *Slots* vem desenvolvendo um processo de monitorização de *slots* com o objetivo de otimizar e fazer uma gestão adequada da capacidade declarada dos aeroportos em cada estação IATA, promovendo a sensibilização das operadoras para os *slots* atribuídos e justificação atempada em caso de não cumprimento por parte das mesmas. Isso permitirá diminuir cada vez mais o número de *slots* que ficam pendentes.

Com a Coordenação de *Slots* temos conseguido mitigar o problema de capacidade nos aeroportos, resolvendo assim, vários constrangimentos e congestionamentos que prejudicavam a pontualidade dos voos e a qualidade do serviço. Além disso ficou-se a conhecer melhor as companhias aéreas, o seu *modus operandis*, facilitando assim a busca de soluções e horários alternativos para as suas operações.

Finalmente, acrescentar que a ASA está também a trabalhar a nível de otimização das tecnologias de informação de modo a que o processo seja cada vez mais eficiente.

2.7 Navegação Aérea

Respondendo aos desafios estratégicos definidos para a melhoria da eficiência e eficácia do desempenho da navegação aérea a ASA apostou fortemente na consolidação dos objetivos chave do setor, de entre eles:

- Reforçar a cultura de Segurança nas diferentes áreas do setor;
- Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados;
- Contribuir com iniciativas estratégicas para o enriquecimento e valorização do setor;
- Garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Reforço das competências dos quadros internos, de modo a dotar a Direção, das condições necessárias para implementar os projetos elegidos como estratégicos para concretização dos objetivos definidos.

Com a materialização desses vetores foi possível assegurar a adequada capacitação dos seus recursos humanos, e ainda garantir os níveis de desempenho e qualidade na gestão da FIR Oceânica do Sal.

2.8 Projetos Relevantes

Em 2017, foram realizados vários projetos e estudos que deverão nortear as intervenções e investimentos no curto e médio prazo. De entre outros, destacam-se os seguintes:

1. Conclusão do Projeto Oásis (obras de expansão do terminal do AIAC e AIAP)

Em dezembro, foram concluídas parte das obras de expansão e melhoramento dos terminais de passageiros no AIAC e no AIAP, tendo sido operacionalizadas as novas salas de chegadas para voos internacionais e domésticos. No AIAC, a ampla e moderna sala, passou de 650 m² para 1.800 m² e ganhou ainda mais um tapete de recolha de bagagens, totalizando assim 4 tapetes. Também houve um aumento da capacidade na zona de Fronteiras que passou de 7 para 12 postos de controlo. A área contempla ainda, novas instalações sanitárias, novas salas para permanência dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Autoridade Fiscal e Judiciária, Alfandegas e Controlo fitossanitário.

A nova zona de chegadas contempla ainda espaços para lojas duty-free, outras lojas e uma área de transferência rápida de passageiros que chegam nos voos domésticos para seguirem nos voos internacionais.

Do mesmo modo, grande parte das obras de ampliação do terminal de passageiros do AIAP foram concluídas no mês de dezembro, passando de um total de 6.410 m² para 10.875 m², contendo nova área de *check-in* (aumento de 6 para 12 balcões, mais um para bagagens fora de formato), novas zona de embarque para voos internacionais e domésticos, zona comum para chegadas internacionais e domésticas com espaços para instalação de lojas duty-free, 4 tapetes de recolha de bagagem, nova zona de tratamento de bagagens de porão e pátio para equipamentos Handling.

2. Entrega da primeira fase das obras de expansão do terminal do AIPNM – operação do terminal de partidas para voos domésticos

Após a conclusão da expansão da plataforma, foi operacionalizada, nos primeiros dias de dezembro, a nova e ampla sala de embarque do AIPNM, que de momento acolhe partidas internacionais e domésticas. Futuramente funcionará apenas para voos domésticos, quando as obras da sala de partidas internacionais estiverem concluídas. Prevê-se a conclusão do novo terminal da Praia para o 1º semestre de 2018, devido a trabalhos adicionais. Em julho de 2018, o aeroporto estará completamente funcional e preparado para dar resposta aos novos desafios do país.

3. Projeto de Reabilitação do Pavimento do AIAP

A assinatura de consignação da empreitada de reabilitação da pista do AIAP entre a ASA, o empreiteiro e a fiscalização, aconteceu em março de 2017, tendo-se dado o arranque das obras no final do primeiro semestre de 2017, com uma previsão de seis meses de execução. O valor do contrato ascendeu aproximadamente a 700.000.000 ECV, mais fiscalização em cerca de 30.000.000 ECV, tendo o valor total se situado ligeiramente abaixo dos 760.000.000 ECV previstos.

As obras consistem na reabilitação da pista do aeroporto e suas bermas, incluindo zona de estacionamento de aeronaves e caminhos de circulação. Também fizeram parte dos trabalhos contratados, o melhoramento do sistema de drenagem pluvial do aeroporto, bem como de sinalização horizontal e balizagem do aeroporto. Com isto espera-se responder às projeções de procura de tráfego para a ilha da Boa Vista. A 31 de dezembro de 2017, estavam concluídos 95 % da obra, tendo o restante passado para o primeiro trimestre de 2018.

4. Procedimentos GNSS operacionais no AIAP e AICE

Após se terem finalizado os estudos em 2016, este ano procedeu-se à implementação e operacionalização de procedimentos de voo por instrumentos baseados em GNSS, nos aeroportos internacionais Aristides Pereira - Boa Vista e Cesária Évora - S.Vicente. Os procedimentos foram aprovados pela AAC em maio deste ano, sendo que sua implementação efetiva viria a acontecer em outubro, com ganhos evidentes nas aproximações e na segurança operacional. Convém realçar que pela primeira vez nenhum voo foi cancelado, para o AIAP, devido ao efeito do fenómeno da bruma seca. A ASA pretende também implementar estes procedimentos nos aeroportos internacionais Amílcar Cabral (Sal) e Nelson Mandela (Praia), respondendo assim às recomendações da *Internacional Civil Aviation Organization* (ICAO), que recomenda a implementação de PBN em todas as pistas de voo por instrumentos, com o objetivo de melhorar a eficiência e a segurança dos voos.

No processo de implementação dos procedimentos GNSS fez-se a capacitação dos Controladores de Tráfego Aéreo.

5. Estudo viabilidade e localização dos aeroportos de Santo Antão e Brava

Em 2017 finalizaram-se os estudos de viabilidade de localização para os futuros aeroportos da Brava e de Santo Antão. Os estudos tinham como objetivo avaliar em detalhe a viabilidade das alternativas analisadas apresentando as vantagens e desvantagens. Para além desses estudos foram implantadas nas zonas de Ponto do Morro Preto (Porto Novo, Santo Antão) e Favatal (Brava) estações meteorológicas especiais para recolha de dados (vento, temperatura, alturas das nuvens, visibilidade e pressão atmosférica). Esses dados servirão de base para se definir a orientação das futuras pistas.

6. Análise de viabilidade para operações noturnas no Aeródromo de São Filipe

Os estudos de viabilidade técnica- operacional foram concluídos em 2017 e tinham como objetivo servir de fonte de informação e ferramenta para tomada de decisões, no âmbito da possível implantação de operações noturnas no referido aeródromo, avaliando a viabilidade operacional, modo de operação, infraestrutura e serviços, bem como a análise financeira CAPEX e OPEX.

7. Implementação da Infraestrutura de Suporte para o *Off-Airport Check-In*

Trata-se da instalação de mecanismos que permitem aos passageiros efetuarem o *check in* fora do aeroporto, trazendo algumas vantagens. Para o aeroporto, permite aumentar a capacidade sem recorrer a expansão dos terminais. Para o passageiro permite desfrutar mais ainda das suas férias sem passar pelo processo de filas no aeroporto e para o operador, trata-se de um produto diferenciado que oferecem aos seus clientes. Foram efetuados dois voos de teste utilizando este processo, a partir de um hotel de referência na ilha do Sal, tendo sido concluídos com sucesso.

2.9 Perspetivas Futuras da Empresa

Nos últimos meses de 2017 iniciou-se a elaboração do novo Plano de Negócios da ASA para o triénio 2018-2020, a por em prática já no início de 2018, através dos seus Instrumentos de Gestão Previsional. A visão estratégica da empresa para o futuro próximo estará assente em 8 eixos estratégicos:

- I. Assumir a Importância Estratégica do Negócio Aeroportuário e Investir na Melhoria da Qualidade dos Serviços;
- II. Modernizar as Infraestruturas Aeroportuárias e Garantir, de Forma Sustentável, a sua Adequação à Procura;
- III. Modernizar os Serviços de Navegação Aérea e Garantir uma Adequada Gestão da FIR Oceânica;
- IV. Diversificar as Fontes de Rendimentos;
- V. Promover a Cultura da Eficiência;
- VI. Reforçar a Política de Segurança;
- VII. Adequar a Estrutura Organizativa e os Recursos Humanos à Estratégia do Negócio;
- VIII. Promover a Responsabilidade Social Corporativa e a Sustentabilidade Ambiental.

Com isto pretende-se implementar um conjunto de políticas, medidas e atividades consideradas primordiais para enfrentar os desafios e as questões identificadas e melhorar o desempenho financeiro e operacional dos negócios. Tais medidas vão desde a política de investimentos, reforço e gestão da capacidade das infraestruturas, novas formas de obtenção de receitas, ajustamento da estrutura orgânica da empresa aos novos desafios até às relações com o Governo e com a entidade reguladora do setor, estabelecendo um novo quadro de governança.

As projeções financeiras são robustas, e apontam para um aumento das receitas aeroportuárias (aeronáuticas e comerciais) em 74,6%, até 2020, sendo que os aeroportos deverão tornar-se rentáveis, tendo em conta também a racionalização de gastos pretendida. Por outro lado, quanto aos resultados operacionais da FIR, perspectiva-se que vão decrescer em 27,0%, em resultado da estagnação/declínio das receitas obtidas até 2020.

As projeções financeiras foram baseadas nas projeções de tráfego para o horizonte 2018-2020, que preveem um crescimento médio anual do tráfego doméstico e internacional de passageiros na ordem dos 13,5% e 6,3%, respetivamente. E um crescimento médio de apenas 2,0% ao ano dos sobrevoos na FIR Oceânica do Sal.

A ASA apresentará rácios financeiros sólidos e será capaz de financiar os seus investimentos e cumprir com as suas responsabilidades já que se preveem fluxos de caixa operacionais positivos e superiores às necessidades de financiamento. Isso significa que a ASA poderá ter margem para financiar investimentos adicionais com Capital Próprio.

2.10 Formação

Em 2017 foram ministradas 47 ações de formação, abrangendo um total de 455 formandos. O investimento global com o processo de formação foi de cerca 15.189 contos. O dobro despendido em 2016, que abarcou 221 formandos em 29 ações de formação.

Foram contempladas formações de gestão, operacional e técnica cuja carga horária se encontra no quadro abaixo (quadro 8). As formações internas tiveram menor peso, com 34%, enquanto as externas representaram 66%, do total ministrado.

Os quadros seguintes ilustram os tipos de formação e funções a que se destinaram:

Tito de Formação	Carga Horária	
	2017	2016
Área Gestão	98	157
Área Operacional	678	668
Área Técnica	913	234
Total	1.689	1.059

Quadro 8 - Tipo de Formação e Carga Horária

Formações por Funções	% de Frequência nas formações ministradas	
	2017	2016
Chefias	7,7%	41,6%
Técnicos	48,1%	38,1%
Bombeiros	15,2%	8,5%
Outros	29,0%	11,8%
Total	100,0%	100,0%

Quadro 9 - Formação por Função e Frequência

2.11 Recursos

2.11.1 Órgãos Sociais

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, cujos membros exercem funções por mandatos de 3 anos renováveis, nos termos dos Estatutos da ASA (Decreto Regulamentar nº 3/2011, de 4 de Junho).

Conselho de Administração:

Presidente: Jorge Benchimol Duarte

Administrador Executivo: Nuno Elton Évora Santos

Administrador Executivo: Moisés David Duarte Monteiro

Assembleia Geral:

Presidente: Arnaldo Pina Pereira Silva

Secretário: Sheila Pinto Monteiro

Conselho Fiscal:

Presidente: Carlos Rocha de Oliveira

Vogal: Karine Lopes

Vogal: António Carlos Soares Monteiro

2.11.2 Recursos Humanos

No final de 2017, os serviços da ASA empregavam 541 trabalhadores, mais oito do que no ano anterior.

Situação	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15		Peso 2017(%)
				Nº	%	Nº	%	
Efetivos	456	469	469	-13	-2,8	0	0,0	84,3
Contratados a termo	85	64	61	21	32,8	3	4,9	15,7
TOTAL	541	533	530	8	1,5	3	0,6	100,0

Quadro 10 - Tipo de Pessoal – Efetivos e Contratados a Termo

O quadro de pessoal da ASA está afeto às cinco grandes estruturas orgânicas (Unidades de Negócio) e à Sede. A estrutura com o maior número de colaboradores passou a ser a Sede com um total de 136 colaboradores, seguindo-se a Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (DAIAC) com 127 colaboradores.

Estrutura	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15		Peso 2017(%)
				Nº	%	Nº	%	
SEDE	136	122	126	14	11,5	-4	-3,2	25,1
DNA	84	82	80	2	2,4	2	2,5	15,5
DAIAC	127	130	131	-3	-2,3	-1	-0,8	23,5
AIAC	114	117	118	-3	-2,6	-1	-0,8	21,1
AD S.Nicolau	13	13	13	0	0,0	0	0,0	2,4
DAIPNM	110	114	112	-4	-3,5	2	1,8	20,3
AIPNM	92	94	91	-2	-2,1	3	3,3	17,0
AD Maio	8	8	8	0	0,0	0	0,0	1,5
AD Fogo	10	12	13	-2	-16,7	-1	-7,7	1,8
DAICE	50	52	47	-2	-3,8	5	10,6	9,2
DAIAP	34	33	34	1	3,0	-1	-2,9	6,3
TOTAL	541	533	530	8	1,5	3	0,6	100,0

Quadro 11 - Quadro de Pessoal por Unidades de Negócio e Sede

O emprego na ASA, no final de 2017, tinha as seguintes características:

- 84,3% dos trabalhadores eram efetivos;
- O género masculino correspondia a quase três quartos do total (73,2%);
- A média de idades dos colaboradores na ASA manteve em 45 anos;
- A média de idade de entrada dos colaboradores é de 27 anos. Uma tendência que não varia muito ao longo dos anos, uma vez que a empresa condiciona a idade de entrada para determinadas funções;
- A média de antiguidade, manteve-se nos 18 anos, repercutindo-se positivamente na estabilidade desse indicador na empresa;
- A taxa de absentismo em 2017 foi de 1,5%, o que revela uma diminuição quando comparado com os 2,4% registados em 2016, devido ao absentismo por doença que decresceu em 2017.

INDICADORES	2017	2016	2015
Efetivos (%)	84,3	88,0	88,5
Gênero (%)			
<i>Homens</i>	73,2	73,9	74,0
<i>Mulheres</i>	26,8	26,1	26,0
Média (anos)			
<i>Idade</i>	45	45	44
<i>Idade Entrada</i>	27	26	27
<i>Antiguidade</i>	18	18	18
Movimentação (Nº)			
<i>Entradas</i>	25	14	15
<i>Saídas</i>	17	11	16

Quadro 12 - Outros Indicadores RH

Quanto às habilitações literárias, cerca de 1,8%¹ de colaboradores têm mestrado, 20,5% têm licenciatura, e 57,5% o ensino secundário (incluindo os que ainda estão a estudar e ainda não completaram o 12º ano). A empresa tem como uma das suas políticas, o incentivo ao estudo dos colaboradores, participando em 50% das propinas e concedendo dispensas para os exames.

Habilitações	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15		Peso 2017(%)
				Nº	%	Nº	%	
Mestrado	10	9	9	1	11,1	0	0,0	1,8
Licenciatura	111	98	91	13	13,3	7	7,7	20,5
Bacharel	19	18	17	1	5,6	1	5,9	3,5
Ensino Secundário	311	313	314	-2	-0,6	-1	-0,3	57,5
Outros	90	95	99	-5	-5,3	-4	-4,0	16,6
TOTAL	541	533	530	8	1,5	3	0,6	100,0

Quadro 13 - Habilitações Literárias

2.11.3 Instalações

A Sede da ASA encontra-se na ilha do Sal, na cidade de Espargos.

As instalações e infraestruturas geridas pela ASA englobam quatro aeroportos internacionais (AIAC, AIPNM, AIAP e AICE), três aeródromos (ADSN – Aeródromo da Preguiça, na ilha de S. Nicolau), ADSF – Aeródromo de São Filipe, no Fogo) e (ADM – Aeródromo do Maio, no Maio) e o Centro de Controlo Oceânico.

¹ Por lapso, o número de colaboradores com Mestrado nos anos anteriores estava incorreto, pelo que os Recursos Humanos avançaram em 2017 com os valores corretos, incluindo em 2016 e 2015, sendo que altera também os valores correspondentes a Licenciados.

Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), situado na ilha do Sal



Figura 3 - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (AIPNM), situado na ilha de Santiago



Figura 4 - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), situado na ilha de São Vicente



Figura 5 - Aeroporto Internacional Cesária Évora

Aeroporto Internacional Aristides Pereira (AIAP), situado na ilha da Boa Vista



Figura 6 - Aeroporto Internacional Aristides Pereira

Direção de Navegação Aérea (DNA), situado no Centro de Controlo Oceânico na ilha do Sal



Figura 7 - Centro de Controlo Oceânico do Sal

3 DESEMPENHO ECONÓMICO

3.1 Resultados

O Resultado líquido da ASA, em 2017, foi positivo em 2.226.722 contos, refletindo um acréscimo de 1.757.313 mil contos, face a 2016, em virtude da diminuição dos Gastos (- 13,2%) e do aumento dos Rendimentos (+ 24,9%).

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
6	Gastos	3.952.903	4.553.961	4.386.301	100	-601.058 ▲	-13,2	167.660 ▼	3,8
62	Fornecimentos e serviços externos	1.320.894	1.235.392	1.265.237	33,4	85.503 ▼	6,9	-29.845 ▲	-2,4
63	Gastos com o pessoal	1.245.850	1.172.394	1.231.712	31,5	73.456 ▼	6,3	-59.317 ▲	-4,8
64	Gastos de deprec. de amortização	966.720	1.077.667	1.102.301	24,5	-110.947 ▲	-10,3	-24.634 ▲	-2,2
65	Perdas por imparidade	85.882	793.766	464.722	2,2	-707.883 ▲	-89,2	329.044 ▼	70,8
66	Perdas por reduções de justo valor	1.439	2.878	0	0,0	-1.439 ▲	-50,0	2.878	-
67	Provisões do período	15.285	52.999	32.283	0,4	-37.714 ▲	-71,2	20.716 ▼	64,2
68	Outros gastos	221.201	65.775	104.354	5,6	155.426 ▼	>100	-38.579 ▲	-37,0
69	Perdas de financiamento	95.631	153.090	185.693	2,4	-57.459 ▲	-37,5	-32.602 ▲	-17,6
7	Rendimentos	6.751.797	5.404.487	6.159.296	100	1.347.309 ▲	24,9	-754.808 ▼	-12,3
72	Prestações de Serviços	5.418.443	4.837.624	4.722.053	80,3	580.819 ▲	12,0	115.571 ▲	2,4
76	Reversões	617.254	343.909	1.036.629	9,1	273.344 ▲	79,5	-692.720 ▼	-66,8
78	Outros rendimentos	704.812	200.589	391.846	10,4	504.223 ▲	>100	-191.256 ▼	-48,8
79	Ganhos de financiamento	11.288	22.365	8.768	0,2	-11.077 ▼	-49,5	13.597 ▲	100,0
	Resultado antes de Imposto	2.798.893	850.526	1.772.995		1.948.367 ▲	>100	-922.468 ▼	-52,0
	Imposto do Período	433.474	179.136	269.998		254.338 ▲	>100	-90.862 ▼	-33,7
	Imposto Diferido	138.697	201.981	125.831		-63.284 ▼	-31,3	76.150 ▲	60,5
	Resultado Líquido	2.226.722	469.409	1.377.166		1.757.313 ▲	>100	-907.757 ▼	-65,9

Quadro 14 – Resultados

O Resultado antes de Imposto foi positivo em 2.798.893 contos, tendo tido um aumento de 1.948 mil contos, face a 2016. Este aumento deveu-se, por um lado, ao acréscimo de + 1.347 mil contos nos Rendimentos e por outro lado, à diminuição de Gastos (- 601 mil contos). As rubricas de Rendimentos e Gastos que se destacaram foram:

- As Prestações de Serviços, registaram 5.418.443 contos, mais 581 mil contos (+ 12,0%), em 2017 comparado com 2016, devido aos Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos que cresceram 26,3% (569 mil contos), resultado do aumento de tráfego de passageiros e aeronaves nos principais aeroportos;
- As Reversões, registaram 617.254 contos, ou seja, mais 273 mil contos (+ 79,5%,) que em 2016, devido à reversão de imparidades de dívidas de clientes, essencialmente, a TACV (variação explicada no capítulo 3.3.2 Perdas por Imparidade);
- Os Outros Rendimentos, registaram 704.811 contos, aumentaram 504 mil contos devido, essencialmente, aos rendimentos provenientes da CV Handling (+ 628 mil contos), através da aplicação do método de equivalência patrimonial;
- Os Gastos, registaram 3.952.903 contos em 2017, um decréscimo de 601 mil contos, em que Perdas por imparidade destacaram-se com um decréscimo de 708 mil contos, face ao ano 2016 (variação explicada no capítulo 3.2.4 Perdas por Imparidade).

O quadro seguinte mostra um cenário em que, se expurgarmos os acontecimentos pontuais (Outros Gastos, Reversões e Outros Rendimentos) em 2017* (à semelhança do que se fez em 2016* e 2015*), os resultados obtidos sejam uma reflexão apenas de operações correntes da empresa:

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017*	2016*	2015*	Peso %	Variação 17*/16*		Variação 16*/15*	
						Valor	%	Valor	%
6	Gastos	3.829.006	4.163.961	4.386.300	100	-334.956 ▲	-8,0	-222.339 ▲	-5,1
62	Fornecimentos e serviços externos	1.320.894	1.235.392	1.265.237	34,5	85.503 ▼	6,9	-29.845 ▲	-2,4
63	Gastos com o pessoal	1.245.850	1.172.394	1.231.712	32,5	73.456 ▼	6,3	-59.317 ▲	-4,8
64	Gastos de deprec. de amortização	966.720	1.077.667	1.102.301	25,2	-110.947 ▲	-10,3	-24.634 ▲	-2,2
65	Perdas por imparidade	85.882	403.766	464.722	2,2	-317.883 ▲	-78,7	-60.956 ▲	-13,1
66	Perdas por reduções de justo valor	1.439	2.878	0	0,0	-1.439 ▲	-50,0	2.878	-
67	Provisões do período	15.285	52.999	32.283	0,4	-37.714 ▲	-71,2	20.716 ▼	64,2
68	Outros gastos	97.303	65.775	104.353	2,5	31.528 ▼	47,9	-38.578 ▲	-37,0
69	Perdas de financiamento	95.631	153.090	185.693	2,5	-57.459 ▲	-37,5	-32.602 ▲	-17,6
7	Rendimentos	5.628.219	4.951.360	4.849.423	100	676.859 ▲	13,7	101.938 ▲	2,1
72	Prestações de Serviços	5.418.443	4.837.624	4.722.053	96,3	580.819 ▲	12,0	115.571 ▲	2,4
76	Reversões	121.550	0	0	2,2	121.550	-	0	-
78	Outros rendimentos	76.938	91.371	118.601	1,4	-14.433 ▼	-15,8	-27.230 ▼	-23,0
79	Ganhos de financiamento	11.288	22.365	8.768	0,2	-11.077 ▼	-49,5	13.597 ▲	155,1
	Resultado antes de Imposto	1.799.213	787.399	463.122		1.011.814 ▲	>100	324.277 ▲	70,0

Quadro 15 - Resultados 2017*/2016*/2015*

Em 2017*:

- Exclui-se dos Gastos Totais, a rubrica Outros Gastos, cerca de 124 mil contos, valor registado em dívidas incobráveis, definido no âmbito do acordo entre a ASA e Governo de Cabo Verde referente à dívida da TACV (ver capítulo 3.2.6);
- Nos Rendimentos, exclui-se das Reversões o valor de 495.704 contos, referentes ao valor que estava em dívida pela TACV à ASA (ver capítulo 3.3.2);
- Nos Outros rendimentos, exclui-se 627.874 contos, provenientes dos resultados absorvidos da subsidiária CV Handling (ver capítulo 3.3.3);

Neste cenário, sem acontecimentos pontuais (*one-offs*), temos um Resultado antes de imposto, em 2017*, de 1.799.213 contos, uma variação de + 1 milhão de contos, face ao registado em 2016*. Tal deve-se, por um lado, ao aumento dos rendimentos aeroportuários aeronáuticos, resultante do aumento de tráfego nos aeroportos e por outro lado, pela diminuição dos gastos (não se registou este ano, contrariamente a anos anteriores, avultados valores em imparidade, decorrente de dívida de clientes).

Detalhe dos valores expurgados em 2016* e 2015*:

Em 2016*:

- Dos Gastos totais, exclui-se 390.000 contos em Perdas por imparidade (dívida do Estado, resultante do protocolo assinado em 2001, para regularização da dívida da TACV, como contrapartida da participação da ASA no capital da TACV, no eventual processo de privatização desta), ficando na conta apenas com 403.766 contos;
- Dos rendimentos, exclui-se o montante total de 343.909 contos em Reversões (cerca de 211 mil contos são decorrentes de reversões de provisões efetuadas para o pagamento de obras a mais na Boa Vista e São Vicente);
- De Outros rendimentos, exclui-se 109.218 contos, provenientes da CV Handling, ficando apenas 91.371 contos, decorrentes de atividades correntes da empresa.

Em 2015*:

- Exclui-se efeito positivo das Reversões (1.036.629 contos);
- Exclui-se parte de Outros Rendimentos (exclui-se 273.245 contos, sendo 195.245 contos provenientes de rendimentos obtidos da CVH e 78.000 contos, respeitantes a acertos com a AAC, no âmbito do encontro de contas realizado em 2015), ficando apenas 118.601 contos).

3.2 Gastos

Os Gastos totalizaram 3.952.903 contos em 2017, traduzindo uma diminuição de 601 mil contos, face a 2016. Apesar de se terem registado aumentos a nível de gastos desembolsáveis, como sejam, Fornecimentos e serviços externos e Gastos com o pessoal, de cerca 86 mil e 73 mil contos, respetivamente, face a 2016, a variação total registada nos Gastos esteve relacionada com as Perdas por imparidade que registaram diminuição de 89,2%.

Analisando os Gastos da empresa, os de maior peso continuam a ser os Fornecimentos e Serviços Externos (peso de 33,4%, dos gastos totais), seguido dos Gastos com o pessoal (peso de 31,5%) e dos Gastos de depreciação e de amortização (peso de 24,5%), tendo este último diminuído face ao ano passado em 10,3%.

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
6	Gastos	3.952.903	4.553.961	4.386.301	100	-601.058 ▲	-13,2	167.660 ▼	3,8
62	Fornec. e serviços externos	1.320.894	1.235.392	1.265.237	33,4	85.503 ▼	6,9	-29.845 ▲	-2,4
63	Gastos com o pessoal	1.245.850	1.172.394	1.231.712	31,5	73.456 ▼	6,3	-59.317 ▲	-4,8
64	Gastos de deprec. e amortização	966.720	1.077.667	1.102.301	24,5	-110.947 ▲	-10,3	-24.634 ▲	-2,2
65	Perdas por imparidade	85.882	793.766	464.722	2,2	-707.883 ▲	-89,2	329.044 ▼	70,8
66	Perdas por reduções de justo valor	1.439	2.878	0	0,0	-1.439 ▲	-50,0	2.878	-
67	Provisões do período	15.285	52.999	32.283	0,4	-37.714 ▲	-71,2	20.716 ▼	64,2
68	Outros gastos	221.201	65.775	104.354	5,6	155.426 ▼	>100	-38.579 ▲	-37,0
69	Perdas de financiamento	95.631	153.090	185.693	2,4	-57.459 ▲	-37,5	-32.602 ▲	-17,6

Quadro 16 – Gastos

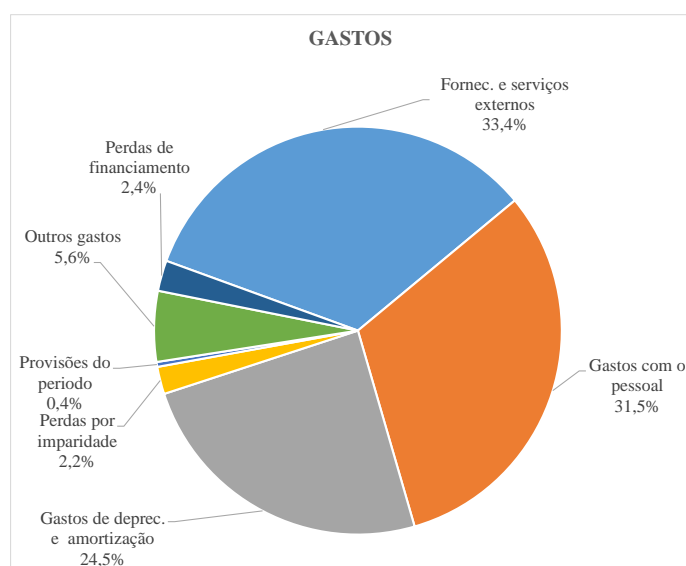


Figura 8 - Tipologia de Gastos e peso no total de Gastos

3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os gastos atingiram 1.320.894 contos em 2017, representando um aumento de 6,9%, face a 2016. No quadro seguinte, observa-se o comportamento das principais rubricas de FSE:

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
62	Fornecimentos e Serv. Ext.	1.320.894	1.235.392	1.265.237	100	85.503 ▼	6,9	-29.845 ▲	-2,4
6211	Água	36.649	75.155	82.711	2,8	-38.505 ▲	-51,2	-7.556 ▲	-9,1
6212	Electricidade	157.773	156.832	224.978	11,9	941	0,6	-68.146 ▲	-30,3
6213	Combustíveis e outros fluidos	16.885	14.547	17.887	1,3	2.339 ▼	16,1	-3.340 ▲	-18,7
6214	Conservação e Reparação	89.877	116.537	101.906	6,8	-26.660 ▲	-22,9	14.630 ▼	14,4
621701	Publicidade	11.649	4.925	13.950	0,9	6.723 ▼	>100	-9.025 ▲	-64,7
621702	Patrocínio	30.798	23.266	11.923	2,3	7.532 ▼	32,4	11.343 ▼	95,1
6219	Limpeza, higiene e conforto	82.057	78.478	81.640	6,2	3.579 ▼	4,6	-3.162 ▲	-3,9
6223	Prestação Serviço Meteo	132.000	132.000	132.000	10,0	0	0,0	0	0,0
6224	Comunicação	30.213	27.679	24.860	2,3	2.534 ▼	9,2	2.819 ▼	11,3
6225	Seguros	33.817	33.319	38.193	2,6	498 ▼	1,5	-4.874 ▲	-12,8
6227	Vigilância e segurança	194.714	132.915	128.301	14,7	61.798 ▼	46,5	4.614 ▼	3,6
6229	Estudo e pareceres	5.205	50.618	17.566	0,4	-45.413 ▲	-89,7	33.052 ▼	>100
6233	Deslocações e estadias	34.622	25.302	67.832	2,6	9.321 ▼	36,8	-42.530 ▲	-62,7
6234	Comissões	47.179	39.513	32.679	3,6	7.666 ▼	19,4	6.834 ▼	20,9
6235	Honorários	30.644	35.949	26.994	2,3	-5.305 ▲	-14,8	8.955 ▼	33,2
6238	Taxa Regulação AAC	300.712	217.940	183.371	22,8	82.772 ▼	38,0	34.569 ▼	18,9
623801	Taxa de Regulação	30.282	25.068	28.027	2,3	5.214 ▼	20,8	-2.960 ▲	-10,6
623802	Comparticipação FIR	197.475	137.936	154.327	15,0	59.539 ▼	43,2	-16.392 ▲	-10,6
623803	Comparticipação TSA	72.956	54.937	1.016	5,5	18.019 ▼	32,8	53.920 ▼	>100
	Outros gastos	86.099	70.415	78.446	6,5	15.684 ▼	22,3	-8.030 ▲	-10,2

Quadro 17 - Fornecimentos e Serviços Externos

As maiores poupanças obtidas em 2017, face ao período homólogo, verificaram-se nas rubricas de:

- **Água**, registou cerca de 37 mil contos, com decréscimo de 51,2% (- 39 mil contos), justificadas essencialmente, pela ligação e consequente operacionalização do subsistema de bombagem de água da Electra no AIPNM, que obteve uma poupança de 41 mil contos (- 74,7%), face a 2016.
- **Conservação e Reparação**, que registou cerca de 90 mil contos de gastos, menos 22,9%, face a 2016 (- 27 mil contos) devido essencialmente à conservação de equipamentos e edifícios, pois muitos projetos de manutenção de estruturas e aquisições de material não foram realizados nos aeroportos até a data.
- **Estudos e Pareceres**, que registou apenas 5 mil contos uma diminuição de 89,7% (- 45 mil contos), comparativamente a 2016. Alguns estudos previstos não foram realizados, como por exemplo: Projeto executivo para implementação de operações noturnas e extensão da Pista do AIAP (30.500 contos) e Estudo de viabilidade de Iluminação da Pista do Fogo (5 mil contos);
- **Honorários**, que ao contrário do ano passado em que teve variação positiva, em 2017 registou um decréscimo de 5 mil contos, devido essencialmente, a projetos de consultoria que não avançaram, principalmente consultorias propostas pela Sede.

Por outro lado, em 2017, algumas rubricas de FSE registaram aumentos:

- **Taxas de Regulação AAC**, no global, o montante a entregar à AAC, em 2017, registou um aumento de 83 mil contos, face a 2016, devido, essencialmente, à Participação FIR e à Taxa de Participação da Segurança Aeroportuária (TSA), tendo registado + 60 mil contos e + 18 mil contos, respectivamente.

- **Vigilância e Segurança**, também registou um aumento, em relação a 2016, mais 46,5 % (+ 62 mil contos), devido à terceirização dos serviços de rastreio, processo que transitou de 2016 para 2017 com atualização de contratos no AIAP (+ 11 mil contos), AIAC (+ 10 mil contos) e Sede (+ 4 mil contos);
- **Publicidade e Propaganda** em 2017, registou um aumento de 50,6% (+ 14 mil contos) em relação ao período homólogo, sendo que a **Publicidade** com mais 7 mil contos e **Patrocínios** com 7 mil contos, de maior destaque os eventos abaixo indicados:
 - Festival na praia de Santa Maria, Sal;
 - Festival de Literatura do mundo em parceria com a Câmara Municipal do Sal;
 - *Kriol Jazz Festival* em colaboração com a Câmara Municipal da Praia;
 - Gala *Tourism Award*, no Sal.
- **Limpeza, Higiene e Conforto**, em 2017, registou um aumento de 4,6 % (+ 4 mil contos), justificado essencialmente pela celebração de um novo contrato com empresa de prestação de serviços de limpeza para as instalações da Direção de Navegação Aérea.

Observa-se na figura abaixo que, de entre os gastos com Fornecimentos e serviços externos, os de maior peso na empresa são as Taxas AAC, Eletricidade, o Serviço de meteorologia, a Vigilância e segurança e a Conservação e reparação, representado em conjunto 66,6%, do total de 2017.

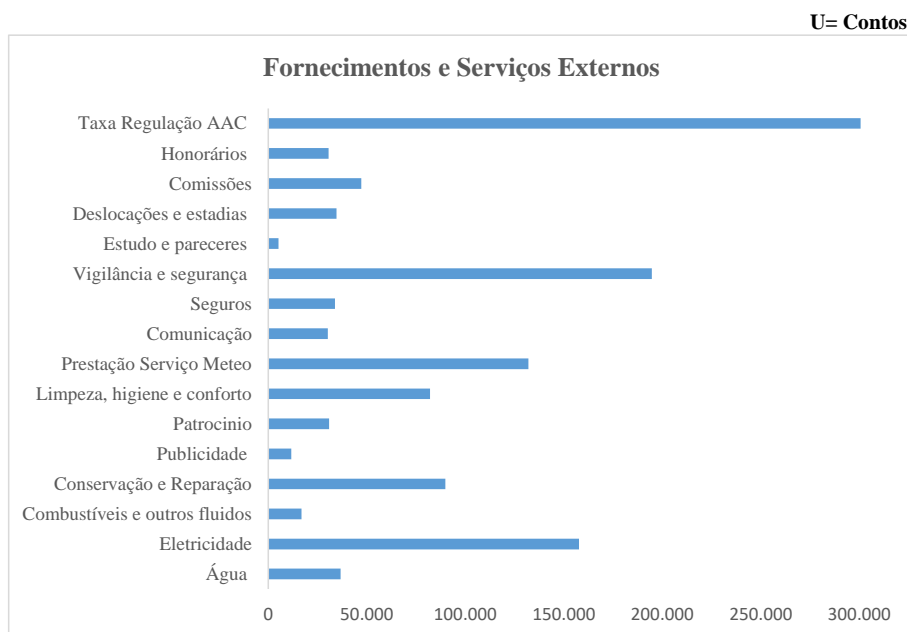


Figura 9 - Fornecimentos e Serviços Externos

Na análise aos Fornecimentos e serviços externos por estrutura, observa-se que embora o AIPNM, AIAP e AICE tenham registado decréscimos (10 mil, 10 mil contos e 9 mil contos, respetivamente), as restantes estruturas registaram aumentos de gastos FSE, face a 2016, com destaque para Sede, DNA e AIAC com aumentos de 49 mil, 33 mil e 24 mil contos, respetivamente:

U= Contos

Estrutura	Fornecimentos e serviços externos			Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
	2017	2016	2015		Valor	%	Valor	%
	ASA	1.320.894	1.235.392		1.265.237	100	85.503 ▼	6,9
DNA	359.709	326.656	313.731	27,2	33.053 ▼	10,1	12.925 ▼	4,1
AIAC	278.711	254.367	285.780	21,1	24.344 ▼	9,6	-31.413 ▲	-11,0
SNICOLAU	15.840	13.721	20.923	1,2	2.119 ▼	15,4	-7.202 ▲	-34,4
AIPNM	246.715	256.996	294.444	18,7	-10.282 ▲	-4,0	-37.448 ▲	-12,7
FOGO	17.394	13.611	12.244	1,3	3.783 ▼	27,8	1.367 ▼	11,2
MAIO	9.648	7.236	10.404	0,7	2.413 ▼	33,3	-3.168 ▲	-30,5
AIAP	122.661	132.563	116.046	9,3	-9.902 ▲	-7,5	16.517 ▼	14,2
AICE	93.024	101.715	91.431	7,0	-8.691 ▲	-8,5	10.284 ▼	11,2
SEDE	177.192	128.526	120.233	13,4	48.666 ▼	37,9	8.293 ▼	6,9

Quadro 18 - Fornecimentos e Serviços Externos por estrutura

Analisando a evolução dos FSE nas diferentes estruturas em 2017, constata-se ainda que:

- No AIPNM, a diminuição registada de 4,0% deve-se principalmente à redução, em cerca de 74,7% (- 41 mil contos) no consumo de água. Houve também redução de gastos em Limpeza e Higiene em 11,6% (- 3 mil contos), em consequência do novo contrato de prestação de serviços de limpeza e pelo facto de parte do aeroporto estar em obras. Nota para o aumento na rubrica Vigilância e Segurança em 47,0% (+ 23 mil contos) justificado pela revisão do contrato ligado às obras de expansão do terminal do AIPNM. Devido às referidas obras também se registou um aumento de gastos de Conservação e Reparação em 32,6% (+ 5 mil contos);
- No AIAC, houve um aumento de 9,6% de FSE's em relação a 2016, contribuíram para este aumento os valores registados em Vigilância e Segurança que registou um acréscimo de 27,5% (8 mil contos), justificado pela operacionalização do novo terminal do AIAC. As Taxas de Regulação AAC, com aumento de 30,1% (+ 9 mil contos), face a 2016, justificado pelo aumento de tráfego no aeroporto e consequente aplicação e transferência à entidade reguladora. Nota para a diminuição na rubrica Conservação e Reparação de 28,2% (- 6 mil contos), pois alguns projetos não avançaram em 2017 justificando esta variação;
- A DNA, por sua vez, registou um aumento nos FSE's de 10,1% (+ 33 mil contos), face a 2016, justificado na sua maior fatia pelos gastos com Taxas de Regulação AAC, mais especificamente, Comparticipação FIR com aumento de 43,2% (+ 60 mil contos) justificado pelo aumento de tráfego na FIR em 0,5%, face a 2016. Também contribui para o aumento, os gastos com Limpeza e Higiene com acréscimo de 2.500 contos (novo contrato de prestação de serviço) e Deslocações e Estadias com mais 3 mil contos face a 2016. Nota para diminuições nas rubricas, Conservação e Reparação (- 7.500 contos), Comunicação (- 6 mil contos) e Eletricidade (- 4 mil contos).
- Na Sede, os gastos com FSE's registaram um aumento de 37,9% (+ 49 mil contos), justificados pelo aumento na rubrica publicidade e propaganda de 84,6% (+ 17 mil contos) resultado da mudança de imagem corporativa, na comunicação registou-se um aumento de 9 mil contos que tem como justificação a implementação, na ASA, dos circuitos sobre fibra. Também contribui para este aumento nos FSE'S da Sede, a rubrica Outros fornecimentos e serviços, que registou um aumento de 10 mil contos e justifica-se pela alteração no registo de alguns consumos como água para consumo.

3.2.2 Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal totalizaram 1.245.850 contos em 2017 registando um acréscimo de 73 mil contos (+ 6,3%), face a 2016.

As remunerações de pessoal registaram um aumento 54 mil contos (5,7%), justificado pelo aumento de contratados a prazo, cerca de 31 mil contos.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
63	Gastos com o pessoal	1.245.850	1.172.394	1.231.712	100	73.456 ▼	6,3	-59.317 ▲	-4,8
631	Remunerações dos órgãos sociais	10.537	18.148	17.085	0,8	-7.611 ▲	-41,9	1.063 ▼	6,2
632	Remunerações do pessoal	1.012.388	957.996	1.018.207	81,3	54.392 ▼	5,7	-60.211 ▲	-5,9
634	Indemnizações	3.539	16.168	49	0,3	-12.628 ▲	-78,1	16.119 ▼	>100
635	Encargos sobre remun.	162.883	152.019	158.571	13,1	10.865 ▼	7,1	-6.553 ▲	-4,1
636	Seguros	3.572	3.417	2.452	0,3	155 ▼	4,5	965 ▼	39,4
637	Gastos de acção social	7.221	4.030	7.874	0,6	3.191 ▼	79,2	-3.844 ▲	-48,8
638	Outros gastos com o pessoal	45.710	20.617	27.474	3,7	25.094 ▼	>100	-6.857 ▲	-25,0

Quadro 19 - Gastos com o Pessoal

Também contribuiu para o aumento dos gastos com pessoal, o aumento da rubrica Outros Gastos com o Pessoal, (+ 25 mil contos face a 2016), devido essencialmente gastos relacionados com aquisição de Equipamentos de proteção individual.

3.2.3 Gastos de depreciação e de amortização

Os gastos de depreciação e amortização totalizaram 966.720 contos em 2017, traduzindo uma diminuição de cerca de 111 mil contos (- 10,3%), face a 2016. Esta variação deve-se a alguns bens sobretudo Materiais de carga e transporte (viaturas SOSS) com diminuição de 76,7% (- 122 mil contos) e Equipamento Básico que também teve uma diminuição de 19,6% (- 43 mil contos, nomeadamente tapetes check-in, sistema de informação visual de voo no AIPNM e sistema de videovigilância inteligente, equipamento TCC no AIAC), que em 2017 chegaram ao fim do período de amortização.

Por sua vez, Ativos intangíveis, registaram um aumento de amortizações de 39 mil contos, face ao ano transato. Tratam-se sobretudo de regularizações contabilísticas relacionadas com programas informáticos (SISTASAL) mas também com aquisição de programas informáticos (Programa Amadeus para balcões *check in*).

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
64	Gastos de depreciação e de amortização	966.720	1.077.667	1.102.301	100	-110.947 ▲	-10,3	-24.634 ▲	-2,2
642	Activos fixos tangíveis	921.798	1.071.907	1.097.397	95,4	-150.109 ▲	-14,0	-25.490 ▲	-2,3
643	Activos intangíveis	44.922	5.760	4.905	4,6	39.161 ▼	>100	856 ▼	17,4

Quadro 20 - Gastos de Depreciação e Amortização

3.2.4 Perdas por imparidade

As perdas por imparidade totalizaram 85.882 contos, em 2017, traduzindo uma diminuição de 708 mil contos, face a 2016, ano que se efetuaram algumas regularizações.²

Em 2017, foi celebrado um acordo entre a TACV, ASA e Estado de Cabo Verde com a *NewCo*, oficializando a transferência de saldos em dívida a 31.12.2017 para a *NewCo* (excluindo um *write-off* de 20% do saldo em dívida, reconhecido como perda do valor) (ver nota 15 e 27 do Anexo às Demonstrações Financeiras). Posto isto, deu-se continuidade à política adotada pela ASA desde 2015, reconhecimento como perdas por imparidade a dívida de clientes vencida há mais de dois meses, totalizando a conta de Clientes, cerca de 47 mil contos, como se constata abaixo:

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
65	Perdas por imparidade	85.882	793.766	464.722	100	-707.883 ▲	-89,2	329.044 ▼	70,8
6511	Clientes	47.370	363.111	374.747	55,2	-315.741 ▲	-87,0	-11.636 ▲	-3,1
6512	Outros Devedores	9.500	390.000	0	11,1	-380.500 ▲	-97,6	390.000	-
652	Ajustamentos em inventários	29.012	40.655	0	33,8	-11.642 ▲	-28,6	40.655	-
653	Em investimentos financeiros	0	0	89.975	0,0	0	-	-89.975 ▲	-100,0

Quadro 21 - Perdas por Imparidade

3.2.5 Provisões do período

As provisões do período totalizaram cerca de 15 mil contos, em 2017, um decréscimo 71,2% (38 mil contos), face a 2016. Esta variação é justificada pelo facto de em 2016 se ter acautelado possíveis correções ao montante de Imposto Único sobre o Património (IUP), daí o valor mais elevado. Em 2017 a provisão registada destina-se a reforçar possíveis correções nos pagamentos de IUP e IVA, relativamente a anos anteriores.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
67	Provisões do período	15.285	52.999	32.283	100	-37.714 ▲	-71,2	20.716 ▼	64,2
671	Para Impostos	15.285	33.985	13.268	100,0	-18.700 ▲	-55,0	20.716 ▼	156,1
67101	IUP	9.222	27.666	0		-18.444 ▲	-66,7	27.666	-
67103	IVA	6.063	6.319	13.268		-256 ▲	-4,0	-6.950 ▲	-52,4
678	Outras Provisões	0	19.014	19.014	0,0	-19.014 ▲	-100,0	0	0,0

Quadro 22 - Provisões

3.2.6 Outros gastos

A rubrica Outros Gastos totalizou 221.201 contos em 2017, um aumento 155 mil contos face a 2016. Esta variação deve-se essencialmente ao registo na rubrica dívidas incobráveis, do valor de 123.898 contos. Trata-se de um montante devido pela TACV à ASA e que no acordo entre Estado e TACV de transferência de saldos de dívida para a empresa de resolução de créditos, ficou excluído.

²Em 2016 a ASA optou por registar como perda por imparidade, o montante de 390.000 contos, rubrica Outros Devedores, valor que constava a receber do acionista Estado, resultante do protocolo assinado em 2001, para a regularização de parte de dívida da TACV, através da cedência de ações desta empresa, no eventual processo de privatizações, e que não entrou no acerto de contas, realizado em 2015. Também constava na rubrica clientes um elevado montante de 363.11 contos para fazer face às dívidas da TACV e demais clientes, sendo que a TACV constituía 60% desse valor.

Na rubrica Outros Gastos, em que se registaram 74 mil contos em 2017, refere-se a diferenças cambiais desfavoráveis, com um aumento de 77,8%, face a 2016.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
68	Outros gastos	221.201	65.775	104.354	100	155.426 ▼	>100	-38.579 ▲	-37,0
681	Impostos	22.952	24.008	71.755	10,4	-1.056 ▲	-4,4	-47.747 ▲	-66,5
682	Descontos de pronto pagamento concedidos	33	0	0	0,0	33	-	0	-
683	Dívidas incobráveis	123.898	0	0	56,0	123.898	-	0	-
684	Perdas em Inventário	0	0	130	0,0	0	-	-130 ▲	-100,0
687	Gastos em investimentos não financeiros	57	3	7.608	0,0	54 ▼	>100	-7.606 ▲	-100,0
688	Outros gastos	74.262	41.765	24.860	33,6	32.497 ▼	77,8	16.905 ▼	68,0

Quadro 23 - Outros gastos

3.2.7 Gastos e perdas de financiamento

Os gastos e perdas de financiamento somaram 95.631 mil contos em 2017, revelando uma redução de 57 mil contos, face a 2016. O decréscimo de 21,6% na rubrica de Juros suportados deveu-se, em grande parte, aos juros suportados com empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos em Portugal, para financiamento destinado ao AICE, que terminou em janeiro de 2017.

Na rubrica Outras perdas de financiamento, a diminuição de 79,5% deve-se essencialmente ao seguro concernente ao empréstimo acima referido.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
69	Perdas de financiamento	95.631	153.090	185.693	100	-57.459 ▲	-37,5	-32.602 ▲	-17,6
691	Juros suportados	86.993	110.983	141.656	72,5	-23.991 ▲	-21,6	-30.673 ▲	-21,7
698	Outras perdas de financiamento	8.638	42.107	44.037	27,5	-33.469 ▲	-79,5	-1.930 ▲	-4,4

Quadro 24 - Gastos e Perdas de financiamento

3.3 Rendimentos

Os Rendimentos atingiram os 6.751.796 contos em 2017, um acréscimo em 1.347.308 contos (+ 24,9%), quando comparado com 2016.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
7	Rendimentos	6.751.797	5.404.487	6.159.296	100	1.347.309 ▲	24,9	-754.808 ▼	-12,3
72	Prestações de serviços	5.418.443	4.837.624	4.722.053	80,3	580.819 ▲	12,0	115.571 ▲	2,4
76	Reversões	617.254	343.909	1.036.629	9,1	273.344 ▲	79,5	-692.720 ▼	-66,8
78	Outros rendimentos	704.812	200.589	391.846	10,4	504.223 ▲	>100	-191.256 ▼	-48,8
79	Ganhos de financiamento	11.288	22.365	8.768	0,2	-11.077 ▼	-49,5	13.597 ▲	100,0

Quadro 25 - Rendimentos

As Prestações de Serviços com 5.418 mil contos (peso de 80,3 % no total de rendimentos) registaram um aumento de 12,0% (+ 581 mil contos), face a 2016.

A rubrica Outros Rendimentos registou 705 mil contos, um aumento de 504 mil contos face 2016, justificado pelo acréscimo na conta Rendimento em subsidiárias, associadas e empreendimentos

conjuntos que registou 628 mil contos provenientes da CVH (ver capítulo 3.3.3 – Outros Rendimentos).

Nas Reversões registaram-se 617 mil contos de + 79,5% (273 mil contos), face a 2016, devido à reversão de imparidades de dívidas de clientes (554 mil contos).

3.3.1 Prestações de Serviços

As Prestações de Serviços em 2017 totalizaram 5.418.443 contos, revelando um aumento de 581 mil contos (+ 12,0%), face a 2016.

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
72	Prestacoes de servicos	5.418.443	4.837.624	4.722.053	100	580.819 ▲	12,0	115.571 ▲	2,4
721	Rendimentos Aeroport. Aeronáuticos	2.732.980	2.163.548	1.958.915	50,4	569.432 ▲	26,3	204.634 ▲	10,4
722	Rendimentos de Navegação Aérea	2.478.928	2.472.855	2.571.422	45,7	6.074 ▲	0,2	-98.568 ▼	-3,8
725	Rendimentos Aeroport. Comerciais	206.540	201.706	193.744	3,8	4.834 ▲	2,4	7.961 ▲	4,1
728	Descontos e abatimentos	-4	-484	-2.028	0,0	480 ▼	-99,1	1.544 ▼	-76,1

Quadro 26 - Prestações de Serviços

Pela primeira vez, os Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos ultrapassaram os Rendimentos de Navegação Aérea (peso de 50,4% e 45,7%, respetivamente no total de Prestações de Serviços). Os rendimentos de Navegação Aérea continuam a decrescer, não obstante o comportamento positivo em 2017, enquanto os aeroportuários tem ganho cada vez mais terreno, devido a crescente demanda quer a nível de tráfego doméstico, quer a nível de tráfego internacional.

Os Rendimentos de Navegação Aérea registaram um ligeiro aumento de 0,2% (+ 6 mil contos), muito devido às:

- Taxas TNC (*Terminal Area Navigation Charge*) que aumentaram 15,9 % (+ 18 mil contos), face a 2016; e
- Por outro lado, as taxas de rota, que registaram uma diminuição de 0,5% (- 12 mil contos) nas receitas arrecadadas, face a 2016.

Os Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos cresceram 26,3% (+ 569 mil contos), face a 2016, impulsionados, essencialmente, pelo aumento de:

- Serviços de assistência a passageiros (+ 251 mil contos);
- Assistência Aeronaves (+ 140 mil contos)
- Taxa de Aterragem e Descolagem (+ 86 mil contos);
- Taxa de Segurança (+ 47 mil contos);

Quanto aos Rendimentos Comerciais cresceram em cerca de 5 mil contos (+ 2,4%), um aumento abaixo do registado no ano passado (4,1%), dado em grande parte, às obras no terminal do AIPNM que afetaram os rendimentos provenientes da ocupação de lojas.

Observa-se no gráfico a seguir (Figura 10), que os principais rendimentos aeroportuários aeronáuticos são os provenientes de Serviços a passageiros, Taxa de aterragem e descolagem e Taxa de segurança aeroportuária, que em conjunto representam 88,3% do total desta categoria de rendimento:

U= Contos

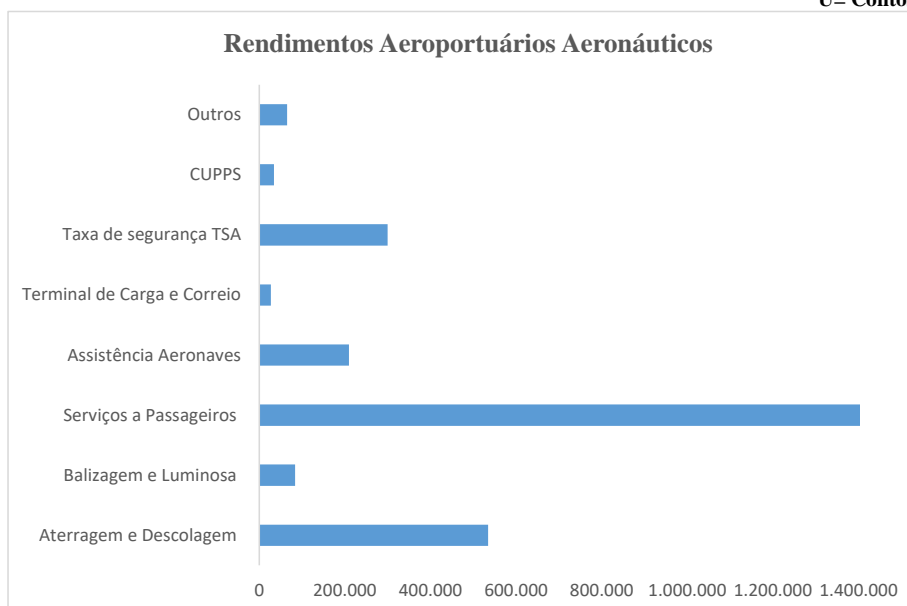


Figura 10 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos

Analisando os Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroportos (Quadro 27), verifica-se que, os aeroportos apresentam uma evolução positiva, face a 2016, com grande destaque para o AIAC, com aumento de 26,7% (+ 264 mil contos) e para o AIPNM com aumento 32,1% (+ 158 mil contos). O AIAP também melhorou os rendimentos aeronáuticos com um aumento de 14,3% (+ 70 mil contos), face a 2016.

U= Contos

Estrutura	Rendimentos Aerop. Aeronáuticos			Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
	2017	2016	2015		Valor	%	Valor	%
ASA	2.732.980	2.163.548	1.958.915	100	569.432	26,3	204.633	10,4
AIAC	1.254.804	990.529	834.003	45,9	264.274	26,7	156.526	18,8
SNICOLAU	12.787	10.386	9.337	0,5	2.400	23,1	1.049	11,2
AIPNM	651.679	493.461	508.394	23,8	158.218	32,1	-14.933	-2,9
FOGO	32.317	21.608	21.256	1,2	10.709	49,6	352	1,7
MAIO	6.430	4.813	4.135	0,2	1.618	33,6	678	16,4
AIAP	560.267	490.253	437.606	20,5	70.014	14,3	52.647	12,0
AICE	214.696	152.498	144.183	7,9	62.198	40,8	8.315	5,8

Quadro 27 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroporto

No que concerne aos Rendimentos Comerciais, as rubricas de maior peso, foram: Ocupação de edifícios (110 mil contos), Comparticipação nas vendas (52 mil contos), Reclames e letreiros (12 mil contos) e Exploração comercial (7 mil contos), conforme discriminado no gráfico a seguir (Figura 11):

U= Contos



Figura 11 - Rendimentos Aeroportuários Comerciais

A distribuição dos Rendimentos Comerciais, por aeroporto, apresenta-se no quadro seguinte (Quadro 28):

U= Contos

Estrutura	Rendimentos Aerop. Comerciais			Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
	2017	2016	2015		Valor	%	Valor	%
ASA	206.540	201.740	193.744	100	4.800	2,4	7.996	4,1
AIAC	114.162	108.084	93.848	53,6	6.077	15,2	14.236	15,2
SNICOLAU	811	748	777	0,4	63	-3,7	-29	-3,7
AIPNM	60.396	60.376	66.896	29,9	20	-9,7	-6.520	-9,7
FOGO	1.424	1.344	1.434	0,7	80	-6,3	-90	-6,3
MAIO	338	388	270	0,2	-50	43,6	118	43,6
AIAP	21.107	21.680	22.140	10,7	-573	-2,1	-460	-2,1
AICE	7.648	8.148	7.580	4,0	-500	7,5	568	7,5
DNA	304	34	0	0,0	270	-	34	-
SEDE	350	937	799	0,5	-587	17,3	138	17,3

Quadro 28 - Rendimentos Comerciais por aeroporto

O AIAC foi o aeroporto que registou o maior acréscimo (+ 6 mil contos) nos rendimentos comerciais, face a 2016, justificado pelo aumento do volume de passageiros transportados. As sub-rubricas que mais contribuíram para este aumento foram a Participação nas Vendas de lojas e bares (+ 3 mil contos) e Exploração Comercial (+ 3 mil contos).

3.3.2 Reversões

As Reversões totalizaram 617 mil contos em 2017, revelando um acréscimo de 273 mil contos, ou seja, de + 79,5%, face ao período homólogo de 2016.

A rubrica Reversão de perdas por imparidade registou uma variação positiva de 487 mil contos, face a 2016, relacionado com dívidas de clientes, essencialmente da TACV (495.704 contos).

Por outro lado, a rubrica reversão de provisões, registou um decréscimo de 213 mil contos (- 93,6%), face a 2016. Em 2016 tinha-se constituído provisões relativas ao IVA a recuperar e possíveis acertos que poderiam ocorrer, referente ao período 2014-2017. Este ano fez-se o pedido de reembolso pelo que se anulou a provisão.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
76	Reversões	617.254	343.909	1.036.629	100	273.344 ▲	79,5	-692.720 ▼	-66,8
762	De Perdas por Imparidade	602.708	115.850	909.559	97,6	486.858 ▲	>100	-793.710 ▼	-87,3
763	De Provisões	14.546	228.059	127.069	2,4	-213.514 ▼	-93,6	100.990 ▲	79,5

Quadro 29 – Reversões

3.3.3 Outros rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos totalizou cerca 705 mil contos em 2017, um aumento de 504 mil contos, face a 2016. Tal justifica-se pelos ganhos de 628 mil contos provenientes, essencialmente, da CVH (empresa detida a 100% pela ASA), um aumento de 518 mil contos, na rubrica Rendimentos provenientes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, rubrica de maior peso nesta conta.

Quanto à rubrica Outros, refere-se a rendimentos provenientes da atividade corrente da empresa (diferenças de câmbio operacionais e às regularizações de clientes e fornecedores), registou decréscimos de 11 mil contos, face a 2016.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
78	Outros rendimentos	704.812	200.589	391.846	100	504.223 ▲	251,4	-191.256 ▼	-48,8
781	Rendimentos suplementares	42.362	42.976	50.177	6,0	-614 ▼	-1,4	-7.201 ▼	-14,4
782	Descontos de p. pag. obtidos	140	545	64	0,0	-404 ▼	-74,2	481 ▲	100,0
784	Ganhos em inventários	1.622	649	2.161	0,2	973 ▲	100,0	-1.512 ▼	-70,0
785	Rend. em subs., assoc. empreend. Conj.	629.743	111.221	196.860	89,3	518.522 ▲	>100	-85.639 ▼	-43,5
787	Rend. em investimentos não financ.	2.742	6.573	3.964	0,4	-3.831 ▼	-58,3	2.609 ▲	65,8
788	Outros	28.202	38.626	138.620	4,0	-10.424 ▼	-27,0	-99.994 ▼	-72,1

Quadro 30 - Outros rendimentos

3.3.4 Ganhos de financiamento

Quanto à rubrica Ganhos de Financiamento registaram cerca de 11 mil contos, uma diminuição de 11 mil contos (- 50,0%), face a 2016. Este decréscimo deve-se principalmente, às diferenças de câmbio favoráveis, que este ano, nada se registou contrariamente aos 15 mil contos registados no período homólogo. Por outro lado, os juros obtidos de aplicações de financiamentos registaram um acréscimo de 3.920 contos.

U= Contos

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor	%
79	Ganhos de financiamento	11.288	22.365	8.768	100	-11.077 ▼	-49,5	13.597 ▲	100,0
791	Juros Obtidos	11.288	7.368	3.765	100,0	3.920 ▲	53,2	3.603 ▲	95,7
792	Dif. de Câmbio Favoráveis	0	14.997	4.715	0,0	-14.997 ▼	-100,0	10.282 ▲	100,0
798	Outros Ganhos de Financiamento	0	0	288	0,0	0	-	-288 ▼	-100,0

Quadro 31 - Ganhos de Financiamento

3.4 Análise Financeira e Patrimonial

3.4.1 Indicadores de desempenho

O indicador de crescimento financeiro (Margem EBITDA³), em 2017, indica um potencial de geração de caixa de 56,3%. A rentabilidade líquida dos ativos foi de 13,7%, superior ao registado no ano passado, pois este ano o EBIT triplicou devido aos acontecimentos pontuais já analisados neste relatório (Rendimentos provenientes da CVH e Reversão de imparidade de dívidas da TACV).

Indicadores	Métrica	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor	%
Margem EBITDA	EBITDA / Rendimentos	56,3%	42,6%	64,6%	0,14	32,3%	-0,22	-34,2%
Rend.e Económica	EBIT / Activo Líquido	13,7%	5,8%	13,5%	0,08	>100	-0,07	-49,8%
VAB	Prestações de serviços - FSE	4.725.423	3.711.451	3.652.061	1.013.972	27,3%	59.389	1,6%

Quadro 32 - Indicadores Económicos

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresenta um crescimento de 27,3%, justificado por um lado, pelo aumento em 12,0 % nas prestações de serviço e, por outro lado, pela diminuição de 6,9% nos Fornecimentos e Serviços externos. O quadro seguinte apresenta o VAB por estrutura:

Estrutura	Valor Acrescentado Bruto (VAB)				Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
	2017	2016	2015	Valor		%	Valor	%	
	ASA	4.725.423	3.711.451	3.652.061		100	1.013.972	27,3	59.390
DNA	2.119.523	2.146.198	2.257.691	44,9	-26.676	-1,2	-111.493	-4,9	
AIAC	1.090.250	844.018	641.325	23,1	246.232	29,2	202.693	31,6	
SNICOLAU	(2.243)	(2.595)	(10.849)	0,0	-352	-13,6	-8.254	-76,1	
AIPNM	465.361	296.816	280.561	9,8	168.544	56,8	16.255	5,8	
FOGO	16.348	9.280	10.140	0,3	7.068	76,2	-860	-8,5	
MAIO	(2.243)	(2.039)	(6.012)	0,0	203	10,0	-3.973	-66,1	
AIAP	458.713	379.277	343.319	9,7	79.437	20,9	35.958	10,5	
AICE	129.319	58.866	60.075	2,7	70.454	>100	-1.209	-2,0	
SEDE	451.032	(18.371)	75.811	9,5	432.662	>100	-57.440	-75,8	

Quadro 33 - VAB por estrutura de negócio

A Sede apresenta este ano um VAB positivo de 451 mil contos, um aumento de 432 mil contos em relação a 2016, em resultado da absorção de Resultados provenientes da subsidiária CV Handling. Com exceção dos aeródromos de São Nicolau e Maio que registaram resultados negativos, as restantes unidades de negócio registaram VAB positivo com destaque para o aumento de 29,2% (+ 246 mil contos) no AIAC e acréscimo de 56,8% (+ 168 mil contos) no AIPNM. A Direção de Navegação Aérea continua a ser a unidade de negócios com maior peso nos rendimentos da empresa, sendo que somando o VAB das restantes unidades de negócio e a Sede, ultrapassam o VAB da DNA.

3.4.2 Indicadores Financeiros

Os principais indicadores financeiros evidenciam uma situação financeira sólida e equilibrada da empresa, com uma solvabilidade de 418,4% o que significa que a empresa tem capacidade de

³ Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization.

satisfazer os seus compromissos de médio e longo prazos e tem um elevado grau de independência dos seus credores.

Indicadores	Métrica	2017	2016	2015	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor.	%.
Autonomia Financeira	C.Próprio/ Activo	57,6%	60,0%	61,7%	-0,02	-3,9%	-0,02	-2,7%
Solvabilidade	C.Próprio/ Passivo não corrente	418,4%	199,1%	206,4%	2,19	>100%	-0,07	-3,6%
ROE - Rend. C.Próprio	Resul. Líquido/ C.Próprio	18,3%	4,6%	13,3%	0,14	>100%	-0,09	-65,4%
ROI - Rend. Activo	EBIT / Activo	13,7%	5,8%	11,6%	0,08	>100%	-0,06	-50,4%
Endividamento	Financiamentos/ C.Próprio	27,6%	26,2%	28,7%	0,01	5,4%	-0,02	-8,6%
Estrutura Financ. Obtidos	Financ. C. Prazo/ Financ. Totais	15,9%	23,7%	22,5%	-0,08	-32,9%	0,01	5,6%
Capacidade de Endivid.	C.Próprio / Capital permanente	68,5%	66,6%	67,4%	0,02	2,8%	-0,01	-1,1%
Período de Recup. Dívida	Emprést. em Dívida/ Autofin.	0,9	1,3	1,5	-0,43	-31,9%	-0,20	-12,9%
Cobertura Encargos	EBIT / Encargos Financeiros	3015,0%	641,0%	1050,2%	23,74	>100%	-4,09	-39,0%

Quadro 34 - Principais indicadores financeiros

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) no exercício é de 18,3%, isto é, por cada 100 unidades monetárias investidas foram gerados 18,3 unidades monetárias em 2017. O acréscimo relativamente ao ano anterior é justificado pelo aumento no resultado líquido do exercício, face a 2016.

A rentabilidade do ativo (ROI) também aumentou em relação a 2016, situando-se em 13,7% também consequência do aumento dos resultados do período.

Os indicadores de endividamento espelham um rácio de endividamento de 27,6% e uma carteira composta por 15,9% de financiamentos de curto prazo (até 1 ano), detendo assim a empresa elevado poder negocial para contratação de novos financiamentos.

3.4.3 Situação Financeira

O património da ASA, refletido no Balanço, está avaliado em cerca de 21 milhões de contos em 2017 e registou um crescimento de 24,6%, em relação a 2016.

Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
					U= Contos			
					Valor	%	Valor	%
ATIVO	21.057.913	16.897.131	14.423.915	100	4.160.783	24,6	2.473.216	17,1
Ativo Não Corrente	16.958.613	14.468.591	14.423.915	80,5	2.490.023	17,2	44.676	0,3
Activos fixos Tangíveis	7.613.617	8.202.921	9.203.857	44,9	-589.304	- 7,2	-1.000.936	- 10,9
Activos Intangíveis	3.099.681	3.119.351	3.017.123	18,3	-19.670	- 0,6	102.228	3,4
Investimentos em curso	4.712.474	2.044.203	868.316	27,8	2.668.271	>100	1.175.887	>100
Investimentos Financeiros	1.163.571	593.890	587.300	5,5	569.681	95,9	6.590	1,1
Propriedade de Investimentos	10.851	10.851	10.851	0,1	0	0,0	0	-
Ativos por impostos diferidos	171.668	310.365	517.100	0,8	-138.697	- 44,7	-206.735	- 40,0
Outras contas a receber	186.751	187.010	219.368	0,9	-259	- 0,1	-32.358	- 14,8
Ativo Corrente	4.099.300	2.428.540	2.457.507	19,5	1.670.760	68,8	-28.967	- 1,2
Inventarios	68.774	84.225	123.845	1,7	-15.451	- 18,3	-39.620	- 32,0
Contas a receber	1.566.381	1.295.504	1.560.710	38,2	270.877	20,9	-265.206	- 17,0
Outras contas a receber	822.595	179.964	78.110	20,1	642.631	357,1	101.854	>100
Caixa e depósitos bancários	1.641.550	868.847	694.842	40,0	772.703	88,9	174.005	25,0

Quadro 35 – Ativo corrente e não corrente

No final do ano, o Ativo não corrente e o Ativo corrente estavam representados em 80,5% e 19,5%, respetivamente.

O **Ativo não corrente** era composto em 44,9% por Ativos fixos tangíveis e 27,8% de Investimentos em curso, nomeadamente referentes às obras nos principais aeroportos que a 31 de dezembro ainda não estavam concluídas (ver capítulo 5- Investimentos).

Quanto aos ativos intangíveis, representando uma parcela de 18,3%, referem-se essencialmente ao Goodwill registado no âmbito da aquisição de 100% da CV Handling para a esfera da ASA.

O **Ativo corrente** era representado essencialmente por Contas a receber, 38,2% (clientes decorrentes da atividade operacional da empresa e Estado de Cabo Verde), por Outras contas a receber, 20,1%, que incluem, para além de valores a receber da subsidiária CV Handling e de empréstimos aos trabalhadores, o montante de 495.591 contos resultante do acordo de transferência de dívida da TACV para empresa *NewCo*, sob orientações do acionista Estado.

As disponibilidades de Caixa e Depósitos Bancários (peso de 40,0% no total do Ativo Corrente) estão representados maioritariamente por Depósitos Bancários, que cresceram 88,9% em relação ao período passado.

O **Capital Próprio e o Passivo** tinham a seguinte composição, no final do exercício:

U= Contos

Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
					Valor	%	Valor	%
Capital Próprio e Passivo	21.057.913	16.897.131	16.803.312	100	4.160.782	24,6	93.819	0,6
Capital Próprio	12.138.485	10.146.469	10.365.640	57,6	1.992.016	19,6	-219.171	-2,1
Capital	5.500.000	5.500.000	5.500.000	45,3	0	0,0	0	0,0
Reservas	4.411.764	4.177.060	3.207.844	36,3	234.704	5,6	969.216	30,2
Resultados Transitados	-	-	280.630	-	0	-	-280.630	-100,0
Resultado Líquido	2.226.722	469.409	1.377.166	18,3	1.757.313	374,4	-907.757	-65,9
Passivo	8.919.428	6.750.662	6.437.672	42,4	2.168.766	32,1	312.990	4,9
Passivo não corrente	2.901.184	2.106.695	2.561.074	32,5	794.489	37,7	-454.379	-17,7
Provisões	82.515	81.775	256.835	2,8	740	0,9	-175.060	-68,2
Financiamentos obtidos	2.818.669	2.024.920	2.304.239	97,2	793.749	39,2	-279.319	-12,1
Passivos por impostos diferidos	-	-	4.753	-	-	-	4.753	-100,0
Passivo corrente	6.018.244	4.643.967	3.871.845	28,6	1.374.277	29,6	772.122	19,9
Contas a pagar	1.805.272	1.365.425	1.416.736	30,0	439.847	32,2	-51.311	-3,6
Acionista	4.212.972	3.278.542	2.455.109	70,0	934.430	28,5	823.433	33,5

Quadro 36 – Capital próprio e passivo

Em termos homólogos, o Capital Próprio e o Passivo cresceram 19,6% e 32,1%, respetivamente.

O acréscimo registado no Resultado Líquido da empresa deriva, para além do aumento das vendas e prestações de serviço, do aumento dos Rendimentos provenientes da subsidiária CVH e da Reversão do valor em imparidades de dívida da TACV, contribuindo assim para a variação positiva ocorrida no Capital Próprio.

Quanto ao Passivo, no não corrente destacam-se os Financiamentos obtidos e no corrente a conta Acionista destaca-se com acréscimos de 39,2% e 28,5%, respetivamente.

O acréscimo registado na rubrica Financiamentos Obtidos resulta do reconhecimento nas contas do financiamento obtido junto da Banca para as obras de expansão e modernização do AIPNM, AIAC e AIAP.

Na conta Acionista, o acréscimo registado em 2017 resulta do reconhecimento pela ASA da dívida de parte das obras de expansão do AIPNM que ficaram concluídas este ano, que foram suportadas pelo Estado de Cabo Verde.

3.5 Unidades de Negócio e Sede

O quadro seguinte (quadro 37), apresenta o total de Gastos e Rendimentos por Aeroportos, Navegação Aérea e Sede. Nos gastos podemos constatar que DNA, AIAC, AIPNM e Sede representam 77,6% dos Gastos da empresa. Quanto aos Rendimentos, a DNA, através da FIR Oceânica do Sal, tem um peso de 37,2% nos Rendimentos da ASA, uma diminuição considerável comparando com 2016 cujo peso foi de 46,1%. Os 4 aeroportos internacionais, AIAC, AIAP, AICE e AIPNM, juntos têm um peso de 58,0% do total de Rendimentos ASA (em 2016, juntos os aeroportos representavam um peso de 49,9 % nos rendimentos).

UNIDADES DE NEGÓCIO e SEDE	U=contos									
	2017	Peso %	2016	Peso %	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
							Valor	%	Valor	%
GASTOS	3.952.903	100,0	4.553.961	100,0	4.386.301	100,0	-601.059	-13,2	167.661	3,8
DNA	801.689	20,3	762.161	16,7	726.468	16,6	39.528	5,2	35.693	4,9
DAIAC	870.651	22,0	978.206	21,5	1.041.513	23,7	-107.555	-11,0	-63.307	-6,1
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	805.187	20,4	900.991	19,8	956.258	21,8	-95.804	-10,6	-55.267	-5,8
Aeródromo de São Nicolau	65.464	1,7	77.215	1,7	85.255	1,9	-11.751	-15,2	-8.040	-9,4
DAIPNM	867.113	21,9	1.016.497	22,3	1.101.826	25,1	-149.384	-14,7	-85.329	-7,7
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	772.665	19,5	923.209	20,3	985.754	22,5	-150.544	-16,3	-62.545	-6,3
Aeródromo do Fogo	55.239	1,4	61.662	1,4	66.788	1,5	-6.423	-10,4	-5.126	-7,7
Aeródromo do Maio	39.209	1,0	31.626	0,7	49.284	1,1	7.583	24,0	-17.658	-35,8
DAIAP	366.095	9,3	405.362	8,9	382.427	8,7	-39.267	-9,7	22.934	6,0
DAICE	361.107	9,1	466.148	10,2	481.427	11,0	-105.041	-22,5	-15.279	-3,2
SEDE	686.248	17,4	925.588	20,3	652.640	14,9	-239.340	-25,9	272.948	41,8
RENDIMENTOS	6.751.796	100,0	5.404.487	100,0	6.159.296	100,0	1.347.308	24,9	-754.808	-12,3
DNA	2.510.939	37,2	2.494.119	46,1	2.710.044	44,0	16.820	0,7	-215.925	-8,0
DAIAC	1.646.511	24,4	1.169.546	21,6	1.206.872	19,6	476.965	40,8	-37.326	-3,1
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	1.630.492	24,1	1.157.735	21,4	1.186.190	19,3	472.757	40,8	-28.455	-2,4
Aeródromo de São Nicolau	16.019	0,2	11.811	0,2	20.683	0,3	4.208	35,6	-8.871	-42,9
DAIPNM	912.780	13,5	652.449	12,1	1.046.614	17,0	260.331	39,9	-394.164	-37,7
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	865.228	12,8	622.063	11,5	992.629	16,1	243.165	39,1	-370.566	-37,3
Aeródromo do Fogo	39.751	0,6	24.792	0,5	44.453	0,7	14.959	60,3	-19.661	-44,2
Aeródromo do Maio	7.801	0,1	5.594	0,1	9.531	0,2	2.207	39,5	-3.937	-41,3
DAIAP	687.600	10,2	662.034	12,2	526.069	8,5	25.565	3,9	135.965	25,8
DAICE	263.599	3,9	253.169	4,7	271.906	4,4	10.430	4,1	-18.737	-6,9
SEDE	730.366	10,8	173.170	3,2	397.791	6,5	557.196	>100	-224.621	-56,5
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	2.798.894	100,0	850.526	100,0	1.772.995	100,0	1.948.368	>100	-922.468	-52,0
DNA	1.709.250	61,1	1.731.958	203,6	1.983.576	111,9	-22.708	-1,3	-251.618	-12,7
DAIAC	775.861	27,7	191.340	22,5	165.359	9,3	584.521	>100	25.981	15,7
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	825.305	29,5	256.744	30,2	229.931	13,0	568.561	>100	26.812	11,7
Aeródromo de São Nicolau	-49.444	- 1,8	-65.404	- 7,7	-64.572	- 3,6	15.959	-24,4	-831	1,3
DAIPNM	45.667	1,6	-364.048	-42,8	-55.212	- 3,1	409.715	>100	-308.835	>100
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	92.563	3,3	-301.146	- 35,4	6.876	0,4	393.709	>100	-308.021	>100
Aeródromo do Fogo	-15.488	- 0,6	-36.870	- 4,3	-22.335	- 1,3	21.382	-58,0	-14.535	65,1
Aeródromo do Maio	-31.408	- 1,1	-26.032	- 3,1	-39.753	- 2,2	-5.376	20,7	13.721	-34,5
DAIAP	321.505	11,5	256.672	30,2	143.642	8,1	64.833	25,3	113.031	78,7
DAICE	-97.508	- 3,5	-212.979	-25,0	-209.521	- 11,8	115.471	-54,2	-3.459	1,7
SEDE	44.118	1,6	-752.418	-88,5	-254.848	- 14,4	796.536	>100	-497.570	>100

Quadro 37 - Gastos e Rendimentos Por Unidades de Negócio e Sede

Os aeroportos internacionais que registaram as maiores diminuições de gastos, face ao período homólogo de 2016, foram o AICE, com uma diminuição 22,0%, o AIPNM diminuiu em 16,3%, o AIAC com -10,6% e o AIAP com uma redução de gastos de 9,7%. Nota para a diminuição dos gastos na Sede em 25,9% devido a diminuição considerável na rubrica Perda por imparidades.

Por seu lado, a DNA registou um aumento de Gastos de 5,2% face a 2016, muito por causa das participações a entregar à AAC decorrente do ligeiro aumento de tráfego na FIR.

Analisando o Resultado Antes de Imposto (quadro 37), observa-se que as Unidades de Negócio, na maioria apresentaram resultados positivos, à exceção, o Aeroporto internacional Cesária Évora e os Aeródromos. Nota para o aumento considerável no resultado do AIAC que registou 776 mil contos, mais 585 mil, face a 2016 e para o AIPNM que apresenta pela primeira vez resultados positivos, cerca de 93 mil contos.

O quadro seguinte (quadro 38) apresenta a Demonstração de Resultados por estrutura:

U= Contos

Descrição	ASA GERAL	DNA	AIAC	S.NICOLAU	AIPNM	FOGO	MAIO	AIAP	AICE	SEDE
Vendas e prestações de serviços	5.418.443	2.479.232	1.368.961	13.598	712.075	33.742	6.768	581.375	222.344	350
Ganhos/perdas imputados se subsidiárias, associadas e empr. Conjunto	627.874	0	0	0	0	0	0	0	0	627.874
Resultado Operacional Bruto	6.046.317	2.479.232	1.368.961	13.598	712.075	33.742	6.768	581.375	222.344	628.224
Fornecimentos e serviços externos	(1.320.894)	(359.709)	(278.711)	(15.840)	(246.715)	(17.394)	(9.648)	(122.661)	(93.024)	(177.192)
Valor acrescentado bruto	4.725.423	2.119.523	1.090.250	(2.243)	465.361	16.348	(2.880)	458.713	129.319	451.032
Gastos com pessoal	(1.245.850)	(261.798)	(260.987)	(18.183)	(201.429)	(18.632)	(11.767)	(68.806)	(110.676)	(293.571)
Ajustamentos em inventários (perdas/reversões)	(29.012)	0	0	0	0	0	0	0	0	(29.012)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	497.485	11.381	229.966	2.283	121.640	5.664	1.136	97.593	37.324	(9.500)
Provisões do período (aumentos/reduções)	(740)	0	0	0	(9.222)	0	0	0	0	8.483
Aumentos/reduções justo valor	(1.439)	0	0	0	0	0	0	0	0	(1.439)
Outros rendimentos e ganhos	76.938	3.800	16.787	0	24.226	0	(172)	2.683	1.656	27.957
Outros gastos e perdas	(221.201)	(66.068)	(9.324)	(158)	(8.675)	(67)	(35)	(1.293)	(596)	(134.985)
EBITDA	3.801.603	1.806.837	1.066.692	(18.301)	391.900	3.312	(13.718)	488.890	57.027	18.965
Gastos de depreciação e amortização	(966.720)	(72.913)	(223.889)	(27.659)	(284.125)	(18.801)	(17.690)	(142.822)	(150.013)	(28.807)
Perdas/reversões por imparidade de activos/amortizáveis	48.352	0	0	0	0	0	0	0	0	48.352
EBIT	2.883.237	1.733.923	842.803	(45.960)	107.775	(15.488)	(31.408)	346.068	(92.987)	38.510
Juros e ganhos similares obtidos	11.288	0	0	0	0	0	0	0	0	11.288
Juros e perdas similares suportados	(95.631)	(24.673)	(17.498)	(3.484)	(15.212)	0	0	(24.563)	(4.522)	(5.679)
Resultado antes de imposto	2.798.893	1.709.250	825.305	(49.444)	92.563	(15.488)	(31.408)	321.505	(97.508)	44.118
Imposto do período	(433.474)	(251.275)	(121.327)	0	(13.608)	0	0	(47.264)	0	0
Imposto diferido	(138.697)	-	0	0	0	0	0	0	0	(138.697)
Resultado Líquido	2.226.722	1.457.975	703.978	(49.444)	78.956	(15.488)	(31.408)	274.241	(97.508)	(94.579)

Quadro 38 – Demonstração de Resultados por Estrutura

4 CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO

A carteira de clientes da empresa em 2017 foi constituída por 683 clientes ativos, (mais 24 que em 2016), com um volume de faturação⁴ de 5.418 mil contos, revelando um acréscimo de 581 mil contos face a 2016.

Da carteira de clientes da ASA, 47,6% (314 clientes) são filiados na *Internacional Air Transport Association* (IATA), sendo a sua faturação (taxa de rota), cobrada através da *IATA Clearing House*.

Para além dos clientes filiados na IATA, a faturação e cobrança das taxas de passageiros e segurança da TACV também têm sido efetuadas por esta via, em resultado de um acordo firmado entre as partes em 2015. Este acordo permitiu à ASA, o recebimento de 364 mil contos em 2017, referentes às taxas acima referidas.

As cobranças⁵ por sua vez atingiram o montante de 4.970 mil contos, mais 389 mil contos, face aos 4.581 mil contos arrecadados em 2016, revelando uma taxa de cobrança de 92,9%, inferiores aos 93,8%, atingidos em 2016.

Relativamente aos serviços aeroportuários aeronáuticos, a taxa de cobrança verificada em 2017 foi de 90,2%.

Nos rendimentos comerciais, a taxa de cobrança foi de 85,0%, um aumento em relação aos 78,5% conseguidos em 2016.

5 INVESTIMENTOS

Em 2017 foram realizados investimentos no montante de 3.007 milhares de contos, dos quais 97,4% se encontram em curso. Das obras em curso, 99% referem se às obras de expansão e modernização dos Aeroportos Internacionais da Praia Nelson Mandela, Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

Conta	Descrição da conta	2017	2016	2015	Peso %	Variação 17/16		Variação 16/15	
						Valor	%	Valor.	%.
4	INVESTIMENTOS	3.007.262	1.356.148	775.301	100,0	1.651.114	>100	581	74,9
43	Activos fixos tangíveis	52.828	48.394	56.268	1,8	4.434	>100	-8	-14,0
432	Edifícios e outras construções	15.546	3.478	25.011	0,5	12.068	>100	-22	-86,1
433	Equipamento básico	2.365	23.335	22.808	0,1	-20.970	-89,9	1	2,3
434	Equipamentos de transporte	5.198	4.174	3.610	0,2	1.024	>100	1	15,6
435	Equipamentos administrativos	7.777	17.021	4.356	0,3	-9.244	-54,3	13	>100
43701	Ferramentas e Utensílios	21.942	386	483	0,7	21.556	>100	0	-20,1
44	Activos intangíveis	25.251	-	6.023	0,8	25.251	-	-6	-100,0
441	Goodwill	-	-	-	0,0	0,000	-	0	-
443	Programas de computador	25.251	-	6.023	0,8	25.251	-	-6	-100,0
45	Ativos fixos em curso	2.929.183	1.307.754	713.010	97,4	1.621.429	>100	595	83,4
452	Ativos fixos tangíveis em curso	2.925.875	1.307.754	713.010		1.618.121	>100	595	83,4
453	Ativos intangíveis em curso	3.308	-	-	0,1	3.308	>100	-	-

Quadro 39 - Investimentos Realizados

⁴ Não inclui impostos.

⁵ Não incluem impostos. Inclui regularização de adiantamentos.

As obras de expansão do terminal do Aeroporto Internacional Aristides Pereira e Expansão do terminal do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - Projeto Oásis não estavam concluídas no final do ano, de modo que, permanece em Investimentos em curso, a maior parte do valor previsto para Edifícios e Outras construções, juntando-se o AIPNM cujas obras de expansão do terminal apenas estarão concluídas nos primeiros meses de 2018.

Quanto ao reforço estrutural da pista do AIAP, dado que também não foi concluído no final do ano, permaneceu em investimento em curso.

Em relação aos Ativos Intangíveis, registou-se cerca de 25.000 contos, derivados de programas informáticos adquiridos pela ASA relacionados o Projeto de arquivo digital, com o Sistema de Gestão e com o Programa Amadeus para os balcões de *check-in*.

Pode-se observar abaixo a evolução da execução das principais obras:

U = Contos

Projeto	Total Projeto	Anos anteriores	2017	Realização	
				Total	%
Expansão AIPNM	2.851.578	1.060.601	1.586.934	2.647.535	92,8%
Expansão AIAC	876.969	474.955	457.780	932.734	106,4%
Expansão AIAP	766.954	402.299	407.112	809.411	105,5%
Reabilitação e reforço da pista AIAP	760.000	-	551.585	551.585	72,6%
Total	5.255.501	1.937.855	3.003.410	4.941.265	94,0%

Quadro 40 - Principais investimentos

A expansão e modernização do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela tem valor total estimado em 2.852 mil contos, sendo que a 31 de dezembro de 2017, o montante total investido ascendia a 2.647 mil contos, correspondente a 92,8% do total previsto. Este projeto é financiado em cerca de 83% pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sendo o restante suportado pela ASA, através de financiamento bancário, contraído em 2015.

A expansão dos terminais dos Aeroportos Internacionais Amílcar Cabral e Aristides Pereira são projetos de investimento conjunto, sendo financiados pelo Governo de Espanha – através de um empréstimo concedido pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO). A fiscalização da obra é financiada pela ASA, com recurso a empréstimo bancário. O total investimento do Projeto Oásis está orçado em 1.644 milhares de contos, tendo sido realizados até ao final do período em análise cerca de 1.742 milhares de contos acumulados desde início do projeto em 2015, correspondendo a uma taxa de realização superior a 100%.


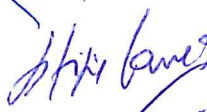
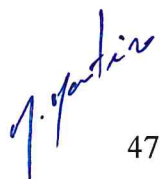

6 Demonstrações Financeiras

6.1 Balanço

ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, SA

Balanço a 31 de Dezembro de 2017

Balanço de 31 de dezembro de 2017				contos	
Contas	Rúbricas	Notas	2017	2016	
ATIVO					
Ativo não corrente					
43	Ativos Fixos Tangíveis				
431	Terrenos e recursos naturais	4	771	771	
432	Edifícios e outras construções	4	6.881.805	7.326.117	
433	Equipamento Básico	4	658.899	793.714	
434	Equipamento de transporte	4	17.645	40.024	
435	Equipamento administrativo	4	48.400	37.297	
437	Outros ativos tangíveis	4	6.098	4.998	
45	Investimentos em ativos tangíveis em curso	4	4.709.166	2.044.203	
			12.322.782	10.247.124	
44	Ativos Intangíveis		-		
441	Goodwill	6	3.010.260	3.010.260	
443	Programas de computador	5	89.421	109.091	
45	Investimentos em ativos intangíveis em curso	5	3.308	-	
			3.102.989	3.119.351	
42	Propriedades de investimento				
422	Edifícios e outras construções	9	10.851	10.851	
			10.851	10.851	
41	Investimentos financeiros				
4111	Participações Financeiras - método de equivalência patrimonial	6	968.105	394.841	
	Outros ativos financeiros	7	195.466	199.049	
264	Activos por impostos diferidos	8	171.668	310.365	
26	Outras contas a receber LP	15	186.751	187.010	
	Total de ativo não corrente		16.958.613	14.468.591	
Ativo corrente					
3	Inventários				
32	Matérias primas subs e de consumo em curso	10	37.597	23.871	
36	Matérias primas subs e de consumo	10	31.177	60.354	
21	Clientes	11	1.205.485	1.005.181	
22	Adiantamento a Fornecedores	12	3.702	15.599	
24	Estado e outros entes públicos	13	357.194	274.724	
26	Outras contas a receber	15	822.595	179.964	
11 e 12	Caixa e depósitos bancários	2	1.641.550	868.847	
	Total de ativo corrente		4.099.300	2.428.540	
	Total do Ativo		21.057.913	16.897.131	

Balço de 31 de dezembro de 2017				contos	
Contas	Rúblicas	Notas	2017	2016	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
51	Capital realizado	16	5.500.000	5.500.000	
586	Reservas legais	17	233.809	210.339	
58	Outras reservas	17	4.177.955	3.966.721	
	Resultado líquido do período	17	2.226.722	469.409	
	Total do capital próprio		12.138.485	10.146.469	
Passivo					
Passivo não corrente					
29	Provisões	18	82.515	81.775	
23	Financiamentos obtidos	19	2.818.669	2.024.920	
	Total de passivo não corrente		2.901.184	2.106.695	
Passivo corrente					
21	Adiantamentos de clientes	11	21.069	28.581	
22	Fornecedores	20	144.701	155.332	
24	Estado e outros entes públicos	13	338.977	158.260	
25	Accionista	14	4.212.972	3.278.542	
23	Financiamentos obtidos	19	532.799	629.572	
26	Outras contas a pagar	21	754.584	378.231	
28	Diferimentos	22	13.142	15.449	
	Total de passivo corrente		6.018.244	4.643.967	
	Total do passivo		8.919.428	6.750.662	
	Total do capital próprio e passivo		21.057.913	16.897.131	

As notas 1 a 35 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Diretor Financeiro



Dr. Emanuel Évora Gomes

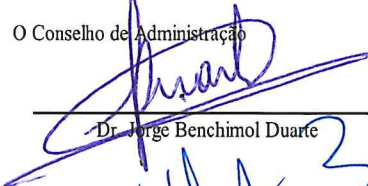
O Técnico de Contas



Dra. Carla Letizia Gomes

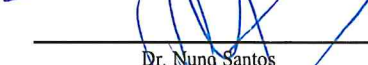
O Conselho de Administração

Presidente



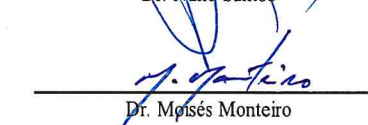
Dr. Jorge Benchimol Duarte

Administrador



Dr. Nuno Santos

Administrador



Dr. Moisés Monteiro


6.2 Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2017


Demonstração de Resultados de 31 de dezembro de 2017			
Descrição	Notas	contos	
		2017	2016
Vendas e prestações de serviços	23	5.418.443	4.837.624
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. Conjuntos	6	627.874	109.218
Resultado operacional bruto		6.046.317	4.946.842
Fornecimentos e serviços externos	24	(1.320.894)	(1.235.392)
Valor acrescentado bruto		4.725.423	3.711.451
Gastos com o pessoal	25	(1.245.850)	(1.172.394)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10	(29.012)	(40.655)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	497.485	(637.261)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(740)	175.060
Aumentos/reduções de justo valor	7	(1.439)	(2.878)
Outros rendimentos e ganhos	26	76.938	91.371
Outros gastos e perdas	27	(221.201)	(65.775)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		3.801.605	2.058.919
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(966.720)	(1.077.667)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis	4 e 5	48.352	-
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		2.883.237	981.252
Juros e ganhos similares Obtidos	28	11.288	22.365
Juros e perdas similares suportados	28	(95.631)	(153.090)
Resultado antes de Imposto		2.798.893	850.526
Imposto sobre o rendimento do período	29	(433.474)	(179.136)
Imposto diferido	29	(138.697)	(201.981)
Resultado Líquido do período		2.226.722	469.409

As notas 1 a 35 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Diretor Financeiro


Dr. Emanuel Évora Gomes

O Técnico de Contas

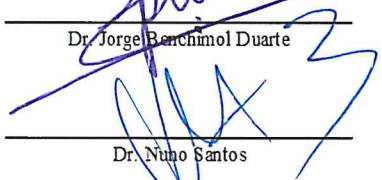

Dra. Carla Letizia Gomes

O Conselho de Administração


Presidente


Dr. Jorge Bençimol Duarte

Administrador


Dr. Nuno Santos

Administrador


Dr. Moisés Monteiro

6.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa a 31 de Dezembro de 2017

Demonstração de Fluxos de Caixa a 31 de dezembro 2017			contos	
Descrição	Nota	2017	2016	
Atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		4.979.415	4.575.782	
Pagamentos a fornecedores		(1.385.242)	(1.345.837)	
Pagamentos ao pessoal		(1.175.127)	(1.137.710)	
		2.419.046	2.092.235	
Pagamento/ recebimento do IRPC		(256.974)	(400.287)	
Outros recebimentos/ pagamentos		(91.125)	(56.261)	
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		2.071.947	1.635.687	
Atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(779.408)	(146.943)	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		2.742	1.261	
Investimentos financeiros		2.142	2.142	
Juros e rendimentos similares		11.288	7.368	
Dividendos		1.869	2.003	
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(761.368)	(134.169)	
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		579.183	336.963	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(595.124)	(1.129.899)	
Juros e gastos e similares		(88.961)	(126.797)	
Dividendos	14	(488.583)	(400.000)	
Outras operações de financiamento		(5.779)	(7.793)	
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(599.265)	(1.327.526)	
Variação de caixa e seus equivalentes		711.314	173.993	
Efeitos das diferenças de câmbio		(6.759)	12	
Caixa e seus equivalentes no início do período		868.847	694.842	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	1.573.402	868.847	
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	2	6.697	6.421	
Depósitos bancários (< 3 meses)	2	1.566.705	862.426	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	1.573.402	868.847	

As notas 1 a 35 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Diretor Financeiro



Dr. Emanuel Évora Gomes


O Técnico de Contas



Dra. Carla Letizia Gomes

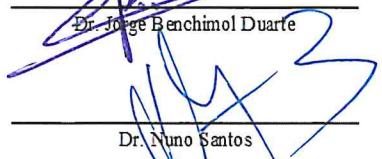
O Conselho de Administração

Presidente



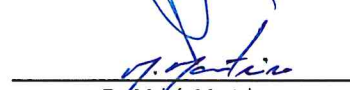
Dr. Jorge Bençimol Duarte

Administrador



Dr. Nuno Santos

Administrador




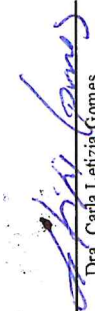
Dr. Moisés Monteiro


6.4 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

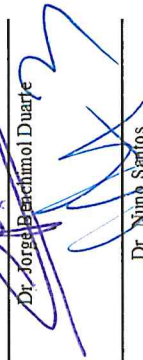
Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado Líquido do Período	Total
	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados		
Posições no início do período 2017		5.500.000	210.339	3.966.721	-	469.409	10.146.469
Alterações referentes a rendimentos e gastos reconhecidos no período							
Resultado Líquido do período		-	-	211.234	-	2.226.722	2.226.722
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	17	-	23.470	211.234	-	(234.704)	-
Resultado Extensivo		-	23.470	211.234	-	1.992.018	2.226.722
Operações com detentores de Capital no período							
Distribuições	17	-	-	-	-	(234.704)	(234.704)
Outras operações							
Posições no fim do período 2017		5.500.000	233.809	4.177.955	-	2.226.722	12.138.485


As notas 1 a 35 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Diretor Financeiro

 Dr. Emanuel Évora Gomes

O Técnico de Contas

 Dra. Carla Letizia Gomes

O Conselho de Administração
 Presidente

 Dr. Jorge Pachimol Duarte

Administrador

 Dr. Nuno Santos

Administrador

 Dr. Moisés Monteiro

Capital próprio atribuído aos detentores do capital

Descrição	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posições no início do período 2016		5.500.000	127.449	3.080.396	280.630	1.377.166	10.365.641
Alterações referentes a rendimentos e gastos reconhecidos no período							
Resultado Líquido do período	17	-	82.890	886.325	(280.630)	469.409	469.409
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio						(688.583)	-
Resultado Extensivo		-	82.890	886.325	(280.630)	(219.174)	469.411
Operações com detentores de Capital no período							
Distribuições	17	-	-	-	-	(688.583)	(688.583)
Outras operações		-	-	-	-	(688.583)	(688.583)
Posições no fim do período 2016		5.500.000	210.339	3.966.721	-	469.409	10.146.469

As notas 1 a 35 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Diretor Financeiro



Dr. Emanuel Évora Gomes

O Técnico de Contas



Dra. Carla Letizia Gomes

Presidente

O Conselho de Administração




Dr. Jorge Bençimol Duarte

Administrador

Dr. Nuno Santos

Administrador



Dr. Mafés Monteiro

6.5 Proposta de Aplicação do Resultado

Considerando que:

- No exercício económico de 2017 a ASA obteve um Resultado Líquido de 2.226.722.261 ECV (dois bilhões, duzentos e vinte e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e um escudos);
- Os elevados investimentos em curso e em carteira;
- Os imperativos legais em vigor;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação do Resultado Líquido:

Aplicação	Valor em Escudos	%
Reservas Legais	111.336.113	5,0%
Reservas para Investimentos	1.002.025.017	45,0%
Dividendos	1.113.361.131	50,0%
Total	2.226.722.261	100,0%

O Conselho de Administração



Dr. Jorge Benchimol Duarte



Dr. Nuno Santos



Dr. Moisés Monteiro

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 21.057.913 mECV e um total de capital próprio de 12.138.485 mECV, incluindo um resultado líquido de 2.226.722 mECV), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas (i) e (ii) da secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nas alíneas (i) e (ii) da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

- (i) Conforme indicado na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, através do Decreto – Legislativo nº1 /2014 de 26 de Setembro de 2016 foi atribuído à Entidade, mediante a celebração futura de um contrato com o Estado de Cabo Verde, o que ainda não ocorreu, nos termos daquele diploma e das bases de concessão constantes em seu anexo, a Concessão, por um período máximo de 50 anos, do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, bem como de exploração e desenvolvimento das infraestruturas e dos serviços de apoio à navegação aérea, designadamente a gestão de tráfego aéreo, em todas as suas vertentes. Este mesmo diploma, veio ainda clarificar que durante a vigência da Concessão, a Entidade, como concessionária, é titular do direito de propriedade dos bens afetos à Concessão que não integrem o domínio público ou que não sejam propriedade privada de outras entidades públicas ou privadas. O saldo da rubrica de ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2017 no montante de 12.322.782 mECV, líquido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas de 14.779.684 mECV, (10.247.124 mECV em 31 de dezembro de 2016, líquido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas de 13.907.191 mECV) engloba, maioritariamente, um conjunto de obras, construções e instalações afetas aos serviços concessionados à Entidade que se encontram implantados no domínio público aeroportuário

A nossa análise ao saldo da rubrica de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2017, acima indicado, revelou ainda a existência de um conjunto de investimentos que foram pagos diretamente pelo Estado de Cabo Verde ou outros organismos estatais (os quais foram maioritariamente faturados a estas entidades), tendo sido registados no ativo da Entidade por contrapartida de uma conta a pagar ao acionista no passivo corrente, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2017 ascende a 4.178.268 mECV (2.989.959 mECV, em 31 de dezembro de 2016). Não obtivemos suporte contratual e/ou plano de pagamentos para o mesmo, devidamente assinado, bem como informação suficiente, que nos permita concluir quanto à razoabilidade daqueles saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



Adicionalmente, não obtivemos, até à presente data, documentação suporte para uma amostra de adições à rubrica de ativos fixos tangíveis ocorridas durante exercícios anteriores no montante de aproximadamente 6.542.000 mECV e identificámos: (a) indícios de eventuais perdas de imparidade não registadas relacionadas com ativos afetos a atividades desenvolvidas pela Entidade que apresentam resultados operacionais negativos nos últimos exercícios, relativamente aos quais não obtivemos testes de imparidade preparados pela Entidade; e (b) inconsistências na definição da taxa de amortização para a mesma categoria de bens

Face ao exposto, e em particular face à ausência de um contrato de concessão, não nos é possível concluir quanto aos efeitos destes diversos assuntos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Ativos por impostos diferidos" inclui um montante de 221.426 mECV relativo a perdas por imparidade de contas a receber e outras provisões da entidade TACV, detida pelo Estado Cabo-Verdiano, o que, de acordo com as regras fiscais em vigor, não se configura como diferença temporária dedutível. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante supra mencionado foi regularizado por contrapartida da demonstração dos resultados do exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, os resultados transitados encontram-se sobreavaliados e o resultado líquido do exercício encontra-se subavaliado no montante de 221.426 mECV, respetivamente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós auditadas e o nosso Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 28 de agosto de 2017, inclui oito reservas: (i) duas sobre os assuntos referidos nos parágrafos (i) e (ii) da secção "Bases para a opinião com reservas"; (ii) uma relacionada com serviços prestados aos TACV e correspondente conta a receber, a qual foi resolvida mediante a celebração dos acordos descritos na nota 11, de que resultou a reversão da perda por imparidade reconhecida em exercícios anteriores, no montante de 371.807 mECV, por contrapartida da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (iii) as restantes resolvidas igualmente em 2017 sem impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido do período e no capital próprio os efeitos da consolidação da entidade participada, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, as Normas de Relato Financeiro, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

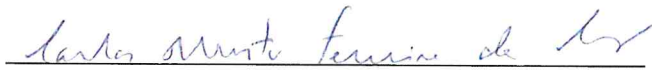
Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 16 de abril de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC

6.6 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2017

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos “mECV”)

INFORMAÇÃO GERAL

A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, adiante designada por “ASA” ou “Empresa”, resultou da transformação da ASA, E.P. em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta transformação decorreu por via do Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, por transferência à ASA, S.A. de todos os direitos, prerrogativas, poderes e obrigações de que era detentora a ASA EP. O capital social da ASA de 5.500.000 mECV é, atualmente, detido integralmente pelo Estado da República de Cabo Verde, sendo representado por 550.000 ações com o valor nominal de 10 mECV cada, encontrando-se totalmente realizado (ver Nota 16).

Os Estatutos da ASA, publicados pelo Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho referem como objeto da empresa: (i) a exploração e o desenvolvimento em moldes empresariais e em regime exclusivo do serviço público de apoio à aviação civil; (ii) a gestão do tráfego aéreo; (iii) garantir os serviços de partida, sobrevoos e chegada de aeronaves; e (iv) a gestão dos terminais de carga e correios, assegurando para isso as atividades e serviços inerentes às infra-estruturas aeronáuticas e de navegação aérea, em todos os aeroportos e aeródromos públicos de Cabo Verde e na Região de Informação de Voo Oceânica do Sal, designada por FIR Oceânica do Sal.

Atualmente a atividade da ASA consiste: (a) na gestão e exploração do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela em Santiago, do Aeroporto Internacional Aristides Pereira na Boa Vista, do Aeroporto Internacional Cesária Évora em São Vicente e, desde Março de 1993, dos aeródromos existentes nas ilhas de São Nicolau, Fogo e Maio, através da prestação de serviços aeroportuários, comerciais e afins e (b) na gestão da FIR Oceânica do Sal, prestando os serviços relacionados com a gestão do tráfego aéreo a todas as aeronaves que utilizem este espaço aéreo.

À ASA foi atribuída a concessão do serviço público aeroportuário com o enquadramento previsto no Decreto-Legislativo nº 1/2014 de 26 de Setembro. Este diploma define:

- O quadro jurídico geral da concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeroportos e aeródromos do país;
- Exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços de apoio à navegação aérea, designadamente a gestão do tráfego aéreo em todas as suas vertentes;
- Regime jurídico da subconcessão do serviço público aeroportuário;
- Regime de licenciamento do uso privativo dos bens do domínio público aeroportuário e do exercício de atividades e serviços nos aeroportos e aeródromos públicos nacionais;
- Conjunto de taxas aplicadas nos aeroportos nacionais;
- Os princípios e regras de regulação económica aplicáveis aos aeroportos nacionais.

Este enquadramento será completado pelas cláusulas do contrato de concessão geral a celebrar entre a ASA S.A. e o Estado de Cabo Verde.

A ASA conta com delegações nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Boa Vista, São Nicolau, Maio, Fogo e tem a sua sede na Estrada do Aeroporto, Espargos, Ilha do Sal.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido mensurados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na nota 1.5. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações da empresa em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados no capital próprio em 31 de dezembro de 2017 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados da empresa participada, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião do dia 29 de Março de 2018. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da ASA em todos os seus aspetos materialmente relevantes bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde (“SNCRF”).

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

0.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela ASA de acordo com as Normas de Relato Financeiro (“NRF”) – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017 em Cabo Verde, no pressuposto da continuidade das operações. A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Na avaliação efetuada foi tomado em consideração que em 31 de Dezembro de 2017, o passivo exigível a curto prazo é superior ao ativo corrente, o qual é composto, essencialmente, por financiamentos concedidos pelo acionista. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras teve por base a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ASA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou

complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 1.21.

1 – Principais Políticas Contabilísticas

1.1 Conversão cambial

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ASA estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera também designada por moeda funcional, o escudo Cabo-verdiano. As demonstrações financeiras da ASA e as respetivas notas são apresentadas em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mECV ou mESC), salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do escudo cabo-verdiano são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de rendimentos e gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou na rubrica outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira a 31 de Dezembro de 2017, foram como segue:

<u>Moeda</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EUR	110,265	110,265
USD	93,790	104,383
CHF	94,410	102,852
GBP	124,910	129,116

1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui o custo considerado para os ativos adquiridos até à data de transição para o SNCRF e o custo de aquisição para os ativos adquiridos após a data da transição.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a colocação do ativo na localização e condição necessária ao seu funcionamento conforme pretendido pela gestão. A ASA optou por reconhecer os gastos de financiamento relacionados com ativos em curso como gastos do exercício quando incorridos.

Os gastos subsequentes suportados com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Por outro lado, os gastos de natureza corrente com reparação e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são ocorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base sistemática, pelo método das quotas constantes por duodécimos, pelo período da vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Ativos fixos tangíveis	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 25
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	Entre 05 a 10
Material de carga e transporte	Entre 05 a 10
Outros activos tangíveis	Entre 04 a 12

Os terrenos e os ativos em curso não são depreciados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos, sendo alteradas prospectivamente.

Os ativos tangíveis subsidiados pelo Governo ou entidade equiparada são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em “Outros rendimentos e ganhos” (ver nota 26), pela amortização dos subsídios registados em “Diferimentos” (ver nota 22).

Os ganhos e perdas provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o seu valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecido como rendimento ou gasto na demonstração dos resultados.

1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados quando estão cumpridas as condições (definidos no SNCRF), para o seu reconhecimento. No reconhecimento inicial os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao preço de compra, acrescidos dos custos diretos. Nos períodos subsequentes os ativos, exceto o *Goodwill*, são amortizados, pelo período de vida útil estimada e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Software

A ASA capitaliza na rubrica de ativos intangíveis, a título de “*Software*”, os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas por entidades externas bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrades* de *software*. Estes ativos são amortizados em 3 anos.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

Goodwill

O *Goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição. O *Goodwill* está sujeito a testes de imparidade numa base anual e é mensurado ao valor inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Não é permitido a nível fiscal a Reversão das Perdas de Imparidade.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Na obstante a ASA ter duas atividades a seu cargo: i) a gestão de navegação aérea; e ii) a gestão da rede de aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, o modelo de fixação de tarifas seguido pelo regulador determina que as duas atividades geram receitas interdependentes.

Os ativos não financeiros, excepto os *Goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

1.5 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e em entidades conjuntamente controladas são mensuradas nas suas contas individuais, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo subsequentemente mensuradas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o custo de aquisição de uma participação será acrescido ou reduzido:

- a) Da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada;
- b) Da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada;
- c) Da quantia dos lucros distribuídos à participação;
- d) Da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada.

Subsidiária é uma entidade que é controlada por outra Empresa. Normalmente a assunção de controlo está associada à detenção de mais de 50% do capital/ direitos de voto.

Associada é uma entidade na qual é exercida influência significativa (normalmente associada a detenção de mais de 20% do Capital). Entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, parceria ou outra entidade em que cada

empreendedor tenha um interesse, sendo estabelecido um acordo contratual entre os empreendedores de controlo conjunto sobre a atividade económica da entidade.

1.6 Ativos financeiros

A empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor líquido contabilístico.

São mensurados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A ASA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São mensurados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotado em mercado ativo, contratos de derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que se qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A ASA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a ASA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

1.7 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a materiais utilizados nas actividades internas de manutenção e conservação da ASA. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as

despesas suportadas com a compra. O gasto é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade por referência à intenção de uso e a sua condição. O ajustamento de inventário calculado pela ASA tem por base, por um lado, a rotatividade dos *stocks* no final do exercício e, por outro, eventuais situações detetadas durante o processo de inventário realizado anualmente (ver nota 10).

1.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os saldos a receber não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. Os riscos efetivos de cobrança dos saldos de clientes e outras contas a receber, apurados por referência a critérios de gestão como a avaliação do risco de crédito e o período estimado de recebimento, são objeto de revisão a cada data de relato.

Para a determinação da imparidade sobre os saldos de cliente, o critério utilizado pela ASA é de ajustar 100% os saldos vencidos há mais de 3 meses, excluindo entidades públicas, conforme informação histórica sobre as perdas incorridas. Adicionalmente é efetuada uma análise, caso a caso, para os saldos de clientes com antiguidade inferior a 3 meses.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se extingam.

1.9 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, na rubrica de financiamentos obtidos, no passivo corrente.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários são considerados como caixa e equivalentes de caixa.

1.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no capital próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.11 Reservas

A ASA tem reconhecida as seguintes reservas:

Reserva legal

O CEC – Código das Empresas Comerciais, estabelece no seu Artigo 362º, que “as sociedades anónimas são obrigadas a constituir uma reserva legal no mínimo igual à quinta parte do seu capital social, devendo para o efeito, anualmente, e até se achar integralmente preenchida ou reintegrada, afetar a esse fim a vigésima parte dos seus lucros”.

Outras reservas

Nos termos das disposições estatutárias da ASA, aprovados no Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, a Empresa, após deduzida a parte destinada à reserva legal, poderá aplicar o resultado líquido conforme decidido em assembleia-geral, nomeadamente:

- i) Cobertura dos prejuízos de anos anteriores;
- ii) Constituição e eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas que a Lei determinar;
- iii) Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas que a assembleia-geral deliberar;
- iv) Distribuição de dividendos aos acionistas;
- v) Gratificação a atribuir aos membros dos órgãos sociais.

Neste contexto, foram constituídas as seguintes reservas:

Reserva para investimentos: Esta reserva inclui, (a) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (b) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária.

A reserva para investimentos, é feita por deliberação da assembleia-geral, nos termos do artigo 31º dos estatutos (Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 04 de Junho) e visa a cobertura dos investimentos por incorporação no capital social.

Reservas gerais: A reserva geral pode ser reforçada anualmente com uma percentagem dos resultados líquidos de cada exercício, a definir em assembleia-geral. Não existem restrições legais quanto a sua utilização.

1.12 Passivos financeiros

A ASA determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, o custo com juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor presente.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos.

Os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo classificado como não corrente.

1.14 Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), segundo o qual o lucro tributável é determinado com base no somatório do Resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do CIRPC. A taxa do imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei.

As declarações de impostos podem ser revistas pela administração fiscal por um período de cinco anos, pelo que as declarações fiscais de 2013 a 2017 podem vir a ser corrigidas.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação (a partir de 2015) são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os, de um a mais de 7 (sete) períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar não pode exceder o montante correspondente a 50% do respetivo lucro tributável.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *Goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transacção não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são classificados no balanço como ativos e/ou passivos não correntes.

1.15 Provisão para riscos e encargos

As provisões são reconhecidas quando a ASA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência, ou não ocorrência, de determinado evento futuro, a ASA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.16 Subsídios e apoios do Governo

A ASA reconhece os subsídios pelo seu justo valor, quando exista uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de diferimentos, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base *pro-rata* da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incursos e registados, ou nos períodos seguintes se recebidos posteriormente.

1.17 Locações

Locações de ativos relativamente aos quais a ASA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à sua propriedade são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações financeiras os ativos são capitalizados no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a ASA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a ASA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridos, durante o período da locação.

1.18 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

1.19 Rédito

O rédito da ASA refere-se, essencialmente, à prestação de serviços, o qual é reconhecido no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

De acordo com a legislação nacional e internacional emitida, para o setor, o rédito da ASA consubstancia-se nas taxas cobradas pela utilização do espaço aéreo cabo-verdiano e pela utilização

das infra-estruturas aeroportuárias, como taxas de rota, taxas de aterragem e descolagem, taxas de serviço a passageiros, taxa de segurança, entre outras.

a) Serviços de navegação

En-route air navigation charge: corresponde à **taxa de rota** cobrada às companhias aéreas por sobrevoarem o espaço aéreo de Cabo Verde, independentemente do destino. A taxa é calculada com base na distância percorrida e no PMD (peso máximo à descolagem da aeronave);

Terminal area navigation charge – TNC: corresponde a uma taxa paga pelas companhias aéreas por cada operação de aterragem Cabo Verde. Esta taxa é fixada em função do PMD (peso máximo à descolagem da aeronave).

b) Serviços de operação aeroportuária

O rédito obtido dos serviços de operação aeroportuária tem as seguintes naturezas:

Serviços a passageiros: taxas cobradas aos passageiros em voos domésticos e internacionais;

Aterragem e descolagem (Landing – Take-off): taxa cobrada por unidade de tonelada métrica do peso máximo à descolagem indicado no certificado de navegabilidade da aeronave ou documento para o efeito considerado equivalente;

Estacionamento (Open airparking): taxa cobrada por estacionamento de aeronaves e calculada por tonelada métrica e por hora ou fração, estabelecida em função do peso máximo à descolagem;

Balizagem e iluminação (Lighting aids): taxa devida por cada operação de aterragem ou descolagem em que seja utilizada balizagem luminosa, quer nos casos em que é obrigatória quer quando solicitada pela aeronave;

Embarque e desembarque de carga: taxa devida por cada quilo de carga embarcada ou desembarcada;

Informação sonora (Announcements): taxa cobrada por anúncio áudio divulgado no sistema sonoro do aeroporto;

Parqueamento: taxa única devida por serviço prestado em cada operação de sinalização e parqueamento de aeronaves;

Remoção: Taxa devida pela mudança de posição de aeronave já parqueada;

Taxa de Segurança: taxa de segurança devida pelos serviços prestados aos passageiros, destinada à cobertura dos encargos respeitantes aos meios humanos e materiais afetos à segurança da aviação civil, para prevenção e repressão de atos ilícitos.

Taxa CUPPS (Common Use Processing Passenger System): Constitui contrapartida pela utilização do sistema ACUS (Serviço de uso comum Amadeus) pelos prestadores de serviços de assistência em escala no processamento de passageiros no terminal ou até fora do terminal nomeadamente em hotéis, implementada durante o exercício de 2017.

c) Locação de infra-estruturas aeroportuárias

Rédito proveniente da locação de infra-estruturas aeroportuárias, nomeadamente, espaços comerciais e escritórios. Nos espaços comerciais estão incluídos restaurantes, bares, lojas, agências de viagens, bancos e operadoras aéreas localizadas nos aeroportos explorados pela ASA. Os rendimentos

resultantes destas locações são reconhecidos na demonstração dos resultados mensalmente durante o período do contrato.

1.20 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias remuneradas, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Empresa garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica outras contas a pagar (ver nota 21).

Os trabalhadores da ASA encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.21 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente na estimativa sobre eventos futuros que seja provável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

Imparidade de saldos de clientes

A ASA analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes de forma a detectar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a: (i) risco de crédito; ou (ii) período de regularização estimado.

Provisões

A ASA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Ativos tangíveis

A estimativa das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar e o valor residual dos ativos, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes pressupostos são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

2 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe do montante considerado na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” na demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerário		
- Caixa	<u>6.697</u>	<u>6.421</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1.412.773	645.818
- Depósitos a prazo (< 3 meses)	<u>153.932</u>	<u>216.608</u>
	<u>1.566.705</u>	<u>862.426</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>1.573.402</u>	<u>868.847</u>
- Depósitos a prazo (> 3 meses)	68.148	-
Caixa e depósitos bancários (ativo)	<u>1.641.550</u>	<u>868.847</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>-</u>	<u>-</u>

3 - Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e refere-se, principalmente, a variações de taxa de câmbio, de taxas de juro e risco de crédito.

i) Risco cambial

O risco cambial resulta de parte dos recebimentos de clientes, nomeadamente, os que são cobrados pela IATA Clearing House. Embora a facturação seja efetuada em Escudos Cabo-verdianos, esta é convertida em Dólares Americano pela IATA no momento em que as recebe, sendo o valor recebido em média 35 dias depois em CVE, ao câmbio do Dólar Americano na data do recebimento.

ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, estando a ASA sujeita ao risco da variação da taxa de juro. A ASA não tem definido qualquer política para a cobertura deste risco ou negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados que visem a minimização destes impactos.

iii) **Risco de crédito**

Pela natureza do seu negócio o risco de crédito da ASA está segmentado entre:

- a) Faturação efetuada às companhias aéreas que sobrevoam o espaço aéreo de Cabo Verde. Neste caso o risco de crédito das companhias filiadas na IATA é minimizado pelo controlo centralizado de cobranças efetuado por esta entidade;
- b) Faturação efetuada às companhias aéreas que não estão filiadas na IATA e que utilizam os aeroportos e aeródromos geridos pela ASA. Neste caso existe uma grande concentração de risco de crédito relativamente a alguns clientes, que é alvo de avaliação regular por parte da direção financeira da ASA, tendo a Empresa adotado algumas medidas que visam a redução do risco de crédito, entre as quais a cobrança cash ou pré-pagamento.

Para as prestações de serviços secundários (ex.: arrendamentos) estão definidas políticas de corte de serviço que procuram assegurar que as vendas efetuadas/ serviços prestados são cobradas.

iv) **Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas.

Tem sido efetuado um acompanhamento rigoroso na gestão de tesouraria no que se refere às principais condicionantes como monitorização de posição de clientes e a realização de investimentos.

v) **Gestão do capital**

O objectivo da ASA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado no balanço, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

O plano de financiamento da ASA é efetuado considerando as necessidades de investimento em infra-estruturas, as necessidades de capital relativas à atividade operacional e financeira e as participações do Estado.

4 – Ativos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2017								
Custo de aquisição	771	15.507.651	4.610.716	1.417.087	546.471	27.415	2.044.203	24.154.315
Depreciações acumuladas	-	(8.111.794)	(3.781.071)	(1.367.477)	(504.029)	(22.197)	-	(13.786.569)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	771	7.326.117	793.714	40.024	37.297	4.998	2.044.203	10.247.124
Movimento em 2017								
Adições	-	15.546	2.365	5.198	7.777	21.942	2.925.875	2.978.704
Alienações	-	-	(1.124)	-	-	-	-	(1.124)
Transferências e abates	-	208.198	22.099	-	21.485	(17.120)	(234.663)	(0)
Regularizações	-	-	(17)	-	-	(3.162)	(26.249)	(29.428)
Depreciação – exercício	-	(684.317)	(177.736)	(36.983)	(22.019)	(742)	-	(921.798)
Depreciação – alienações	-	-	952	-	-	-	-	952
Reversões de Perdas por imparidade	-	16.260	18.645	9.406	3.860	182	-	48.352
Valor líquido	-	(444.313)	(134.816)	(22.379)	11.103	1.100	2.664.963	2.075.658
31 de Dezembro de 2017								
Custo de aquisição	771	15.731.395	4.634.040	1.422.286	575.733	29.075	4.709.166	27.102.466
Depreciações acumuladas	-	(8.796.110)	(3.957.855)	(1.404.461)	(526.048)	(22.939)	-	(14.707.414)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(53.480)	(17.286)	(180)	(1.285)	(38)	-	(72.270)
Valor líquido	771	6.881.805	658.899	17.645	48.400	6.098	4.709.166	12.322.782

Em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos tangíveis</u>	<u>Ativos tangíveis em curso</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2016								
Custo de aquisição	771	15.504.173	4.563.503	1.425.615	529.450	27.029	868.316	22.918.857
Depreciações acumuladas	-	(7.435.748)	(3.560.120)	(1.220.077)	(488.686)	(21.432)	-	(12.726.063)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	771	7.998.685	967.452	195.952	35.619	5.377	868.316	10.072.172
Movimento em 2016								
Adições	-	3.478	23.335	4.174	17.021	386	1.307.754	1.356.148
Alienações	-	-	-	(12.702)	-	-	-	(12.702)
Transferências e abates	-	-	23.878	-	-	-	(131.868)	(107.989)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação – exercício	-	(676.046)	(220.951)	(158.802)	(15.343)	(765)	-	(1.071.907)
Depreciação – alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	11.401	-	-	-	11.401
Depreciação – regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	(672.568)	(173.738)	(155.929)	1.678	(379)	1.175.886	174.951
31 de Dezembro de 2016								
Custo de aquisição	771	15.507.651	4.610.716	1.417.087	546.471	27.415	2.044.203	24.154.315
Depreciações acumuladas	-	(8.111.794)	(3.781.071)	(1.367.477)	(504.029)	(22.197)	-	(13.786.569)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69.740)	(35.931)	(9.586)	(5.145)	(220)	-	(120.622)
Valor líquido	771	7.326.117	793.714	40.024	37.297	4.998	2.044.203	10.247.124

As adições e transferências para ativos tangíveis firmes registadas no exercício de 2017, referem-se, maioritariamente, às seguintes rubricas:

i) Edifícios e outras construções:

- a) Ampliação e plataforma AIPNM no montante de 209.487 mECV;
- b) Manutenção e reconstrução de base de vedação do Aeródromo do Maio no montante de 5.541 mECV;

ii) Equipamento básico:

- a) Sistema de controlo e telegestão da iluminação pública, luminárias Schröder no montante de 10.452 mECV;
- b) Estação Meteorológica Automática no montante 2.318 mECV;
- c) Arquivo digital - Equipamentos de Hardware no montante de 517 mECV.

iii) Equipamento administrativo que inclui equipamentos “Projeto ACUS”, no montante de 14.697 mECV;

No final de 2017 e de 2016 os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se a:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos em curso		
Ampliação/Remodelação do Aeroporto da Praia (AIPNM)	2 097 179	747 451
Ampliação/Remodelação do Aeroporto do Sal (AIAC)	784 095	348 654
Ampliação/Remodelação do Aeroporto da Boa Vista (AIAP)	672 624	287 365
Reabilitação da pista do AIAP	536 111	-
Fiscalização Obra Ampliação AIPNM	143 049	99 175
Fiscalização obra Ampliação AIAC	62 291	39 952
Fiscalização Obra Ampliação AIAP	57 440	35 586
Fiscalização reabilitação Pista AIAP	15 469	-
Virtualização Servidores	8 608	-
Eficiência energética	8 598	-
Projeto ACUS	-	33 617
Computador Hítrax para Raio-X Heim	-	10 838
Virtualização Servidores	-	8 311
Trabalhos reparação pista e placa do AIAP	-	7 365
Arquivo digital	-	6 463
Outros < 5.000 mECV	1 323	10 650
Total	<u>4 386 785</u>	<u>1 635 426</u>
Adiantamentos por conta ativos em curso		
Reabilitação pista AIAP	241 251	-
Obra Ampliação/Remodelação AIAC/AIAP	44 033	165 696
Hotel Atlântico	36 605	36 605
Obra Ampliação/Remodelação AIPNM	491	206 475
	<u>322 380</u>	<u>408 777</u>
Total ativos em curso	<u>4 709 166</u>	<u>2 044 203</u>

- i) Obra Ampliação/Remodelação do Aeroporto da Praia (AIPNM) – obras em curso de acordo com a adjudicação e contrato, executados pelos empreiteiros Armando Cunha e Maltauro SPA – Sucursal de Cabo Verde. Parte já concluída - Ampliação da plataforma AIPNM - executada pelo empreiteiro Armando Cunha foi transferida para a rubrica Edifícios e outras Construções;
- ii) Obra Ampliação/Remodelação do Aeroporto do Sal (AIAC) – Obra em execução de acordo com contrato e em execução pelo empreiteiro ACCIONA - ABERDORE ACE;
- iii) Obra Ampliação/Remodelação do Aeroporto da Boa Vista (AIAP) – Obra em execução de acordo com contrato e em execução pelo empreiteiro ACCIONA - ABERDORE ACE;
- iv) Obra reabilitação da Pista do Aeroporto da Boa Vista (AIAP) - obras em curso de acordo com a adjudicação, contrato, executados pelos empreiteiros CVC – Construções de CV e TECNOVIA CV, Lda.;
- v) Fiscalização Obra Ampliação AIPNM - obra em execução e efetiva fiscalização por CONSULGAL;
- vi) Fiscalização obra Ampliação AIAC - obra em execução e efetiva fiscalização por INECO - Ingenieria Y Economia;
- vii) Fiscalização Obra Ampliação AIAP - obra em execução e efectiva fiscalização por INECO - Ingenieria Y Economia;
- viii) Fiscalização reabilitação pista AIAP - obra em execução e efetiva fiscalização por NORVIA CV – Consultores de Engenharia, Lda.
- ix) Virtualização de servidores – substituição de computadores convencionais por equipamentos thin cliente.
- x) Eficiência energética – aquisição e instalação de equipamentos com consumo eficiente de energia elétrica nos aeroportos do Sal e de São Vicente.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue (ver nota 19):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Equipamentos transporte - Valor bruto	4.170	4.170
Depreciações acumuladas	<u>(2.623)</u>	<u>(1.587)</u>
	<u>1.547</u>	<u>2.583</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

5 – Outros Ativos intangíveis

A rubrica de outros ativos intangíveis engloba, valores capitalizados com a aquisição de diversos tipos de *Software*, bem como projetos, de suporte às atividades desenvolvidas pela ASA.

A evolução registada para os exercícios apresentados é como segue:

	2017			2016
	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total	Programas de computador
A 1 de Janeiro				
Custo de aquisição	223.887	-	223.887	115.899
Amortizações acumuladas	(114.796)	-	(114.796)	(109.036)
Valor líquido	109.091	-	109.091	6.863
Adições	25.251	3.308	28.559	107.988
Amortização - exercício	(44.922)	-	(44.922)	(5.760)
Movimentos do período	(19.670)	-	(19.670)	102.228
31 de Dezembro				
Custo de aquisição	249.138	3.308	252.446	223.887
Amortizações acumuladas	(159.718)	-	(159.718)	(114.796)
Valor líquido	89.421	3.308	92.729	109.091

As adições referentes a programas de computador referem-se a:

- i) Projecto “ACUS” - Programa Amadeus para Balcões de Check-in, no montante de 18 920 mECV;
- ii) Arquivo Digital - Licenciamento *Edoclink* e serviços de consultoria de arquivo documental, no montante de 5 945 mECV;
- iii) Sistema de Controlo e Telegestão da iluminação pública - Instalação e configuração do sistema de Controlo e Gestão no montante de 386 mECV;

Os ativos intangíveis em curso a 31 de dezembro de 2017 referem-se à conceção de um novo web site e aplicativos ios e android da ASA.

6 – Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

A subsidiária registada sob o método de equivalência patrimonial refere-se à participação financeira da ASA na Cabo Verde Handling - Sociedade Unipessoal SA (CV Handling). A empresa foi criada no processo da reestruturação dos TACV, conforme a publicação do decreto-Lei nº26/2014 de 08 de maio.

O detalhe desta participação a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

Sede Social		Percentagem		Valor		Informação financeira da empresa associada			
Localidade	País	2017	2016	2017	2016	Ativo	Capital Próprio	Proveitos	Resultado do exercício
Ilha do Sal	Cabo Verde	100%	100%	968.105	394.841	1.942.737	968.105	2.363.297	627.874

O objeto principal da CV Handling é a prestação de serviços de assistência em escala do transporte aéreo nos aeroportos e aeródromos do país.

Para regularização de parte da dívida dos TACV para com a ASA foi transmitida a totalidade do capital desta sociedade para ASA no montante 3.198.260 mECV como resulta da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de Agosto de 2014, tornando-se a ASA acionista único da CV Handling.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em subsidiárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Adições	Dividendos	Saldo Final
Cabo Verde Handling	394.841	627.874	(54.610)	968.105

O *Goodwill* positivo, que se encontra incluído na rubrica de ativos intangíveis é, na sua totalidade, referente à participação financeira na CV Handling.

O valor do Goodwill em 31 de dezembro de 2017, que se manteve inalterado em relação a 31 de dezembro de 2016, foi originalmente determinado de acordo com o procedimento divulgado:

Empresa	Segmento	Valor de aquisição	Valor líquido do justo valor dos ativos/ passivos adquiridos	Goodwill		
				Valor Original	Imparidade reconhecida	Valor em 31 de Dezembro de 2017
Cabo Verde Handling	Serviços de Handling	3.198.260	188.000	3.010.260	-	3.010.260

Em dezembro de 2017, a ASA efetuou um teste de imparidade ao valor da participação na CV Handling incluindo Goodwill, o qual sustenta a recuperabilidade do valor do Goodwill evidenciado nas demonstrações financeiras.

O teste de imparidade ao valor do Goodwill foi realizado com base no cálculo do valor de uso garantindo o cumprimento da NRF 17 - Imparidade de Ativos.

Para determinação do cálculo do valor de uso foi utilizado o método dos Fluxos de Caixa Descontados (Discounted Cash Flows ou “DCF”).

Os Cash Flows futuros foram descontados através de uma taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital), calculada com recurso aos parâmetros referidos no quadro seguinte:

Descrição	Valor
% Dívida	11%
% Capital	89%
Custo da Dívida	3,70%
Custo do Capital	10,96%
Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)	10,17%

Foi considerado um período explícito até ao ano de 2020 na determinação dos “cash flows” futuros da Subsidiária Cabo Verde Handling. O período após 2020 foi englobado no valor de uso através do cálculo na perpetuidade, utilizando uma taxa de crescimento na perpetuidade de 4%.

Para determinação dos cash flows futuros a descontar foi estabelecido um conjunto de pressupostos em relação à evolução do mercado e estabelecidas premissas quanto à evolução da atividade, designadamente ao nível de tráfego de aeronaves e movimentação de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde.

Estima-se que a atividade nos aeroportos de cabo verde em 2020 poderá atingir cerca de 3,5 milhões de passageiros. Para o período após 2020 (perpetuidade), sendo o turismo um motor da economia do país, a evolução foi definida de acordo com as previsões para a evolução do PIB do país.

Os resultados da avaliação foram alvo de análise de sensibilidade através de variações das taxas de desconto (“WACC”) e das taxas de crescimento na perpetuidade.

A análise do valor de uso que resulta da avaliação dos fluxos de caixa gerados pela Cabo Verde Handling, complementado pela análise de sensibilidade, permite concluir que não existem indícios de imparidade a reconhecer em relação ao valor do Goodwill, da participação financeira valorizada através do método de equivalência patrimonial e das contas a receber desta subsidiária que constam das Demonstrações Financeiras da empresa.

7 – Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ações	82.157	83.596
Obrigações	109.946	112.087
Depósito BEI	<u>113.443</u>	<u>113.445</u>
Total	<u>305.546</u>	<u>309.128</u>
Imparidade Ativos Financeiros	<u>(110.079)</u>	<u>(110.079)</u>
	<u>195.466</u>	<u>199.049</u>

Ações

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem a participações de capital adquiridas pela ASA, nas seguintes entidades:

		<u>Nº ações</u>	<u>2017</u>	<u>Nº ações</u>	<u>2016</u>
Banco Comercial do Atlântico	i)	28.780	82.023	28.780	83.462
Sociedade Multipessoal Lda	ii)	3.000	<u>134</u>	3.000	<u>134</u>
Total			<u>82.157</u>		<u>83.596</u>

i) Em 21 de Dezembro de 2000 a ASA adquiriu um lote de 20.000 ações ao preço unitário de 2.328 ECV e um lote de 1.725 ações ao preço unitário de 2.280 ECV. Em 26 de Março de 2009 a ASA adquiriu um lote adicional de 7.055 ações pelo valor de 2.386 ECV cada.

Estas ações encontram-se depositadas numa conta título na Agência do BCA no Sal.

As ações encontram-se valorizadas ao justo valor de acordo com cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, conforme boletim publicado com referência às datas do balanço apresentadas:

- Cotação a 31 de dezembro de 2017: 2.850 ESC/ ação
- Cotação a 31 de dezembro de 2016: 2.900 ESC/ ação

Os ganhos e reduções de justo valor registados na rubrica “Aumentos/ reduções de justo valor” na demonstração dos resultados são, na sua totalidade, referentes às ações do BCA.

ii) Em 2012, conforme referido na ata da assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), a ASA alienou a participação social que detinha na Sociedade Multipessoal, Lda. A participação resultou de uma parceria efetuada com a Multipessoal Portugal, empresa do Grupo BES, onde a ASA participava em 30% do capital social correspondente a 3.000 ações com valor nominal de 1.000 ECV cada e assumia o controlo conjunto.

O fecho desta operação resultou uma valorização nula da participação. Desta forma, foi efetuado o ajustamento da participação no valor de 134 mECV.

Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem a títulos de dívida adquiridos pela ASA, emitidos pelas seguintes entidades:

2017			
Descrição	Nº Obrigações	Condições	Valor
SOGEI	19.971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19.971
Fast Ferry	90.000	1º ao 5º Cupão (2009 a 2012): 9%; 6º ao 10º Cupão (2012 a 2014): 7,5%; 11º ao 12º Cupão (2015): 8,75%; 13º Cupão (2016): fixa e igual a 10 %; 14º a 40º (2016 a 2029) Cupão: 4%. Reembolso em 2029	89.975
Total			<u>109.946</u>

2016			
Descrição	Nº Obrigações	Condições	Valor
SOGEI	19.971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19.971
Fast Ferry	90.000	1º ao 5º Cupão (2009 a 2012): 9%; 6º ao 10º Cupão (2012 a 2014): 7,5%; 11º ao 12º Cupão (2015): 8,75%; 13º Cupão (2016): fixa e igual a 10 %; 14º a 40º (2016 a 2029) Cupão: 4%. Reembolso em 2029	89.975
BCA	4.284	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso de 10% do capital no vencimento de cada cupão a partir de 2013. Reembolso total em 2017.	2.142
Total			<u>112.087</u>

Em 2013, atendendo às dificuldades financeiras da SOGEI, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade das referidas obrigações.

Em 2014 foi prorrogado o prazo de maturidade do empréstimo obrigacionista da SOGEI para 18 de fevereiro de 2017 (maturidade inicial em 2014).

Por deliberação da assembleia-geral da Fast Ferry em março de 2012, ocorreu uma alteração nas condições destas obrigações, nomeadamente alteração do prazo de reembolso para 2019 bem como da alteração da taxa anual nominal de 9% para 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019).

Em 2015, face às dificuldades financeiras do “Cabo Verde Fast Ferry” em efetuar os pagamentos de cupões vencidos, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade sobre estas obrigações.

Em 2016 as obrigações da Fast Ferry sofreram uma nova reestruturação, os obrigacionistas foram separados em 4 grupos (A,B,C e D) conforme o tipo do investidor (institucional ou particular) e volume do investimento. A ASA está enquadrada no grupo B.

Em 2017 as obrigações do BCA foram totalmente reembolsadas. Quanto às obrigações da CVFF e da SOGEI não se registou qualquer recebimento.

Outros depósitos (Garantias)

Em 31 de Dezembro de 2017, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem ao depósito garantia constituído pela ASA, no âmbito do financiamento obtido do BEI. A ASA é obrigada a manter esta aplicação até 2019, a qual venceu juros, em 2017, à taxa de juro de 0%, (2016: 0,05%).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Garantia BEI	113.443	113.445
Total	<u>113.443</u>	<u>113.445</u>

Este depósito encontra-se denominado em Euros, correspondendo ao saldo acumulado a 31 de dezembro de 2017, 1.028.826 Euros (em 2016: 1.028.836 Euros).

A variação no valor do depósito prende-se apenas com as despesas bancárias do período já que, face aos valores negativos da Euribor a aplicação não venceu juros em 2017 (2016: 0,05%).

Imparidades em investimentos financeiros

Em 2017 não se verificou a variação no valor de imparidade para investimentos financeiros, conforme se descreve abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de Janeiro	110.079	110.079
Aumentos	-	-
Reduções	-	-
Transferências	-	-
A 31 de Dezembro	<u>110.079</u>	<u>110.079</u>

8 – Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a ASA apresenta os seguintes saldos de impostos diferidos:

	Imposto diferido activo	Imposto diferido passivo
1 de Janeiro de 2016	517.100	(4.753)
Aumentos / (reduções) por resultados	(206.735)	-
Regularizações /transferências	-	4.753
31 de Dezembro de 2016	310.365	-
Aumentos / (reduções) por resultados	(138.697)	-
Regularizações /transferências	-	-
31 de Dezembro de 2017	171.668	-

O detalhe da natureza dos impostos diferidos ativos para os exercícios apresentados é como segue:

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV (nota 11)	Imparidade Ativos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2017	102.355	44.815	11.749	123.926	27.520	310.365
Constituição por resultados	2.375	-	7.253	-	-	9.628
Reversão por resultados	-	(24.399)	-	(123.926)	-	(148.325)
Regularizações/transferências	-	-	-	-	-	-
Movimento do exercício	2.375	(24.399)	7.253	(123.926)	-	(138.697)
A 31 de Dezembro de 2017	104.730	20.416	19.002	-	27.520	171.668

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Ativos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2016	60.899	356.522	1.894	70.265	27.520	517.100
Constituição por resultados	102.254	90.778	10.164	54.432	-	257.627
Reversão por resultados	(57.015)	(28.962)	-	(9.759)	-	(95.736)
Regularizações/transferências	(3.782)	(373.523)	(308)	8.988	-	(368.625)
Movimento do exercício	41.457	(311.707)	9.856	53.661	-	(206.734)
A 31 de Dezembro de 2016	102.355	44.815	11.749	123.926	27.520	310.366

9 – Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os itens classificados como propriedades de investimento são como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos	771	771
Moradias	10.080	10.080
	<u>10.851</u>	<u>10.851</u>

10 – Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Material auto	53.957	54.953
Materiais de telecomunicações	22.094	22.322
Material eléctrico	14.913	16.033
Material de construção	6.168	3.961
Outros materiais (< 5.000 mECV)	10.055	10.082
Total inventário em armazém	<u>107.186</u>	<u>107.351</u>
Inventários em trânsito	37.597	23.871
Ajustamentos a inventários	<u>(76.009)</u>	<u>(46.997)</u>
Total inventários	<u>68.774</u>	<u>84.225</u>

Os inventários em trânsito referem-se a inventários em processo de desalfandegamento.

Ajustamentos em inventários

No final de 2017 e de 2016, a variação nos ajustamentos de inventários foi como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de Janeiro	<u>46.997</u>	<u>8.584</u>
Aumentos	29.012	40.655
Reduções	-	-
Utilizações	-	(2.241)
A 31 de Dezembro	<u>76.009</u>	<u>46.997</u>

11 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a decomposição da rubrica de clientes, é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes c/c	2.718.954	3.025.635
Clientes de cobrança duvidosa	-	-
	<u>2.718.954</u>	<u>3.025.635</u>
Perdas por Imparidade	<u>(1.513.468)</u>	<u>(2.020.453)</u>
Total Clientes	<u>1.205.485</u>	<u>1.005.181</u>

Os saldos de clientes conta corrente (“Clientes c/c”) resultam essencialmente, da faturação das taxas de rota às companhias aéreas pela utilização do espaço aéreo de Cabo Verde e da faturação das taxas aeroportuárias.

O resumo dos saldos de clientes, sem considerar o ajustamento para imparidade, é como se mostra abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Halcyonair Cabo-Verde SA	341 657	341 657
ARIK AIR i)	324 300	320 565
CABO VERDE HANDLING, SA	181 555	118 310
TAP AIR PORTUGAL	173 191	204 930
Binter Cabo Verde. Sociedade Unipessoal ii)	132 716	16 712
Thomsonfly - Account Payable/Tui UK	128 076	36 119
GHANA AIRWAYS CORPORATION	57 063	57 063
AIR COMET	56 551	56 551
SOUTHERN WINDS,S.A.	52 586	52 586
IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	46 899	47 138
FREITAS CATERING SERVICES	43 760	41 752
SOUTH AFRICAN AIRWAYS - TT	42 034	43 923
GROUP AIR FRANCE	35 789	35 146
TAM - Linhas Aereas S.A	35 235	34 784
TACV CABO VERDE AIRLINES iii)	-	629 937
Outros (<30.000mECV)	1 067 542	988 462
Total	<u>2 718 954</u>	<u>3 025 635</u>

- i) Inclui dívida de taxa de rota. O Cliente parou de efectuar voos na FIR Oceânica do Sal em Janeiro de 2017, pelo que em 31 de dezembro de 2017 existe imparidade para a totalidade do saldo;
- ii) Em Agosto 2017 os TACV deixaram de operar nas rotas domésticas, passando os transportes aéreos inter – ilhas a ser assegurados apenas pela Binter Cabo Verde, levando ao aumento de operações e consequente aumento do saldo deste cliente;
- iii) Com o objetivo de regularizar a conta a receber dos TACV foram celebrados dois acordos: (i) o primeiro foi realizado ainda no decurso do exercício de 2017, entre os TACV, a NEWCO – Reclamação e Resolução de Créditos, Sociedade Unipessoal, S.A. (“Newco”) e o Estado de Cabo Verde, o qual formaliza a transferência dos créditos referentes aos TACV para a Newco, sendo esta uma nova empresa de capitais públicos; e (ii) um segundo realizado no início de 2018 entre os TACV, a Newco e a Empresa, no qual se estabelece que 20% da conta a receber líquida proveniente dos TACV será objeto de writte-off. A regularização deste saldo junto da Newco, será efetuado através de encontro de contas a realizar com o acionista Estado de Cabo Verde através de dividendos que lhe serão devidos futuramente, com início no presente exercício até extinção da conta a receber. Em 31 de dezembro de 2017 a conta a receber da Newco é de 495.591 mECV (Nota 15) (líquida de writte-off correspondente a 20% da conta a receber em 31 de dezembro de 2017, no montante de 123.898 mECV (Nota 27)). Adicionalmente, decorrente dos referidos acordos, foi efetuada a reversão da perda por imparidade no montante de 497.485 mECV e desreconhecido o correspondente ativo por imposto diferido reconhecido em exercícios anteriores, no montante de 123.926 mECV (Nota 8).

Adiantamentos de Clientes

	2017	2016
ROYAL A. FORCE	4 191	4 191
Varig LOG - Varig Logística SA	3 174	3 174
THOMAS COOK AIRLINES	2 580	-
BRUSSELS AIRLINES	1 693	-
Small Planet Airlines	299	2 782
Clientes Indiferenciados	27	1 079
Smartlynx Airlines Estonia	-	2 642
TRANSAIR	-	1 507
Outros (< 1000 mECV)	9 105	13 205
	21 069	28 581

Em 2017 a redução na rubrica de “Perdas por imparidade – clientes” refere-se, essencialmente ao impacto do acordo NEWCO celebrado (notas 15 e 27).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de Janeiro	2.020.453	1.773.192
Aumentos	47.370	363.111
Reduções	<u>(554.355)</u>	<u>(115.850)</u>
A 31 de Dezembro	<u>1.513.468</u>	<u>2.020.453</u>

12 – Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a decomposição da rubrica de adiantamentos a fornecedores é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICAO - International Civil Aviation Organization	3.065	3.065
INMG - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica	3.000	3.000
BOM FIM PVC	1.320	1.320
Tipografia Santos, Lda.	1.024	-
E.A.F. - FISCAT	933	933
AZINOR HOLDINGS LLC	856	856
TRIPÉ	662	662
VIDEOLARME, Lda	654	218
CVMAT	620	496
INFOR 24-Assistência Informática Permanente, Lda	560	560
Pedro Santos - Despachante Oficial	554	364
ELSEG - ELECTRICIDADE E SEGURANÇA	543	543
INDUTECH	540	540
Outros	7.034	11.206
Sub total	<u>21.367</u>	<u>23.765</u>
Ajustamentos	(17.665)	(8.166)
Total	<u>3.702</u>	<u>15.599</u>

Os saldos apresentados acima compreendem os adiantamentos efetuados a fornecedores de acordo com os termos acordados para fornecimento de bens ou prestação de serviços.

Ajustamentos e adiantamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de Janeiro	8.166	8.166
Aumentos	<u>9.500</u>	<u>-</u>
A 31 de Dezembro	<u>17.665</u>	<u>8.166</u>

O aumento dos ajustamentos em 2017 corresponde essencialmente a adiantamentos efetuados a, ICAO, BOM FIM e EAF FISCAT e cujos adiantamentos têm antiguidade significativa e para os quais, se considera existir risco de realização.

13 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos ativos e passivos de “Estado e outros entes públicos” são como segue:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	-	(287.025)	-	(110.525)
Retenções Imposto s/ rendimento	-	(17.480)	1.353	(17.999)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	357.194	-	272.842	-
Contribuições p/ Previdência	-	(34.448)	-	(29.677)
Outros impostos	-	(24)	529	(59)
	357.194	(338.977)	274.724	(158.260)

Saldos devedores

Os saldos desta rubrica referem-se ao valor do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar, relativo aos exercícios de 2014 a 2017.

Em 2016 o valor apurado do IVA a Recuperar era de 272.842 mECV e tendo sido efetuado o pedido de reembolso em 2017.

O IRPC estimado corresponde ao pagamento “por conta” de acordo com a Código Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Coletivas.

Saldos credores

Relativamente aos saldos credores, a rubrica “IRPC-estimado” inclui a estimativa de imposto a pagar referente ao exercício de 2017, no montante de 433.474 mECV (nota 29) e os pagamentos por conta efetuados no exercício.

As rubricas “Retenções IRPS” e “Contribuições p/ previdência” referem-se às retenções efetuadas sobre as remunerações dos empregados e contribuições da ASA, a pagar até 15 de Janeiro do ano seguinte à data de balanço.

O saldo de IRPC a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	2017	2016
Estimativa IRPC do ano	433.474	179.136
Pagamentos por conta	(174.241)	(140.680)
IRPC de exercícios anteriores	27.792	72.069
Total	287.025	110.525

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), segundo o qual o lucro tributável é determinado com base no somatório do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do CIRPC.

Sobre este resultado é aplicada uma taxa de 25%, que foi fixada no artigo 84º do CIRPC. Para o efeito, o valor estimado do imposto a pagar é provisionado no ano a que diz respeito, sendo o saldo acima designado como a estimativa de imposto sobre os rendimentos de 2016, a liquidar junto das autoridades fiscais em 2017.

14 – Acionista

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a ASA tem registado os seguintes saldos em aberto com o seu accionista, o Estado de Cabo Verde.

		2017	
		<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000	-
Dívida Viaturas Combate Incêndio	ii)	-	(878.964)
Dívida Terminal VIP ADP	iii)	-	(370.359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	iv)	-	(826.988)
Divida Obras de expansão AIPNM	v)	-	(2.101.957)
Resultados atribuídos	vi)	-	(34.704)
	Sub total	390.000	(4.212.972)
Perdas por imparidade		(390.000)	-
	Total	-	(4.212.972)

		2016	
		<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000	-
Dívida Viaturas Combate Incêndio	ii)	-	(878.964)
Dívida Terminal VIP ADP	iii)	-	(370.359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	iv)	-	(826.988)
Divida Obras de expansão AIPNM	v)	-	(913.648)
Resultados atribuídos	vi)	-	(288.583)
	Sub total	390.000	(3.278.542)
Perdas por imparidade		(390.000)	-
	Total	-	(3.278.542)

i) Acordo ASA/Estado/ TACV

O detalhe dos valores a receber do acionista é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Protocolo 2001	390.000	390.000
Perdas por imparidade acumuladas	(390.000)	(390.000)
	<u>-</u>	<u>-</u>

O saldo a receber do acionista resultante do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida dos TACV através da cedência de ações desta empresa, em futuro processo de privatização, não tendo o mesmo sido incluído no encontro de contas sectorial realizado em 2015.

Em 2016, por se ter entendido ser improvável a realização, reconheceu-se como perda por imparidade, a totalidade da dívida do Estado, no valor de 390 000 mECV.

ii) Dívida Viaturas combate incêndio

Este saldo refere-se à aquisição de 24 viaturas de combate a incêndio com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 878.964 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da Empresa (nota 4).

iii) Dívida Terminal VIP do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se à construção do Terminal VIP do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde. O investimento total ascendeu a 370.359 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (nota 4).

iv) Dívida Iluminação Fase I do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Este saldo refere-se à primeira fase da empreitada de reforço de iluminação no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um contrato de empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 826.988 mECV, sendo que existe indicação de que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (nota 4).

v) Dívida Obras de expansão dos aeroportos Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se às obras de expansão do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com financiamento suportado pelo Estado de Cabo Verde. O investimento total irá ascender no final do projeto a 2.314.567 mECV, sendo cerca de 14% deste montante assumido diretamente pela ASA e o remanescente, à semelhança de projetos anteriormente realizados nos mesmos moldes, será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (nota 4).

vi) Resultados atribuídos

Este saldo corresponde a parte dos dividendos a pagar ao Estado de Cabo Verde relativo ao exercício de 2016 no montante de 234.704 mECV, conforme deliberado em assembleia-geral realizada a 12 de setembro de 2017 (ata 02/AG/ASA/2017), dos quais foram liquidados 200.000 mECV.

No decorrer de 2017 pagou-se ao acionista os dividendos atrasados dos anos de 2015 e parte de 2016, num total de 488.583 mEC.

15 – Outras contas a receber

		2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fundo social ASA	i)	30.041	45.503	75.544	40.393	36.970	77.363
Empréstimos ao pessoal	ii)	20.261	-	20.261	11.907	-	11.907
Cabo Verde <i>Handling</i>	iii)	151.631	-	151.631	117.716	-	117.716
AAC - Agência Aviação Civil	iv)	12.137	141.248	153.385	9.027	150.040	159.067
NEWCO		495.591	-	495.591	-	-	-
Outros Devedores		9.327	-	9.327	12.176	-	12.176
	Subtotal	718.988	186.751	905.739	191.219	187.010	378.229
Ajustamentos	v)	(10.066)	-	(10.066)	(11.255)	-	(11.255)
	Outros devedores	708.922	186.751	895.673	179.964	187.010	366.974
Devedores por acréscimo de rendimentos	vi)	(113.673)	-	(113.673)			
	Total	822.595	186.751	1.009.346	179.964	187.010	366.974

i) Fundo social ASA

Saldo referente aos apoios dados aos empregados na forma de empréstimos ou participações para apoio na educação, na doença, na aquisição de casa própria, na aquisição de equipamento informático e outros. Estes empréstimos vencem juro a taxa bonificada.

ii) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos para aquisição de viatura e outros benefícios. Os empréstimos destinados a aquisição de viaturas vencem juros a uma taxa de 2,1% e têm um período de reembolso superior a 12 meses.

iii) Cabo Verde Handling

Este saldo refere-se a, i) gastos de início de atividade suportados pela ASA em 2014 por conta da subsidiária Cabo Verde Handling; ii) serviços prestados pela empresa e iii) dividendos referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

iv) AAC – Agência de Aviação Civil

O saldo desta rubrica regista valores a serem deduzidos aos pagamentos mensais à AAC, referentes a serviço da dívida por crédito contraído pela ASA em nome da AAC para efeitos de um International Aviation Safety Assessment da ICAO (nota 19), ao abrigo de acordo assinado a 30 de Julho de 2015.

v) Ajustamento para devedores de cobrança duvidosa

O ajustamento para devedores de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos de cobrança dos saldos dos devedores identificados.

vi) Devedores por acréscimo de rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo desta rubrica refere-se à especialização de facturação a emitir relativamente à taxa de assistência devida pela CV Handling. (Nota 31).

16 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o capital social da ASA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, conforme detalhe abaixo:

	2017		
	Número de ações	Valor nominal por ação	Capital Social
Capital Social	550.000	10	5.500.000

	2016		
	Número de ações	Valor nominal por ação	Capital Social
Capital Social	550.000	10	5.500.000

17 – Reservas e outras rubricas de capital próprio

As rubricas “Outras reservas” registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos de 2017 e 2016:

	Reservas legais	Outras Reservas	Total
A 01 de janeiro de 2016	210.339	3.966.721	4.177.060
Distribuição de dividendos	-	-	-
Reclassificação	-	-	-
Transferências	-	-	-
A 31 de dezembro de 2016	210.339	3.966.721	4.177.060
Distribuição de dividendos	-	-	-
Reclassificação	-	-	-
Transferências	23.470	211.234	-
A 31 de dezembro de 2017	233.809	4.177.955	4.411.764

Os movimentos registados nas Reservas em 2017 resultaram das deliberações da Assembleia-Geral do dia 12 de setembro de 2017 onde se aprovou as contas de 2016 e a devida aplicação de Resultados:

- Reserva Legal (5%) -----23 470 mECV
- Reserva para Investimento (45%) ----- 211 234 mECV
- Distribuição Dividendos (50%) -----234 704 mECV

18 - Provisões

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	Impostos	Outros Riscos	Total
A 1 de Janeiro de 2016	65.203	191.632	256.835
Constituição	33.985	19.014	52.999
Utilização	-	-	-
Redução	(17.413)	(210.646)	(228.059)
A 31 de Dezembro de 2016	81.775	-	81.775
Constituição	15.285	-	15.285
Utilização	-	-	-
Redução	(14.546)	-	(14.546)
A 31 de Dezembro de 2017	82.515	-	82.515

Não foi criada qualquer provisão para processos judiciais em 2017.

Provisão para impostos

a) Imposto Único sobre o Património

Em 2013 a ASA foi notificada pela Câmara Municipal da Praia (CMP), através da nota ref^a 206/CMP/DAF/2013 de 30 de setembro, na sequência da avaliação predial efetuada por esta às instalações do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, a pagar o montante de 32.723 mECV. A ASA, não concordando, contestou a liquidação tendo pago parte do valor (12.145mECV). O remanescente (19.978 mECV), por prudência, encontra-se provisionado.

Em 2016 foi efetuado um reforço da provisão do IUP no total de 27 666 mECV, devido a correspondências e debates efetuados com a Administração Fiscal, prevendo-se que a ASA teria de efetuar o pagamento desse IUP.

Em 2017 foi reforçada a provisão para pagamento do IUP no total de 9.222 mECV.

b) Reembolso do IVA

A 31 de Dezembro de 2016 a empresa apresentava a um saldo de IVA a recuperar no montante de 272.842 mECV, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016, entendeu provisionar 6 319 mECV para eventuais correções que se viessem a registar, no âmbito duma eventual inspecção das finanças.

Em dezembro de 2017 a ASA procedeu ao pedido de Reembolso do referido IVA, pelo que se entendeu reforçar a provisão em 6.063 mECV.

c) Retenção de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes

A ASA não efetuou a retenção de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) sobre os valores pagos a entidades não residentes até 2012. De acordo com a legislação em vigor a percentagem a reter seria de 20% (norma geral) ou de 10% com as convenções existentes entre Cabo Verde e Portugal (para esta redução seria necessário a empresa obter a documentação que prove a residência em Portugal da entidade a quem são pagos os montantes).

Em 2010 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que os pagamentos referidos não estavam sujeitos a tributação em Cabo Verde, dado que, à data (2010), a legislação Cabo-verdiana não continha uma norma de incidência que abrangesse os rendimentos provenientes da prestação de serviços auferidos por entidades não residentes em Cabo Verde e sem estabelecimento estável, ainda que devidos por entidades aí residentes ou cujo pagamento fosse imputável a um estabelecimento estável situado nesse território.

Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2011, esta situação foi incorporada e legislada pelo Governo de Cabo Verde. Desta forma, a ASA provisionou o valor das retenções de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes em 2011 e 2012, uma vez que nos exercícios anteriores, apesar de possibilidade de revisão do IUR pelo período de 5 anos, o risco de eventuais contingências fiscais são reduzidos face à jurisprudência gerada pela decisão do STJ.

Em 2017 efetuou-se a reversão de parte da provisão do IUR referente ao ano de 2012, no montante de 14.546 mECV.

19 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os saldos dos financiamentos obtidos são os seguintes:

		2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
AFD - Obra Aeroporto São Pedro	i)	37.517	18.758	56.275	37.517	56.275	93.792
BEI - Centro de Controlo	ii)	195.656	201.569	397.225	189.916	397.225	587.141
CGD - Obra AICE	iii)	-	-	-	105.556	0	105.556
BCA - Extensão Plataforma do ABV	iv)	65.758	71.119	136.878	61.269	137.199	198.468
BCA - Sistema Iluminação AIAC- AGL	v)	60.586	0	60.586	56.513	60.586	117.099
BICV (ex - BES) -Camada Desgaste AIPNM	vi)	39.259	58.889	98.148	39.259	98.148	137.407
CECV - Flexiterminal S. Nicolau, CCTV AIAC e AIPNM, Cobertura e Impermeab. C. Hall AIAC	vii)	85.047	0	85.047	95.390	85.047	180.437
BAI - Adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC (Nota 15)	viii)	8.792	141.248	150.040	8.364	150.040	158.404
BCA - Expansão e modernização do AIPNM	ix)	13.901	234.176	248.077	23.764	99.140	122.904
ICO - Expansão terminais AIAC e AIAP	x)	-	1.293.887	1.293.887	-	680.800	680.800
BCA - Fiscalização expansão terminais AIAC e AIAP	xi)	5.721	48.558	54.280	-	8.893	8.893
Empréstimo Obrigacionista 2016	xii)	-	250.000	250.000	-	250.000	250.000
Empréstimo Obrigacionista 2017	xiii)	-	500.000	500.000	-	-	-
		512.237	2.818.204	3.330.442	617.548	2.023.353	2.640.901
Locações financeiras	xiv)	1.083	464	1.547	1,016	1,567	2,583
Juros a pagar - especialização	xv)	19.479	-	19.479	13.866	0	13.866
Gastos antecipados - Seguro COSEC	xvi)	-	-	-	(2.858)	-	(2.858)
		532.799	2.818.669	3.351.468	629.572	2.024.920	2.654.492

i) AFD - Obra Aeroporto São Pedro

Financiamento obtido em 1999 para financiar as obras de expansão e renovação do aeródromo de S. Pedro, na Ilha de S. Vicente (Empréstimo N° C CV 1005 01 N).

Financiamento com valor nominal de 4.423.124 Euros (487.716 mECV) que vence juros a uma taxa anual fixa de 2%, com pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso em 26 prestações semestrais e um período de carência de 8 anos com início na data da primeira utilização.

ii) BEI - Centro de Controlo

Financiamento obtido em 2002 para o desenvolvimento do projeto de Controlo de Tráfego Aéreo em Cabo Verde (Empréstimo N° 21681).

Financiamento com valor nominal de 20.000.000 Euros (2.205.300 mECV) que vence juros à taxa anual de 3%, com pagamento de juros semestrais. O plano da dívida tem maturidade de 17 anos, com um período de carência de 4 anos.

iii) CGD - Obra AICE

Financiamento obtido para financiar a expansão e renovação do aeroporto de São Pedro (atual Aeroporto Internacional Cesária Évora), na Ilha de São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 19.145.846 Euros (2.111.117 mECV) que venceu juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O plano da dívida prevê o reembolso em 10 anos (20 prestações semestrais), com início, após a última utilização do crédito (ocorrida em julho de 2007).

O empréstimo foi totalmente amortizado em janeiro de 2017.

iv) BCA - Extensão Plataforma do ABV

Financiamento obtido para a ampliação da plataforma do aeroporto da Boa Vista (referência nº 6123902.71.13),

O valor máximo aprovado foi de 419.747 mECV tendo sido utilizados 405.514 mECV com juros à taxa BCA INDEX a seis meses, acrescida de um *spread* de 0,8% (6,8% em 31/12/2017). O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em outubro de 2012).

v) BCA - Sistema Iluminação AIAC- AGL

Financiamento referente ao fornecimento de equipamentos elétricos e obras de reabilitação da rede elétrica do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal (referência nº 6123902.71.12).

O financiamento tem valor nominal de 347.332 mECV e vence juros à taxa BCA INDEX a seis meses, acrescida de um *spread* de 0,77% (6,77% em 31/12/2017). O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em dezembro de 2011).

vi) BICV (ex - BES) -Camada Desgaste AIPNM

Empréstimo para financiamento da obra de reposição da camada de desgaste da pista do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (referência LD00004031), emitido em 2013, no valor de 265.000 mECV, por um prazo de 7 anos, com reembolsos trimestrais à taxa de juro TRIBES, acrescida de um spread de 6,5% (7,5% a 31/12/2017).

vii) CECV - Flexiterminal S. Nicolau, CCTV AIAC e AIPNM, Cobertura e Impermeabilização. C. Hall AIAC

Financiamento obtido em 2013 para investimentos no Flexiterminal do aeródromo de São Nicolau, atualização do sistema de segurança (CCTV) dos Aeroportos Internacionais Amílcar Cabral e Nelson Mandela e a cobertura e impermeabilização do Concourse hall do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

O empréstimo no montante de 440.000 mECV tem maturidade de 5 anos vencendo-se juros à taxa de 7,4%. O empréstimo é reembolsado em 60 prestações mensais e consecutivas, tendo-se vencido a primeira em novembro de 2013.

viii) BAI - Adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC

Financiamento obtido para financiar o programa de adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da Agência de Aviação Civil.

Financiamento com valor nominal de 169.252 mECV que vence juros à taxa anual de 5%, com pagamentos mensais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 15 anos, tendo-se iniciado a primeira em agosto de 2015.

ix) BCA - Expansão e modernização do AIPNM

O financiamento obtido para financiar a expansão e modernização do terminal do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela em cerca de 14% do total do projeto, sendo o remanescente financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Financiamento com valor nominal de 445.650 mECV que vence juros à taxa anual de 5%, com pagamentos mensais e maturidade de 9 anos com 2 anos de utilização e carência de capital.

O empréstimo encontra-se ainda em fase de desembolso.

x) ICO - Expansão terminais AIAC e AIAP

Financiamento obtido para a expansão e modernização dos terminais dos aeroportos internacionais Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

Empréstimo com valor nominal de 13.973.797 Euros (1.540.821 mECV) que vence juros à taxa anual de 0,3% e pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 13 anos e um período de carência de 8 anos.

O empréstimo encontra-se ainda em fase de desembolso.

xi) BCA - Fiscalização expansão terminais AIAC e AIAP

Financiamento com montante total aprovado de 120.000 mECV para a fiscalização das obras de expansão e modernização dos terminais dos aeroportos internacionais Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

O contrato prevê um período de utilização do crédito de 2 anos e reembolso de capital nos 7 anos seguintes com prestações mensais e taxa de juros de 5%.

O empréstimo encontra-se ainda em fase de desembolso.

xii) Empréstimo Obrigacionista 2016

Empréstimo obrigacionista emitido em abril de 2016, no valor de 250.000 mECV (250.000 obrigações com valor nominal de 1 mECV), por um prazo de 7 anos com vencimento de juros semestrais à taxa de 5% e reembolso integral na maturidade (abril de 2023).

xiii) Empréstimo Obrigacionista 2017

Empréstimo obrigacionista emitido em agosto de 2017, no valor de 500.000 mECV (500.000 obrigações com valor nominal de 1 mECV) para financiamento parcial da reabilitação da pista do Aeroporto Internacional Aristides Pereira.

O financiamento tem maturidade a 10 anos, com vencimento de juros semestrais à taxa de 5% e reembolso semestral de 50.000 mECV a partir do 11º cupão (fevereiro de 2027).

xiv) Locações financeiras

Contrato de leasing celebrado em 2015 com a empresa Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. para a aquisição de uma viatura no montante total de 3.610 mECV acrescido de IVA.

Este contrato será reembolsado até 2019 em 49 prestações mensais constantes e vencendo juros à taxa BCA INDEX a seis meses, acrescida de um spread de 0,25%, sendo de 6,25% a 31/12/2017.

xv) Juros a pagar – especialização

Este saldo refere-se à especialização dos juros a pagar, à data de 31 de dezembro de 2016 e 2017, considerando o período de juros decorrido e as taxas de juro negociadas, para cada empréstimo.

xvi) Gastos antecipados - Seguro COSEC

Montante correspondente ao valor do prémio do seguro de crédito pago relativo ao empréstimo contraído junto à Caixa Geral de Depósitos (cerca de 15% do montante financiado), tendo o valor sido deduzido ao montante disponibilizado pelo banco.

O valor do prémio pago constitui um custo incremental na obtenção do empréstimo, a ser reconhecido de acordo com a taxa de juro efetiva. Contudo, uma vez que o resultado do diferimento linear destes custos não é materialmente diferente da resultante da aplicação da taxa de juro efetiva a ASA manteve o diferimento linear destes custos.

A 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a maturidade dos financiamentos obtidos é a seguinte:

	Saldo em 31-12-2017	Pagamento nos exercícios				
		2018	2019	2020	2021	2022 e seguintes
AFD - Obra Aeroporto São Pedro	56.275	37.517	18.758	-	-	-
BEI - Centro de Controlo	397.225	195.656	201.569	-	-	-
BCA - Extensão Plataforma do ABV	136.878	65.758	71.119	-	-	-
BCA - Sistema Iluminação AIAC- AGL	60.586	60.586	-	-	-	-
BICV (ex - BES) -Camada Desgaste AIPNM	98.148	39.259	39.259	19.630	-	-
CECV - Flexiterminal S. Nicolau, CCTV AIAC e AIPNM, Cobertura e Impermeab. C. Hall AIAC	85.047	85.047	-	-	-	-
BAI - Adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC (Nota 15)	150.040	8.792	9.242	9.715	10.212	112.079
BCA - Expansão e modernização do AIPNM	248.077	13.901	54.936	57.733	60.782	60.726
ICO - Expansão terminais AIAC e AIAP	1.293.887	-	-	-	-	1.293.887
BCA - Fiscalização expansão terminais AIAC e AIAP	54.280	5.721	7.774	8.138	8.519	24.128
Empréstimo Obrigacionista 2016	250.000	-	-	-	-	250.000
Empréstimo Obrigacionista 2017	500.000	-	-	-	-	500.000
	3.330.442	512.237	402.658	95.215	79.512	2.240.820

20 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos de fornecedores conta corrente referem-se às seguintes entidades:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores		
TACV - CABO VERDE AIRLINES (nota 11)	-	36.372
ELECTRA NORTE, S.A.	14.117	16.453
INECO - Ingenieria Y Economia del Transporte, SA	13.636	-
RESUL - Equipamentos de Energia SA	12.870	-
WSBP Electronics, Lda	11.976	-
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis	6.480	11.467
Cabo Verde Telecom	5.260	-
NORVIA CV - CONSULTORES DE ENGENHARIA, LDA	4.842	-
ELECTRA SUL	4.262	-
Silmac, SA	4.257	5.027
Victor Manuel Fonseca de Pina	-	1.164
Ariadna Consultores S.L.	-	5.989
Outros (< 4.000 mECV)	67.002	78.860
Total	<u>144.701</u>	<u>155.332</u>

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a natureza dos saldos da rubrica de outras contas a pagar são as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores investimentos	504.756	140.180
Outros credores	100.315	86.956
Credores por acréscimo de gastos		
Gastos c/ pessoal	146.289	145.667
Outros serviços	3.224	5.428
Outras contas a pagar	<u>754.584</u>	<u>378.231</u>

Detalhes da rubrica de outros credores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Agência de Aviação Civil	86.650	64.403
Fundo Social	11.235	20.067
Bolsa de Valores de Cabo Verde	266	600
ACCTA	-	485
Outros	2.165	1.401
	<u>100.315</u>	<u>86.956</u>

22 – Diferimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio ao investimento - Subvenção AFD	11 534	13 841
Outros	<u>1 608</u>	<u>1 608</u>
Total	<u>13 142</u>	<u>15 449</u>

Subsídios ao investimento / subvenção AFD

Valor pago pela Agence Française Développement para fiscalização das obras de extensão e modernização do então aeroporto de São Pedro na Ilha de São Vicente. Dado que esta verba não será reembolsada, foi-lhe dado o tratamento contabilístico de um subsídio ao investimento, sendo amortizado, anualmente, à taxa dos bens a que está relacionado.

23 – Serviços prestados

A rubrica de prestação de serviços é como mostra abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de serviços		
Taxas de rota	2.348.969	2.361.124
Rendimentos de exploração aeroportuária	2.433.223	1.910.699
Taxas TNC	129.473	252.849
Taxa de Segurança	299.757	201.706
Rendimento Comercial	206.540	111.730
AIS-Publicações Inf. Aeronáuticas	486	-
Descontos e abatimentos	<u>(4)</u>	<u>(484)</u>
Total de Prestação de serviços	<u>5.418.443</u>	<u>4.837.624</u>

A variação na prestação de serviços deveu-se essencialmente, aos aumentos dos i) rendimentos de exploração aeroportuária devido a um maior movimento de passageiros e aeronaves nos aeroportos, comparativamente com o ano anterior, ii) aumento dos rendimentos com assistência a aeronaves e iii) taxa de segurança. Por outro lado, verifica-se uma redução nos rendimentos provenientes da taxa de rota, explicada por uso de rotas de menor custo para as companhias aéreas na FIR Oceânica do Sal.

24 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe de gastos suportados pela ASA com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2017	2016
Taxas AAC	i)	300.712	217.940
Vigilância e segurança	ii)	194.714	132.915
Eletricidade		157.773	156.832
Prestação Serviço Meteo	iii)	132.000	132.000
Conservação e reparação		89.877	116.537
Limpeza, higiene e conforto		82.057	78.478
Comissões		47.179	39.513
Publicidade e propaganda	iv)	42.447	28.192
Água		36.649	75.155
Deslocações e estadias		34.622	25.302
Seguros		33.817	33.319
Honorários		30.644	35.949
Comunicação		30.213	27.679
Outros fornecimentos e serviços		25.555	18.853
Combustíveis e outros fluidos		16.885	14.547
Outros (inferiores a 16.000 mECV)		65.749	102.181
Total		1.320.894	1.235.392

- i) Taxas AAC – Esta rubrica regista os gastos relacionados com as taxas de regulação, participação FIR e Segurança pagas à Agência Aeronáutica Civil. De acordo com o D.L. 70/2014 (Art.º 62º e seguintes), os operadores do setor de aviação civil são legalmente obrigados a pagar uma taxa de até 0,75% do total das receitas; 8% das receitas efetivamente cobradas da FIR Oceânica do Sal com referência ao ano anterior e; 25% da taxa de segurança cobrada de acordo com o Regulamento nº 01/DRE/2015; O aumento face a 2016, deve-se aos aumentos no tráfego aeroportuário com impacto a nível dos rendimentos a nível geral e na taxa de segurança aeroportuária em particular.
- ii) Vigilância e segurança – gastos com vigilância e segurança nos aeroportos do país. Regista-se um aumento considerável em 2017 tendo em conta por um lado, a revisão dos contratos de vigilância e por outro lado, a celebração dos contratos de rastreio de bagagens.
- iii) Serviços meteorológicos – gastos relativos ao serviço de meteorologia acordado com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) conforme protocolo assinado entre a ASA e o INMG desde janeiro de 2008, e que define um montante mensal a pagar de 11.000 mECV. A informação meteorológica oficial é um requisito das entidades que fazem o controlo de rotas, devendo a mesma ser prestada às aeronaves;
- iv) Publicidade e propaganda – a rubrica inclui gastos com publicidade e ainda patrocínios concedidos. O aumento prende-se com o aumento dos patrocínios concedidos e impacto da alteração do logotipo da ASA.

25 - Gastos com pessoal

Em 2017 e 2016 os gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Pessoal Contrato Indeterminado	605.413	603.937
Pessoal Contrato a Prazo	79.919	48.634
Órgão Sociais	10.537	18.148
Subtotal a)	<u>695.869</u>	<u>670.719</u>
Encargos sobre remunerações	162.883	152.019
Outros gastos com o pessoal	110.959	74.520
Subsídio de refeição	62.585	61.897
Subsídio de Férias	57.891	51.397
Premio de produtividade	57.652	56.998
Premio de qualificação	34.780	35.895
Subsídio de turno	31.865	31.467
Horas extraordinárias	31.366	29.452
Subtotal b)	<u>549.981</u>	<u>501.675</u>
Total a)+b)	<u>1.245.850</u>	<u>1.172.394</u>

A variação ocorrida nos gastos totais com o pessoal deve-se essencialmente a i) progressão salarial decorrente da avaliação de desempenho; ii) colaboradores que se reformaram em 2017 cuja maioria tinha antiguidade alta; (iii) aumento das taxas de previdência social ocorrida em 2017.

26 – Outros rendimentos e ganhos

O detalhe desta rubrica é como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros rendimentos suplementares	i)	42.362	42.976
Ganhos em inventários		1.622	649
Diferenças câmbio favoráveis		-	14.412
Imputação subsídios ao investimento (ver nota 22)		2.307	2.307
Outros (< 2.000 mECV)		30.647	31.027
Total		<u>76.938</u>	<u>91.371</u>

- i) Correspondem, essencialmente, à faturação de eletricidade fornecida a entidades terceiras que ocupam instalações da ASA nos aeroportos;

27 – Outros gastos e perdas

O detalhe desta rubrica é como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dívidas incobráveis (nota 11)		123.898	-
Diferenças câmbio desfavoráveis	i)	72.513	36.094
Impostos	ii)	22.952	24.008
Outros		1.838	5.673
Total		<u>221.201</u>	<u>65.775</u>

- i) Resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes através da IATA no decurso do exercício;
- ii) Gastos com IUP, IVA e taxas diversas como, taxa de manutenção rodoviária, de resíduos sólidos e iluminação pública.

28 – Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/ suportados

Esta rubrica é detalhada como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e perdas financeiras			
Juros suportados	i)	(86.993)	(110.983)
Outros juros de financiamento	ii)	(8.638)	(42.107)
Total		<u>(95.631)</u>	<u>(153.090)</u>
Juros e ganhos financeiros			
Juros obtidos	iii)	11.288	7.368
Diferenças de câmbio favoráveis	iv)	-	14.997
		<u>11.288</u>	<u>22.365</u>

- i) Incluem os gastos financeiros suportados com os juros dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos efetuados nas infraestruturas aeroportuárias;
- ii) Incluem, custo com o prémio de seguro COSEC pago como parte da negociação dos financiamentos referente a janeiro de 2017, custos com garantias bancárias e ainda comissões referentes a financiamentos obtidos (ICO e obrigações);
- iii) Incluem a remuneração de saldos de depósitos à ordem e a prazo.
- iv) Incluem ganhos decorrentes do registo das diferenças de câmbio relacionadas com a atualização cambial de 2016.

29 – Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(433.474)	(179.136)
Imposto s/ rendimento diferido	(138.697)	(201.981)
Imposto s/ rendimento	<u>(572.171)</u>	<u>(381.117)</u>

A taxa de imposto utilizada para calcular o imposto do exercício e a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi de 25% (25% em 2016).

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes de Imposto	2.798.893	850.526
Taxa de Imposto	<u>25,0%</u>	<u>25,0%</u>
	<u>699.723</u>	<u>212.632</u>
Gastos não dedutíveis (a)	214.403	514.523
Rendimentos não tributáveis (b)	(1.295.301)	(657.790)
Tributação autónoma	3.975	2.322
	<u>(1.076.923)</u>	<u>(140.945)</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(433.474)	(179.136)
Imposto s/ rendimento diferido	<u>(138.697)</u>	<u>(201.981)</u>
Imposto s/ rendimento	<u>(572.171)</u>	<u>(381.117)</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>20,4%</u>	<u>44,8%</u>

(a) Detalhe dos gastos não aceites para efeitos fiscais:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imparidade dívida cliente	i)	-	390.000
Provisões para além de limites Fiscais	ii)	15.285	52.999
Imparidade de investimentos não depreciáveis	iii)	29.012	40.655
Imposto único s/Património	iv)	10.678	10.590
Juros de mora e encargos processo Fiscal		-	3.569
Liquidação Corretiva IUR		-	385
Débitos incobráveis	v)	123.898	-
Outros		35.530	16.325
		<u>214.403</u>	<u>514.523</u>
Efeito Fiscal (Taxa Imposto: 25%)		<u>53.601</u>	<u>128.631</u>

- i) Imparidade de dívidas de clientes que excedem o limite aceite fiscalmente;
- ii) Provisões não aceites fiscalmente relacionadas com as provisões para IVA e IUP (Nota 18);
- iii) Perdas por imparidade em inventários de acordo com a análise da rotação de stock e não com base no critério aceites fiscalmente;
- iv) Regularizações de gastos do exercício anterior, registado na conta 6881 dando cumprimento ao princípio de especialização dos exercícios.
- v) Referente ao write-off de 20% do saldo em dívida, decorrente do acordo entre os TACV, Estado de Cabo Verde e a ASA oficializando a transferência de saldos em dívida a 31.12.2017 para a NEWCO (notas 11 e 27).

(b) Detalhe dos rendimentos não tributáveis para efeitos fiscais:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Anulação dos efeitos do método de equivalência patrimonial	627.874	109.218
Reversão de perdas por imparidade não dedutíveis	641.654	302.976
Reversão de provisões tributadas	14.546	228.059
Mais valias contabilísticas	-	1.261
Benefícios fiscais	11.228	4.041
Restituição de impostos não dedutíveis	-	10.009
Outras correções não previstas nos campos anteriores	-	2.226
	<u>1.295.301</u>	<u>657.790</u>
Efeito Fiscal (Taxa Imposto: 25%)	<u>323.825</u>	<u>164.448</u>

30 – Dividendos por ação

O montante dos dividendos atribuídos, relativo ao Resultado Líquido apurado no exercício de 2016, foi de 234 704 mECV de acordo com a Ata nº 02/AG/ASA/2017, de 12 de setembro de 2017 (nota 16).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dividendos	234 704	688 583
Numero Ações	550 000	550 000
Dividendo por Ação	<u>0,43</u>	<u>1,25</u>

31 – Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017, a ASA é controlada pelo Estado da República de Cabo Verde, que detém 100% do capital social da empresa, sendo o seu único acionista.

Em 2014, conforme referido na Nota 6, a ASA tornou-se acionista único da empresa Cabo Verde Handling.

31.1 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da ASA foi considerado de acordo com a NRF 4 – Divulgação de partes relacionadas, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da ASA.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da ASA ascenderam a:

	2017	2016
Remunerações	<u>10.537</u>	<u>18.148</u>
	<u>10.537</u>	<u>18.148</u>

A variação que se verifica deve-se à fixação e uniformização da remuneração dos gestores de empresas do sector empresarial do estado que aconteceu em 2017.

31.2 Transações entre Partes Relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista ou por via acionista

- Estado da República de Cabo Verde
- TACV Airlines

Subsidiárias

- Cabo Verde Handling

(b) Transações e saldos pendentes

Durante o exercício, a ASA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2017	2016
Prestações de serviços		
TACV Airlines e TACV Assistência	422.778	341.145
CV Handling	327.444	118.310
	<u>750.222</u>	<u>459.455</u>
Compras de serviços		
TACV Airlines	27.716	11.467
CV Handling	415	-
	<u>28.131</u>	<u>11.467</u>

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com o acionista e as suas partes relacionadas, a valores nominais, são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos devedores		
TACV Airlines (nota 11)	-	629.937
NewCO (nota 15)	113.673	
CV Handling (notas 11 e 15)	464.466	236.026
	<u>464.580</u>	<u>865.963</u>
Saldos credores		
Estado da República de Cabo Verde (nota 14)	(4.212.972)	(3.278.542)
TACV Airlines (nota 20)	-	(36.372)
	<u>(4.212.972)</u>	<u>(3 314 915)</u>

32 – Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

De acordo com a obrigação de divulgação específica, os impactos da aplicação do regime do acréscimo a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Acréscimos de proveitos			
Devedores por acréscimos de rendimentos	15	113.673	-
		<u>113.673</u>	<u>-</u>
Diferimentos de gastos			
Gastos seguro COSEC	19	-	2.858
		<u>-</u>	<u>2.858</u>
Acréscimos de gastos			
Credores por acréscimos de gastos - Férias e S. Férias	21	146.505	145.667
Credores por acréscimos de gastos - Outros	21	3.224	5.428
Credores por acréscimos de gastos - taxas regulação	21	-	-
Credores por acréscimos de gastos - juros a pagar	19	19.479	13.866
		<u>169.208</u>	<u>164.961</u>
Diferimentos de rendimentos			
Subsídios ao investimento - AFD	22	11.534	13.841
		<u>11.534</u>	<u>13.841</u>

33 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Passivos contingentes:

Garantias

À data do balanço a ASA solicitou a apresentação das seguintes garantias bancárias:

- a) Garantias bancárias no valor de 206.085 mECV (1.869.000 euros) emitidas pelo “Banque et Caisse d'Epargne de L'État Luxembourg” e de 108.225 mECV (981.500 euros) emitida pela Caixa Económica de Cabo Verde para fazer face ao empréstimo concedido pelo European Investment Bank; Não houve alteração face ao ano 2016.

Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2016 a ASA encontra-se envolvida nos seguintes processos judiciais em curso para os quais não foi constituída provisão por não ser provável o exfluxo de recursos da empresa:

A cargo de Lúcia Dias Fonseca, advogada

- a. **Supremo Tribunal de Justiça**, encontra – se pendente um (01) processo cível, no valor de 6.850 mECV movido pela CASH – Catering e Serviços Hoteleiros, Lda relacionada com uma ação ordinária nº 03/98 em que a ASA absolvida na primeira instância. Entretanto, o autor Catering e Serviços Hoteleiros, Lda recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça (Apelação Cível nº 20/2003). Aguarda julgamento;
- b. **Tribunal Judicial do Comarca de São Vicente**, encontra – se pendente um (01) processo cível, no valor de 1.500 mECV motivo pela Freitas Catering SARL. Trata-se de um recurso contencioso nº 01/2004. Aguarda sentença.
- c. Não há Contingências ou reclamações de que possam resultar possíveis encargos para a sociedade e nem Reclamações Fiscais.

A cargo do Gabinete Jurídico da ASA

- a. **Tribunal da Comarca da Ilha do Sal**, encontram-se pendentes um (01) processo cível movido contra a ASA, SA, pelos herdeiros do ex-colaborador Carlos Orteaga, no valor de 1.862 mECV , o processo já foi julgado e aguarda-se sentença do Juiz;
- b. **Tribunal Comarca da Praia**, encontram-se pendentes dois (2) processos sendo um instaurado pela empresa de Serviços de Limpeza EVP, Lda no valor de 4.500 mECV e segundo pela empresa Electroaris reclamando o pagamento de 9.950 mECV. O primeiro processo esta pendente e o segundo esta a seguir a sua tramitação normal;
- c. **Tribunal Comarca de S. Vicente**, dois (2) processos, um movido por um ex-colaborador no valor 12.960 mECV e o outro de natureza de Recurso Contencioso Administrativo no valor de 500 mECV. Ambos já julgados e aguardam a sentença final; Igualmente neste tribunal, encontra-se pendente um processo de natureza fiscal aduaneiro decorrente de impugnação judicial tributário (Processo de Execução Fiscal nº1/2012), no montante de 9.001 mECV;

- d. Tribunal Comarca de São Filipe:** encontra-se pendente um processo de natureza cível, instaurado pelos herdeiros de Juvenal Medina, no valor de 500 mECV.

34 – Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por legislação específica.

35 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.